

resenha

de política exterior do brasil

número 84, 1º semestre de 1999

ministério das relações exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 84, 1º semestre de 1999

Ano 26, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Primeiro Secretário Henrique Archanjo Ferrari
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Padronização
Hilton Ferreira da Silva

Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva / Daniel Bastos de Oliveira Bomfim

Endereço para correspondência:
Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 1º subsolo
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9273, (61) 3411-9037, fax: (61) 3411-6591

© 2009 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores. –
Ano 1, nº 1 (jun. 1974) -- Brasília, Ministério das Relações Exteriores,
1974 --

122 p.

ISSN 0101 2428
Semestral

I. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores



Departamento de Comunicações e Documentação

CDU: 327 (05)

SUMÁRIO

DISCURSOS

Cerimônias de posse do Presidente da República

Pronunciamento do Presidente da República - Posse no Congresso Nacional - Senhor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República. Brasília, 1º de janeiro de 1999 7

Discurso do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no almoço oferecido no Itamaraty, por ocasião das cerimônias de posse. Brasília, 4 de janeiro de 1999 11

Posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores

Discurso do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa ao assumir o cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores. Brasília, 4 de janeiro 1999 19

Discurso do Embaixador Sebastião do Rego Barros por ocasião da Transmissão do Cargo de Secretário-Geral ao Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Brasília, 4 de janeiro de 1999 23

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, por Ocasião da Posse do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, no Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores. Brasília, 4 de janeiro de 1999 25

Cerimônia de posse no cargo de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Discurso do Professor Celso Lafer na cerimônia de posse no cargo de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Brasília, 4 de janeiro de 1999 31

IX Reunião de Cúpula do Grupo dos Quinze

Discurso do Senhor Vice-Presidente da República na Cerimônia de abertura da IX Reunião de Cúpula do Grupo dos Quinze. Jamaica, 10 de fevereiro de 1999 37

Primeira Reunião do Foro Empresarial MERCOSUL – Europa

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Abertura da Primeira Reunião do Foro Empresarial MERCOSUL – Europa. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro 1999 41

Almoço com o Presidente do México na FIESP

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no almoço com o Presidente do México na FIESP. São Paulo, 28 de abril de 1999 47

Cerimônia de formatura da turma “Ítalo Zappa” do Instituto Rio Branco

Discurso do Senhor Presidente da República por ocasião da cerimônia de formatura da turma “Ítalo Zappa” do Instituto Rio Branco. Brasília, 30 de abril de 1999 51

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações, na cerimônia de formatura da turma “Ítalo Zappa” do Instituto Rio Branco. Brasília, 30 de abril de 1999 54

Jantar oferecido à Rainha Margrethe II da Dinamarca

Discurso do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso durante jantar oferecido à Rainha Margrethe II da Dinamarca. Brasília, 3 de maio de 1999 59

“Economic Club” de Nova Iorque

Discurso do Presidente Fernando Henrique no “Economic Club” de Nova Iorque. Nova Iorque, 10 de maio de 1999 63

Conferência Anual de 1999 do Export-Import Bank dos Estados Unidos

Exposição do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso na Conferência Anual de 1999 do Export-Import Bank dos Estados Unidos. Washington, 10 de maio de 1999 69

Almoço oferecido ao Presidente da República Cooperativista da Guiana

Discurso do Senhor Presidente da República por ocasião do almoço que oferece à Presidente da República Cooperativista da Guiana, Janet Jagan. Brasília, 20 de maio de 1999 73

Lançamento da Campanha de Valorização do Produto Nacional

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Solenidade de Lançamento da Campanha de Valorização do Produto Nacional. Brasília, 25 de maio de 1999 75

Reunião de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe-União Européia

Palestra efetuada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do Seminário de Informação e Reflexão a propósito da Reunião de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe - União Européia, realizado pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Governo do Estado de São Paulo - “Diálogo para o Milênio”, São Paulo, 9 e 10 de junho de 1999 81

ATOS INTERNACIONAIS 87

ARTIGOS

“O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento”

Artigo do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Secretário-Geral das Relações Exteriores - Revista Brasileira de Política Internacional, nº. 1/99, 1º de janeiro de 1999 89

“Política externa em 1999”

Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Jornal do Brasil do dia 26 de fevereiro de 1999, 26 de fevereiro de 1999 107

“O predomínio do equilíbrio no MERCOSUL”

Artigo do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Secretário-Geral das Relações Exteriores – Folha de São Paulo, 9 de março de 1999 112

“Pensando o MERCOSUL”

Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia no jornal O Globo do dia 22 de abril de 1999 114

“Cúpula América Latina e Caribe-União Européia: uma diplomacia ativa na busca de equilíbrios estratégicos”

Artigo do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Secretário-Geral das Relações Exteriores – O Globo, 1º de junho de 1999 115

ÍNDICE REMISSIVO 119

Cerimônias de posse do Presidente da República

*Pronunciamento do Presidente da República - Posse no
Congresso Nacional - Senhor Fernando Henrique
Cardoso, Presidente da República. Brasília, 1º de janeiro
de 1999*

Por um Brasil solidário

Compareço perante o Congresso Nacional para receber, pela segunda vez, a mais alta distinção a que um homem público possa aspirar. Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como nos campos, que, com o voto, sufragaram as idéias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.

Sei da responsabilidade que assumo. Ao concederem ao Presidente da República a possibilidade de um novo mandato, o Congresso primeiro, o povo brasileiro depois, credenciaram-se para exigir de mim mais do que de qualquer outro presidente antes. Empenharei toda minha capacidade e dedicação para corresponder à expectativa da nação brasileira.

Estou pronto para a nova jornada. Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. Tenho mais experiência, pelo muito que pude aprender tanto dos acertos, quanto dos erros, de meu primeiro mandato.

Nos últimos anos o Brasil renovou sua fisionomia, com a construção de estradas de relevância estratégica, quatro hidrovias, um sem número de portos e aeroportos. Promoveu um salto na produção de energia e uma revolução nas

telecomunicações. Mudou muito. Mas quando falo em mudança penso em algo mais profundo, abrangente e capilar, que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas.

Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão de ser para o flagelo da fome. Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite, que sempre pôde tudo. Milhares realizaram aspiração tão antiga, quanto legítima, de comprar a casa própria ou morar com mais conforto.

Outros perceberam que a ação solidária dos governos e das prefeituras, de pais e de mestres, está promovendo uma transformação profunda nas escolas e uma esperança fundada de melhor qualidade no ensino. É a professora das áreas pobres do Brasil que ganha mais e tem a oportunidade de reciclar-se. É o livro que chega a tempo ou a merenda que é mais nutritiva. É a evasão que diminui, enquanto a matrícula no segundo grau aumenta.

Na saúde - o pesadelo de todos os brasileiros - mais recursos, melhor gerenciamento, mais atenção à saúde da família e um combate obstinado à fraude estão mostrando o caminho que levará no futuro a um efetivo atendimento universal, gratuito e de qualidade, como prescreve a Constituição, mas que

poucos países, mesmo entre os mais desenvolvidos, conseguiram assegurar. E assim ocorrem mudanças em várias outras áreas sociais.

Não obstante todas estas transformações, muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos. Relutam a reconhecer que estamos avançando, competindo e nos adaptando aos novos tempos, em vários planos: o da globalização, o da reestruturação do Estado, o da revitalização da cultura.

Estas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente. Nossos filhos terão mais e melhores oportunidades na vida. Tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda. O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a mesa a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir.

O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população. Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo; mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre, gerar as condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos.

O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros.

Também no plano externo o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo se torna mais relevante para o bem estar dos brasileiros.

Em um sistema internacional onde aumenta a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo, mesmo as mais longínquas. Os problemas dos outros se tornam também nossos. Da mesma forma, nossos

problemas passam a afetar mais diretamente outros países.

Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais. O interesse nacional, hoje, não se coaduna com isolamento. Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento.

É o que estamos fazendo no MERCOSUL – dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia. É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul. É o que se reflete em nossa visão da integração hemisférica e de laços mais sólidos com a União Européia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento para os nossos vínculos históricos com a África. O Brasil está assim consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos últimos anos, se é verdade que muito foi feito, ainda resta muito por fazer.

Nossos desafios continuam imensos. Mas estamos em melhores condições para enfrentá-los. Preparamos o terreno. Plantamos a semente. Daqui para frente, a nossa tarefa é dupla. Preservar as realizações e partir para novas conquistas. A continuidade delas é indispensável, pois a esperança do povo é como a do semeador, na frase de Gilberto Amado: “ao lançar a semente sem ver crescer a planta no solo árido, o braço do semeador se fatiga”.

Estamos fazendo um acerto de contas com o passado e, ao mesmo tempo, tratando de impedir que a prosperidade que resulta da ampliação dos fluxos de capitais, conhecimentos e tecnologia venha contaminada pelo vírus da exclusão. Reunimos hoje as condições para construir um Brasil efetivamente solidário e mais justo.

O objetivo central do Governo que ora se inicia será o de radicalizar a democracia, democratizar

o mercado aumentando a competição e promover mais ampla oportunidade para todos os brasileiros. Isso requer determinação política e crescimento econômico continuado.

Senhores Congressistas,

Oitenta e três milhões de eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições. O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia.

O País desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa, de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para vitalidade democrática. Mas precisamos avançar mais. Queremos aprofundar a parceria com a sociedade.

Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de “opinião pública” era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade, que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses. Hoje, a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não governamentais.

Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do Governo buscam atender a esta maioria, mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios. A sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do setor público. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela.

A vertebração da sociedade, em sintonia com a descentralização das políticas públicas, cria as condições para que os serviços do Estado cheguem efetivamente aos que mais precisam, e não como sempre foi, aos que mais têm, porque sempre detiveram os instrumentos de pressão para reivindicar mais.

No Brasil, por muito tempo, o Estado como organização esteve à frente da sociedade. Hoje, ao contrário, é a sociedade que, via de regra, caminha à

frente do Estado.

Nossos partidos, que desde o Império eram instituições do Estado, mais do que da sociedade, precisam modificar-se para serem, agora, instituições da sociedade. Só assim se revitalizarão e poderão estar em sintonia com a sociedade, evitando a crise da representação política, que grassa no mundo atual.

A democracia que queremos ter é a do diálogo plural, dentro do respeito à diferença, à crítica e à alternância no poder. Mas o corolário da crítica é a proposta alternativa e construtiva. Não me intitulo senhor de um caminho único. Estou pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convençam de que a alternativa é melhor para o País.

Alegro-me de que o diálogo com a oposição já se tenha iniciado. Sei que temos divergências, em vários campos. Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País.

O fundamental nas democracias, entretanto, é o apoio da maioria. Este apoio recebi nas urnas pelo voto popular e dos partidos. A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei o Governo. Eles certamente apoiarão no Congresso as medidas necessárias à implantação das políticas que defendo e que foram aprovadas pelos eleitores.

Completaremos, assim, as reformas. Não só a previdenciária e a administrativa, mas a tributária, a política e a judiciária. Confio nesta Casa, expressão maior da soberania popular, à qual me orgulho de ter pertencido.

O Congresso deu expressiva contribuição às transformações do País nos últimos quatro anos. Homenageio a todos os seus membros, que tanto valorizo, na pessoa de um de seus mais precoces e maiores líderes, o meu inesquecível amigo Luis Eduardo Magalhães, que ao nos deixar, no ano passado, nos legou o exemplo de sua competência, visão e amor ao País.

Não há democracia onde subsiste a violência.

Onde ainda são desrespeitados direitos básicos das crianças e das mulheres, dos negros e dos índios. Avançamos nesta área. É inegável. Mas temos que fazer mais.

O desafio está em transformar os valores e as normas em práticas quotidianas. A Secretaria dos Direitos Humanos foi fortalecida institucionalmente para melhor cumprir sua missão. A sociedade será convidada a participar mais diretamente da execução e controle das políticas.

Senhores Congressistas,

Não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.

Nesses últimos quatro anos enfrentamos um quadro internacional adverso. A economia brasileira sofreu o abalo de três crises internacionais de graves proporções. Ainda vivemos os reflexos negativos do colapso da moeda russa. Nossa economia enfrenta o pesado ônus de elevadas taxas de juros, que arrefeceram o crescimento e diminuíram o emprego.

O Brasil continuará a desempenhar papel ativo na revisão da arquitetura do sistema financeiro internacional. Não podemos aceitar que aplicações especulativas, por não estarem submetidas a qualquer tipo de supervisão ou ordenamento, desarticulem o processo produtivo e constituam ameaça recorrente às economias nacionais.

Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades, entre elas, o déficit público. Gastamos mais do que arrecadamos. Enquanto não equilibrarmos nossas contas, a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como temos pago, preço elevado.

Assim como não hesitei em tomar as medidas

necessárias para defender o Real, não hesitarei em fazer o que for preciso para por fim ao tormento do déficit público. É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.

Não tenham dúvidas, senhores. Marcharei com determinação para obter do Congresso o ajuste fiscal e para livrarmos o Brasil da armadilha dos juros altos, que aguilhoam nosso ímpeto de crescimento econômico.

A reforma da Previdência, embora incompleta, abre perspectivas melhores para o equilíbrio das contas públicas. Vamos prosseguir com ela, eliminando privilégios e assegurando a continuidade dos benefícios em favor dos que realmente necessitam.

Preocupa-me o desemprego. Como acontece ao início de cada ano, a taxa de desemprego poderá elevar-se. Por ser passageiro, o quadro não é menos doloroso, para quem perde o seu emprego.

Os ministros que em poucos minutos tomarão posse em seus cargos receberão do Presidente da República uma orientação precisa: concentrar a competência de suas equipes e os recursos de suas pastas nos projetos que abram novas oportunidades de trabalho e de renda, especialmente para os jovens; na extensão do crédito à pequena empresa; nos programas de qualificação do trabalhador; e na assistência ao desempregado. Tudo o que o Governo puder fazer na área do emprego, será feito.

Tenho a convicção de que o Brasil sairá fortalecido da crise. As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas. O País terá credibilidade ainda maior. E será um mercado mais atraente para os investimentos, tanto internos quanto externos, que gerarão crescimento e empregos.

Tomo de empréstimo a Joaquim Nabuco frase lapidar que expressa meu sentimento diante desta conjuntura desfavorável: "a vida não é senão a posse do futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente, digo eu) interrompido".

Senhores Congressistas,

De pouco vale ao País ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na desigualdade social. Este quadro tem que ser revertido. Estamos combatendo a desigualdade com a estabilidade da economia e com a melhoria da qualidade da educação pública, de modo a proporcionar aos desfavorecidos a oportunidade que nunca tiveram.

Nossas políticas públicas em educação, saúde, habitação, saneamento melhoraram. Os indicadores, em cada uma destas áreas, comprovam o progresso alcançado.

Antes, os serviços públicos estavam direcionados aos que mais possuíam. Agora, os serviços e os créditos do Governo estão dirigidos aos que mais precisam. Assim é na educação fundamental e na saúde. Assim começa a ocorrer também no crédito rural e nos financiamentos para pequenas e médias empresas.

Esta é uma revolução. A única suscetível de transformar a fisionomia social do País e aportar um golpe fatal à desigualdade que reproduzimos desde as eras coloniais. Em breve completaremos 500 anos. Este será um momento de reflexão sobre o que realizamos, o que somos e o que queremos ser. Temos muito para nos orgulhar, do Brasil e dos brasileiros.

Um País que venceu o autoritarismo e implantou a democracia; em seguida, domou a inflação e está construindo a estabilidade, tem agora pela frente o desafio de edificar uma sociedade mais igualitária. Esta é a minha visão do País para o século XXI. Estou certo de que é também o projeto de todos os brasileiros que vivem com indignação os graus de desigualdade que ainda subsistem entre nós. Não há milagres nesta área. O caminho é conhecido e será percorrido com persistência. O rumo está certo. As políticas são coerentes. Já começam a dar resultados. Serão reforçadas. Retificadas quando necessário.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Pertenço a uma geração que desde cedo sonhou com a reforma social em nosso País. Ansiava por participar dela. Foi ativa na Universidade, tanto nas salas de aula, como nas ruas. Lutou contra o arbítrio. Com a redemocratização, viu renascerem as esperanças de mudar o País. Com a estabilidade da economia, percebeu que recuperamos os instrumentos para edificar um Brasil melhor. A vontade nunca faltou. Ela continua firme.

O Brasil espera com impaciência por uma nação mais justa. Esta é esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiras e de brasileiros que encontro em minhas viagens pelo País. Estas são as vozes que ouço nas ruas. Esta foi a missão que recebi das urnas. Esta foi a mensagem enviada por um dos amigos mais queridos, Sergio Motta, companheiro de uma vida de lutas: "Não se apequene. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País."

Assim farei.

Muito obrigado.

Discurso do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no almoço oferecido no Itamaraty, por ocasião das cerimônias de posse. Brasília, 4 de janeiro de 1999

Gostaria de fazer umas poucas reflexões que me parecem necessárias neste momento em que assumo um novo mandato.

Em primeiro lugar, quero agradecer, e muito sinceramente, aos colegas e amigos que fizeram questão de vir de seus países para prestigiar a minha posse. Essa presença é mais uma prova da estima que têm com relação ao Brasil. Mas para mim, também, é uma grande honra, uma satisfação e um estímulo para que continuemos a trabalhar juntos. A presença aqui de todos os meus Ministros e Secretários de Estado é um sinal da disposição do Governo para encontrar, em todos os campos, as melhores oportunidades de cooperação no nosso

continente.

Nós, aqui, estamos entre amigos. Neste caso, isso não é retórica, é verdade. E isso me deixa muito à vontade para dizer que nós construímos, hoje, na América do Sul, um verdadeiro modelo de relacionamento entre vizinhos.

Este relacionamento está integrado e motivado pelo apego à paz, à democracia e à primazia do direito. Não é necessário que nós, aqui – sobretudo os Presidentes que estão há mais tempo no exercício do mando, como o Presidente Menem, o Presidente Fujimori – recordemos todos os casos em que essas “consignas” deixaram de ser “consignas” para serem práticas concretas do nosso exercício na Presidência.

Quero também aproveitar, ao agradecer as palavras do Presidente Fujimori, como sempre tão generoso, para recordar, como ele próprio fez, que tivemos aqui, nesta mesma sala, no dia 26 de outubro passado, um ato que realmente nos emocionou. Emocionou a ponto de chegarmos quase às lágrimas, pela expressão da vontade de dois países tão queridos, como o Equador e o Peru, que se encontravam aqui para assinar um acordo de paz.

Foi decisiva a maneira pela qual os dois Presidentes levaram adiante esse processo. O Presidente Menem, o Presidente Frei, o Presidente Clinton e eu próprio, que acompanhamos o tempo todo esse processo de paz entre o Equador e o Peru, sabemos avaliar o que significou de desprendimento, de vontade de pôr um ponto final numa questão que há décadas – até há mais de uma centena de anos – atormentava a convivência entre esses dois países.

Aquela cerimônia teve, certamente, um significado histórico. Foi, também, muito emotiva. Talvez seja do nosso temperamento latino-americano. Nós nem sempre distinguimos inteiramente os fatos objetivos da história e o esforço pessoal subjetivo. Ouvimos aqui, naquela oportunidade, as palavras dos dois Presidentes, carregadas de muito afeto, de uma carga emocional muito grande, e que marcavam, à nossa maneira, uma paz baseada na conveniência e

no interesse nacional, mas também marcada por um sentimento, uma vontade comum de pôr fim a um problema que poderia perturbar as relações de todo o continente.

Ora, de uma maneira talvez diferente, mas com o mesmo sentido de união, assistimos também, nesses últimos anos, à consolidação do MERCOSUL. Há três dias, ao tomar posse para o meu segundo mandato, perante o Congresso Nacional, eu disse uma obviedade, mas que é muito importante que seja repetida: que o MERCOSUL é a pedra de toque da nossa política externa.

E me apraz dizer isso aqui, na presença dos Presidentes dos nossos países amigos, do Presidente Sarney – que era Presidente da República quando começou a ocorrer uma aproximação mais forte entre o Brasil e a Argentina –, do Presidente Cubas Grau e do Presidente Menem que, durante esse tempo todo, foi essencial para que a relação entre o Brasil e a Argentina se transformasse numa relação de irmandade profunda.

Nós assistimos hoje à consolidação do MERCOSUL com o Paraguai, com o Uruguai. O Presidente Sanguinetti – que me telefonou para justificar a sua ausência – acompanhou isso de muito perto. E nós, hoje, acrescentamos ao MERCOSUL uma relação especial com a Bolívia e o Chile. Também o Presidente Banzer e o Presidente Frei expressaram solidariedade pela minha reeleição.

O fato é que temos, desde o Tratado de Assunção, a convicção tranqüila de que o MERCOSUL é, para cada um dos nossos países, mais do que uma base firme. É, também, a vontade continuada de união. Graças a isso, poderemos caminhar com mais firmeza para a integração hemisférica e para o diálogo com a União Européia.

Não fosse o MERCOSUL, cada um dos nossos países, isoladamente, teria mais dificuldades para a sua inserção, nesse momento em que temos, simultaneamente, a globalização e os processos de integração regional. Hoje, graças ao MERCOSUL, estamos avançando com muita tranqüilidade.

A unidade da América do Sul é, portanto, um processo irreversível. E é irreversível porque está baseada em valores comuns. E são comuns também os nossos interesses, em muitas matérias. Graças a esses valores e interesses comuns, o que estamos fazendo na América do Sul - e isso não é obra deste Governo, mas vem dos anteriores e é também obra dos governantes aqui presentes - vai continuar. Isso é algo de que se pode orgulhar a nossa geração.

Uma das coisas que mais me deram emoção, como Presidente da República - antes até, como Chanceler que fui, do Presidente Itamar - foi o acordo que conseguimos fazer com a Bolívia para a construção de um gasoduto para trazer gás boliviano para o Brasil. Havia cinquenta e poucos anos que se lutava por esse acordo. Pois bem, daqui a poucas semanas, estarei com o Presidente Banzer inaugurando o gasoduto. Estou tendo a alegria de ver transformados em realidade muitos dos meus sonhos antigos.

Há poucos dias, fui à Venezuela, na fronteira, para inaugurar uma estrada de integração do Brasil com a Venezuela. Ao lado dessa estrada, há uma linha de energia elétrica, que vai trazer a energia de Guri, da Venezuela, para as terras de Roraima, no Brasil. O Paraguai e o Brasil já estão irmanados há muitíssimo tempo, com muitos interesses comuns. E temos, hoje, Itaipu, que nos une irreversivelmente. Com a Argentina é a mesma coisa, com o gás, com a energia elétrica.

Enfim, nós hoje temos uma geografia econômica que nos une. E há pouco, falando com o Vice-Presidente da Colômbia, que nos dá a honra da presença, em nome do Presidente Pastrana, mencionávamos outro sonho nosso, que vamos realizar. Vamos fazer um projeto siderúrgico com o carvão da Colômbia e com os nossos minerais. Assim, nós vamos atando, pouco a pouco, o Brasil aos diversos países vizinhos, como estamos fazendo também com o Peru, inclusive, quem sabe, amanhã, com o gás de Camisea.

O fato é que já existe todo um processo de

integração, que se faz com naturalidade, para que nós criemos, como estamos criando, um espaço compartilhado de prosperidade do Cabo Horn até o Caribe. Para que a integração hemisférica se faça com base numa capacidade efetiva nossa de discutirmos os nossos interesses. Vamos unindo, ao mesmo tempo, o nosso espaço platense, andino, amazônico, sul-atlântico, pacífico e caribenho. Essa é a verdade: nós, aqui, dispomos dessas imensas regiões e, pela sua diferenciação, ao se integrarem, se transformam numa região muito forte.

Podemos, por isso mesmo, influenciar, e de forma decisiva, a agenda internacional. Temos o que dizer sobre o desenvolvimento e não podemos fugir à responsabilidade de fazê-lo. Mais do que nunca, a interdependência é hoje uma característica que define o sistema internacional.

Nenhuma região do mundo, nenhum país pode se sentir alheio ao que acontece nos outros países, nas outras regiões. Os efeitos das decisões nacionais se propagam, às vezes para o bem, às vezes para o mal. Crises ocorridas em lugares distantes acabam se propagando e nos perturbam em nosso processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

Não podemos ficar alheios a essas crises. Devemos discuti-las, acompanhando o que está acontecendo no mundo todo. Devemos, também, influir nos grandes processos decisórios. Temos que apresentar as nossas alternativas.

Infelizmente, algumas expectativas internacionais razoáveis reverteram-se nos últimos tempos. Fomos obrigados a adaptações e a sacrifícios. Temos que consolidar o nosso processo de desenvolvimento, apesar dessa sucessão de crises externas.

O fato de nós, hoje, estarmos cada vez mais unidos nos leva a reflexões comuns sobre esses processos. Não é mais uma voz isolada aquela que mostra os riscos do que costumo chamar de globalização assimétrica. E não a chamo assim apenas porque essa assimetria agora tocou-nos mais de perto,

mas porque existem certos processos que são perversos e que podem afetar as finanças internacionais, num jogo insensato de apostas, que transforma os mercados em cassinos.

A primeira vez que, como Presidente da República, saí do país, quando fui eleito, fiz uma visita ao Chile, país no qual vivi tantos anos e que me é tão grato. Lá, exortei a Comissão Econômica para a América Latina, a CEPAL, para que discutisse essa questão, que me parecia uma questão fundamental.

É razoável que no mercado ganhe mais quem tem melhores condições de competição, quem produza com maior qualidade e com maior eficiência. O mercado deve remunerar o esforço, o trabalho, a inovação técnica, o espírito empreendedor e não a especulação. Não é bom um sistema no qual se opere apenas com a perspectiva do curto prazo e de ganhos imediatos que, às vezes, podem inviabilizar projetos de mais longo prazo.

Nós, aqui no Brasil, temos vencido ataques seguidos contra a estabilidade da nossa economia. Não somos os únicos. Os nossos países irmãos também têm passado por essa dificuldade. E se há um exemplo que demos ao mundo foi o de que resistimos a esses ataques sistemáticos, que têm ocorrido nos últimos anos, e de que temos sustentado — e vamos sustentar — a nossa capacidade de continuar avançando.

A globalização é, simplesmente, um fato do nosso tempo. Seria inútil e improdutivo opor-se a ela por razões ideológicas. Não teria efeito nenhum. E seria igualmente irresponsável não buscar mecanismos para fazer da globalização um fator de promoção daquilo que, realmente, é um valor. E o valor não é a globalização, é o desenvolvimento econômico, é o desenvolvimento social.

Nos últimos tempos, as sociedades já superaram os falsos dilemas que opunham um estatismo extremado ao culto irrestrito das virtudes de um mercado desregulado. Sabemos, naturalmente, das vantagens da liberdade de competição, dos jogos do mercado. Elas são fundamentais para a produção

de riquezas.

Não cabe a ninguém sensato, hoje, imaginar um mundo em que o Estado controle e impeça o funcionamento do mercado como um instrumento de sinalização. Mas tampouco é possível que isso se realize sem um marco regulatório apropriado.

É o que estamos fazendo em nossos próprios países. Um país como o Brasil abre os seus mercados, aumenta a competição, quebra monopólios, cria agências reguladoras, para permitir o quê? Para permitir que o bem público seja atendido, que o povo seja atendido, que a população sinta os efeitos positivos da competição e não, simplesmente, para que a população sofra apenas os efeitos, eventualmente perversos, da falta de regulamentação.

Ora, se no plano interno isso já é um fato corriqueiro, creio que no plano internacional nós ainda temos um longo caminho a percorrer. Esse caminho não pode ser, simplesmente, a estimulação de formas irracionais de competição. Tem que incluir formas, as mais racionais possíveis, de competição e de movimentação do capital no plano internacional.

São necessários instrumentos que aumentem a previsibilidade. Que promovam os fluxos de investimentos, mas que tenham um sentido produtivo e protejam o trabalho, que constrói o futuro.

Uma globalização assimétrica comporta riscos de exclusão e de aprofundamento das desigualdades entre os países e dentro de cada um deles.

A liberdade de competição não pode significar um contínuo agravamento das desigualdades. Não foi para isso que os fundadores da economia moderna, desde os séculos XVIII e XIX, pensaram na competição. A competição foi pensada como instrumento de alocação mais racional de recursos, o que ela, efetivamente, é. Se a alocação for, simplesmente, pela vontade política, pode introduzir desigualdades desnecessárias. É para dar maiores oportunidades de competição, portanto, de igualdade, que se defende a existência dessa liberdade.

Não quero voltar a fórmulas simples, que

foram insuficientes no passado e que, hoje, não seriam apenas improdutivas, seriam ingênuas. Mas acredito ser fundamental que a comunidade internacional seja capaz de articular os aspectos comerciais e financeiros da economia, de modo a que possam atender ao desenvolvimento e ao sentimento de justiça.

A razão não tem residência fixa e única no mercado. Tampouco ela pode encontrar a sua realização em esquemas desequilibrados, nos quais os mercados mais fracos se abrem e os mais fortes se protegem. Não podemos aceitar essa desigualdade, uma visão antiprotecionista que supõe um protecionismo dos mais fortes. E a nossa ação conjunta, assim como a de cada um dos nossos países, tem sido, efetivamente, a de evitar que isso ocorra.

Estamos, todos, na América do Sul, enfrentando esses desafios e cumprindo o nosso papel, ao mostrar a necessidade de reverter tendências e práticas negativas, que impedem, precisamente, que o multilateralismo atue de forma eficiente para regular as relações comerciais. Temos que agir juntos. Para isso, precisamos convocar ao debate as lideranças internacionais, instilar o sentido de responsabilidade e abrir novos caminhos. O Presidente Fujimori falou, há pouco, da necessidade dessa ação conjunta.

O Brasil não tem aspirações a liderar, mas tem aspirações a expressar um sentimento que é de cada um, o sentimento de que nós temos muito o que dizer, como sul-americanos, sobre esse processo todo.

Não podemos imaginar que o mundo não seja receptivo a essas preocupações. O Brasil tem que dar o testemunho de que, ainda recentemente, o sistema financeiro internacional - e os países mais desenvolvidos - se sensibilizaram para as dificuldades momentâneas do Brasil e deram um forte apoio. Eu, nesse caso, quero até chamar a atenção para o fato de que líderes mundiais, como Bill Clinton, tiveram uma posição clara, não só de alertar, mas também

de atuar, no que diz respeito à situação brasileira, para mostrar que essa solidariedade tem que existir em momentos de dificuldades. Dificuldades que são ocasionadas, não pelos defeitos inerentes ao funcionamento de uma economia nacional, mas por problemas inerentes a essa falta de regulamentação e ao contágio entre as economias do mundo.

Não podemos deixar de estar atentos a outro aspecto da questão internacional, que não diz respeito diretamente à questão econômica, mas ao campo da política e da segurança.

É inegável que, no caso da América do Sul, temos essa vocação de paz e de democracia. Mas, infelizmente, nem todas as regiões do mundo são iguais à América do Sul, cujo último conflito foi terminado nesta sala, há pouco tempo. Com o fim da Guerra Fria, o sistema internacional teve uma oportunidade única para mudar de qualidade. Vislumbrávamos a emergência de uma nova era. Vimos, entretanto, que os últimos anos nos impõem uma avaliação mais sombria do que está acontecendo. Existem motivos para preocupação e não devemos escondê-los.

Houve grandes avanços, especialmente na consolidação dos direitos humanos, da consciência ambiental e nos importantes esforços para combater o crime organizado. Mas a nova ordem internacional ainda é uma planta muito frágil. Existem tentativas inaceitáveis de burlar o sistema internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa, armas químicas, biológicas e nucleares. Não podemos concordar com elas.

Temos autoridade moral para afirmar isso. O Brasil e a Argentina foram pioneiros na construção de um novo relacionamento no que diz respeito à questão nuclear, um entendimento que permitiu uma tranquilidade imensa no nosso relacionamento, porque abrimos mão, conscientemente, da utilização da nossa capacidade de conhecimento nuclear para fins militares. Fizemos isso. Podemos, portanto, cobrar dos outros que o façam. E, infelizmente, alguns países continuam avançando na direção oposta. Há ameaças

reais de que, em conflitos, se utilizem armas químicas e biológicas.

Estamos, ainda, testemunhando manifestações de tendências regressivas, que têm, na lógica do poder, uma pretensão de se impor aos imperativos do direito. Não há fundamento válido para qualquer ordem internacional fora do direito. Se não houver o direito como pedra angular da ordem internacional, o uso unilateral da força acaba corroendo a idéia de um ordenamento jurídico justo da interação entre os Estados.

Se o unilateralismo e o uso da força forem perseguidos como os princípios ordenadores das relações internacionais, a opção racional, a longo prazo, acabará sendo uma aposta no aumento dos recursos que viabilizam o exercício do poder, e não uma aposta na ordem e na normatividade, com fundamento no direito.

Uma ordem verdadeiramente nova deve ter, como aspecto primordial, a aceitação de instituições multilaterais. A questão do Conselho de Segurança é fundamental. Se não tivermos, na nova ordem, uma instituição que tenha a legitimidade para tomar as decisões para a preservação da paz, tudo se tornará mais difícil, porque inexistirá uma fonte de legalidade e de legitimidade para os atos que garantem a paz. Haveria, de novo, o risco de o futuro ser marcado pelo predomínio da força e não pelo predomínio da razão, da negociação entre os povos.

Não cabe a mim, neste momento festivo, entrar em detalhes, mas há elementos suficientes para entender a preocupação com relação à fragilidade das instituições internacionais na regulação do uso da força e com relação aos riscos que essa fragilidade pode provocar no que diz respeito ao futuro da ordem internacional. Nós, no Brasil, sabemos da nossa limitação nessa matéria. Mas temos também a noção de que, além daquilo que é fundamental para reforçar a nossa credibilidade - o legítimo interesse nacional -, temos que atuar em conjunto com outros países, tendo uma visão dessa nova ordem internacional, de que queremos ser partícipes e da qual queremos ser

construtores.

Nada disso terá validade, nada disso terá força, se não formos capazes de, dentro dos nossos países, fazermos o que pregamos para fora. Isso é algo de que nós temos consciência. Cada um de nossos países está empenhado, como nunca antes, em realizar mudanças internas. Com isso, temos maior capacidade de falar com clareza e firmeza, no plano internacional. Mudanças internas na mesma direção: da manutenção da democracia, portanto, de uma ordem legítima, da diminuição das diferenças entre as regiões e entre as classes da sociedade.

Eu sei das dificuldades para mudar tudo isso. E cada um de nós sabe. Mas tenho a convicção de que vamos conseguir fazer o que é necessário. E essa convicção deriva do fato de que, neste continente, já fizemos muito nas últimas décadas.

Quem conheceu este continente há 30 ou 40 anos e o vê hoje - quem viu a Europa no pós-guerra e a vê hoje -, volta a ter crença na humanidade.

Os reparos que fiz há pouco, tanto sobre a ordem econômica quanto sobre a questão da ordem política internacional, não os fiz como quem não acredita que as coisas vão melhorar, mas como quem tem a consciência de que é preciso lutar mais, para que elas melhorem. E de que nós não podemos nos conformar, nem com as desigualdades econômicas, nem com o arbítrio, nem no plano interno nem no plano externo. Tenho a convicção de que nós seremos capazes de realizar as transformações.

Creio que os povos, como os nossos, que passaram por tantos momentos de dificuldades, não só de arbítrio como de penúria, e que hoje têm um horizonte mais amplo, que hoje têm a esperança ao seu alcance, são povos capazes de instilar, nos seus governantes, a energia necessária, a determinação necessária, para que as coisas mudem para melhor.

E termino dizendo aos Presidentes Mahuad, do Equador, Fujimori, do Peru, Cubas, do Paraguai, e Menem, da Argentina, e ao Vice-Presidente da Colômbia, que a sua presença aqui, com as suas delegações, e o fato de que o primeiro encontro do

meu Ministério ocorra em comum com os Senhores, nos dão uma vontade ainda mais férrea de levar adiante as transformações do meu país.

Eu tenho absoluta tranquilidade de que, diante do quadro que acabei de mostrar, vamos agir conscientemente, com força, com determinação, com energia. E de que vamos continuar contando com o apoio dos países irmãos. Não tenhamos nenhuma dúvida: esta América foi feita para a prosperidade.

Esta América do Sul foi feita para a democracia. Esta América e este povo foram feitos para avançar. Quaisquer que sejam as dificuldades, elas serão sempre momentâneas. Encontrarei sempre forças no meu povo e no apoio dos países amigos.

Termino saudando, agradecendo de todo o coração a presença de todos e especialmente dos meus colegas que aqui estão.

Muitíssimo obrigado.

Posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores

Discurso do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa ao assumir o cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores. Brasília, 4 de janeiro 1999

No fluxo incessante das circunstâncias e da atualização de possibilidades que compõem a vida de cada um, é muito rara a graça de uma segunda oportunidade. Vossa Excelência, ao me convocar para acompanhá-lo neste seu renovado mandato à frente do Itamaraty, me propicia uma destas singulares e infrequentes ocasiões.

Hoje, ao assumir as funções de Secretário-Geral das Relações Exteriores, vejo-me diante de uma quantidade de sentimentos que vão da ilusão do tempo recuperado à certeza do amadurecimento; do encantamento pelos imprevisíveis rumos do destino à circunspeção da responsabilidade acrescida. Como se me defrontasse diante de um espelho imaginário, capaz de refletir a atualização de um momento passado. Havendo-me tornado meu próprio antecessor, acrescenta-se à já difícil missão de suceder muitos dos nomes mais ilustres que honraram as tradições e o prestígio do Gabinete do Visconde de Cabo Frio, inclusive o do meu sogro, Embaixador Mozart Gurgel Valente, e o de Vossa Excelência, o desafio de medir-me contra mim mesmo.

Pelo que sei, há pelo menos um precedente: o do Embaixador Vasco Leitão da Cunha, um dos profissionais mais emblemáticos da História do Itamaraty, que foi Secretário-Geral do Ministro Vicente Rao, entre 1953 e 1954, e do Ministro Affonso Arinos, em 1961. Quase sem tirar nem pôr,

o mesmo intervalo de sete anos que me separa daquele instante em que assumia o cargo a convite do Ministro Celso Lafer, este grande homem público, itamaratiano por vocação e adoção, muito querido amigo, que volta agora a Brasília para prestar um novo e importantíssimo serviço ao país e que me dá o significativo prazer de estar aqui presente. Cargo que me foi passado então por outro dos nossos mais competentes e brilhantes diplomatas: o Embaixador Marcos Azambuja, a quem posteriormente sucederia em Buenos Aires. Poucos meses depois, tive o privilégio de passar as funções a Vossa Excelência, que, por sua vez, as recebia do Ministro, agora nosso Presidente em seu segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso. Hoje, pela mão de Vossa Excelência, recebo este mesmo cargo do Embaixador Rego Barros, a quem, por sua vez, transmito a Embaixada em Buenos Aires.

Que extraordinárias circunstâncias estas, que nos ensejam tantos e tão significativos entrelaçamentos?

Não resisto à tentação de recordá-las e compartilhá-las porque vejo nelas bons augúrios, presságios positivos que se harmonizam com a longa história de tradições deste nosso Itamaraty que é, na feliz expressão do Embaixador Azambuja, que também nos dá o grande prazer de estar aqui esta tarde, uma Casa bem-assombrada. Ocasões como

esta colocam em evidência uma das características mais expressivas do serviço diplomático brasileiro: a capacidade de associar permanentemente continuidade e renovação.

Vossa Excelência, Ministro Lampreia, expôs-nos com absoluta clareza as linhas mestras da política que, sob a orientação do Presidente Fernando Henrique, o Brasil seguirá aplicando em suas relações exteriores. Trata-se de um conjunto de políticas ativas de amplo alcance, que refletem uma visão objetiva da realidade internacional e indicam a maneira como o Brasil tem procurado atuar em função de suas próprias circunstâncias e de suas prioridades. São visões e políticas que, ao expressar o sentimento da sociedade brasileira, conferem a legitimidade indispensável à ação que nos compete desenvolver no plano externo e reforçam a credibilidade internacional do Brasil. Posso assegurar-lhe que, a começar pelo Secretário-Geral, a sua Casa continuará permanentemente mobilizada - em Brasília e em todos os lugares do mundo por onde se estende a rede de representação diplomática e consular brasileira - para coadjuvá-lo na tarefa de dar seguimento e complementar as grandes linhas de política externa implementadas desde 1995. Acreditamos plenamente no projeto e teremos orgulho em contribuir para a sua consolidação e aprofundamento neste novo mandato que a sociedade brasileira outorgou pelas urnas ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nestes últimos quatro anos, Vossa Excelência imprimiu ao Itamaraty a sua visão de homem público voltado para o engrandecimento do Brasil, o seu talento, a sua cultura, o profissionalismo de toda uma vida de serviço à nossa Casa, a sua permanente disposição ao diálogo, assim como a marca de sua personalidade generosa. Anima-nos saber que nos próximos quatro anos continuaremos a contar com o benefício de sua liderança.

Caberá a Vossa Excelência encerrar à frente do Itamaraty um século que para todos os efeitos se iniciou sob a égide da imensa figura de Rio Branco.

Sem romper os vínculos da tradição, Rio Branco preparou o Brasil para as mudanças que então se anunciavam, atualizando e modernizando uma política externa que, desde os tempos coloniais, havia sido fundamental para a configuração do espaço e da própria identidade do Brasil.

Vossa Excelência recebeu agora do Presidente da República a missão histórica de conduzir o Itamaraty ao Século XXI. E o fará, como tem feito, com o mesmo espírito intensamente nacional que o Barão infundiu à política exterior brasileira: com um agudo sentido do novo e um sentimento profundo do permanente; com a memória viva da História e os olhos postos no futuro; com a visão crítica da realidade e ímpeto criativo da utopia.

São tempos difíceis os que temos pela frente. Um acúmulo de demandas e de restrições que desafiam a nossa capacidade e mais do que nunca exigem perseverança e inventividade. Para o nosso Itamaraty, como Vossa Excelência bem acentuou, faltarão, como já estão faltando, os recursos necessários.

Se de algum consolo serve, recordo que nossos problemas não são novos: o Barão do Rio Branco consignou em seu Relatório de 1904 haver encontrado o Ministério desarmado em pessoal e material, com alguns serviços abandonados e verbas exíguas - senão ridículas - para a atuação que dele se esperava, e com menos funcionários do que no tempo do Visconde seu pai, em 1859. São palavras do Barão, que bem poderiam estar sendo pronunciadas por Vossa Excelência.

A situação então prevalecente, porém, não privou o Barão, como não privará Vossa Excelência, de cumprir a sua missão. Nada nos impedirá de fazer, conforme a sua determinação, o melhor possível com os recursos disponíveis.

De minha parte, comprometo-me a cumprir e a fazer cumprir plenamente as metas gerais e específicas traçadas por Vossa Excelência. Compensaremos a atual falta de recursos com ainda maior dedicação à tarefa e com doses acrescidas de

imaginação e criatividade. Não perderemos qualidade, nem sacrificaremos aspecto essencial algum da nossa representação externa. Nenhuma restrição momentânea fará com que o Itamaraty se apequene enquanto espera a ocasião em que possa recuperar um nível orçamentário compatível com a crescente importância da atividade diplomática para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Diplomacia tem muito que ver com estilo: é tão importante saber o que fazer, quanto saber como fazer. O nosso Itamaraty se distingue por um estilo próprio, em que a eficácia sempre esteve associada à correção formal. Uma certa maneira de ver o mundo e de fazer as coisas que se transmite de geração em geração. Algo que nos confere prestígio e autoridade para bem promover e defender os interesses externos do Brasil.

Custou-nos muito construir este patrimônio moral que é reconhecido internacionalmente e que nos assegura uma singular capacidade de irradiação. Daquela pequena estrutura implantada pelo Marquês de Aracati em agosto de 1828, a Secretaria de Estado transformou-se numa organização moderna, em constante desenvolvimento, que busca permanentemente incorporar os benefícios da tecnologia. Não podemos deixar de acompanhar a evolução constante dos métodos de gestão e de operação diplomática, sob pena de perdermos competitividade. No mundo extremamente veloz e interdependente dos nossos dias, em que a atividade diplomática alcança praticamente todos os setores de atividade e as decisões internacionais refletem-se imediatamente no dia-a-dia da sociedade, qualquer perda de competitividade de nossa parte poderia ter consequências muito nocivas para o Brasil.

Este foi o espírito com que Vossa Excelência dirigiu esta Casa nos últimos quatro anos. Este seguirá sendo o espírito com que enfrentaremos os desafios que nos aguardam. E que não serão poucos.

Mas estamos preparados para eles. Nosso país felizmente superou os triunfalismos e os catastrofismos. Amadureceu. Incorporou plenamente

os valores da democracia e do respeito aos direitos humanos. O Brasil de hoje não se auto-engana: vê-se por inteiro nas suas próprias circunstâncias. Sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nossa sociedade fez claramente uma opção por políticas afirmativas: abertura, estabilidade, crescimento, integração e participação social. Para que possamos implementar estas políticas, precisamos assegurar um ambiente internacional propício. Necessitamos trabalhar em harmonia com os nossos parceiros para atenuar e eventualmente eliminar os fatores de ambigüidade, dispersão e disfuncionalidade que ainda se fazem sentir no sistema internacional pós-Guerra Fria. Sabemos que estamos diante de um quadro internacional cuja estabilidade é ilusória. À falta de um padrão atualizado e eficaz de organização internacional, o poder se expressa de maneiras freqüentemente surpreendentes e unilaterais. Um quadro fragmentado, um sistema que não se tem revelado capaz de lidar adequadamente com situações periféricas de conflito e de exclusão. Um sistema, enfim, que não gerou ainda uma visão razoavelmente compartilhada de futuro e que, portanto, deveria estar em busca de sua própria superação mediante a implantação de instrumentos associativos, não coercitivos, de cooperação e de integração.

O Brasil tem seguramente um papel a desempenhar neste processo. Sem excesso de ambição, como bem advertiu Vossa Excelência ao sintetizar com muita felicidade as diferentes vertentes da ação diplomática brasileira, mas consciente das necessidades de projeção e intercâmbio que requerem de nossa parte um trabalho diplomático de espectro global. E que exigem, como há poucos meses expunha Vossa Excelência em Aula Magna no Instituto Rio Branco, um sentido permanente de autonomia, ou seja, “a capacidade de atuar no meio internacional com margem de escolha e de manobra suficientes para seguir caminhos delineados pelas condições e opções do país”.

José Bonifácio já expressava nos tempos da

independência esta política que hoje podemos pôr em prática: “O Brasil - dizia o Patriarca - quer viver em paz e amizade com as outras nações, há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros, mas jamais consentirá que intervenham nos negócios do país”.

Assim estamos preparados para trabalhar e para nos movermos neste chamado mundo da globalização. Sem deixar que uma enganosa lógica de acomodação nos impeça de pensar no futuro com a autonomia de nossas próprias perspectivas e de prosseguir com redobrado afinho na grandiosa tarefa de construir um espaço de prosperidade compartilhada na América do Sul.

Vossa Excelência apontou-nos o caminho. Seus colaboradores aderem ao desafio e estão preparados para segui-lo com a determinação de quem começa.

Talentos não nos faltam nesta Casa. Da alta Chefia ao mais humilde servidor do Itamaraty, compomos um corpo preparado, cioso de sua importância institucional, e disposto ao trabalho. A equipe montada por Vossa Excelência é representativa das melhores tradições de profissionalismo do Itamaraty. Incorporo-me a ela com o benefício do muito que já foi feito e do muito que está sendo feito para minimizar os efeitos da escassez e tornar o Itamaraty mais competitivo.

Grande parte deste trabalho a Casa deve ao nosso amigo comum, a quem tenho a honra de suceder, e que me dará grande alegria ver doravante no Palácio Pereda em Buenos Aires: o Embaixador Sebastião do Rego Barros. Sua execução segura, competente e criativa das diretrizes traçadas por Vossa Excelência foi responsável por uma quantidade impressionante de realizações e de transformações positivas no Ministério. Ampliou-se a conexão do Itamaraty com a sociedade brasileira em todos os sentidos, em particular pela revalorização da área consular e jurídica; renovaram-se práticas e métodos de trabalho, ao mesmo tempo em que se modernizou a estrutura física do Itamaraty; descentralizou-se a gestão da Casa; tornaram-se mais objetivos os

critérios de movimentação, acesso e promoção de funcionários; melhoraram-se sensivelmente os padrões de remuneração; novos e modernos métodos de informatização foram implantados; ampliou-se e valorizou-se a participação dos postos no processo de formulação e de implementação de políticas; e possibilitou-se a inserção mais operativa das carreiras de apoio na estrutura funcional da Casa.

Comprometo-me a seguir buscando maneiras de modernizar e tornar mais eficiente a administração de nossos recursos humanos, orçamentários e materiais nas linhas das instruções ora recebidas. Será particularmente importante prosseguir no caminho já iniciado com vistas ao aperfeiçoamento dos processos de treinamento e capacitação dos integrantes do serviço exterior brasileiro. Estou seguro de contar para tanto com o benefício da experiência e da sabedoria do Embaixador Rego Barros, expressas com impecável profissionalismo no seu Relatório de Gestão. É meu sincero desejo prosseguir na trilha por ele aberta, buscar consolidar e aprofundar os êxitos por ele alcançados, assim como encetar as tarefas por ele indicadas como necessárias.

O Embaixador Rego Barros deixa as suas funções cercado da admiração e do respeito de todos os seus colegas no Itamaraty e de todos os que, no Governo ou na sociedade civil, tiveram a sorte de conviver com o seu espírito finíssimo, a sua aguda sensibilidade política e a sua invariável devoção ao interesse nacional. São estes apenas alguns dos muitos atributos de sua rica personalidade e que certamente o habilitarão a exercer com o brilho de sempre as suas novas funções em Buenos Aires. Creio interpretar o sentimento de todos os seus amigos aqui presentes ao agradecer a Sebastião todo o trabalho que realizou nestes quatro anos de intensa dedicação ao Ministério e ao desejar a ele e a Tite o mais merecido dos êxitos e a mais ampla das felicidades em Buenos Aires.

Só me resta agradecer muito especialmente a Vossa Excelência a confiança com que me honrou ao indicar o meu nome ao Senhor Presidente da República. E pedir-lhe que transmita ao Presidente

Fernando Henrique os meus respeitosos agradecimentos pelo privilégio que me concedeu, juntamente com a expressão de minha plena e invariável disposição de servir à sua administração.

As generosas referências que Vossa Excelência fez a meu respeito em seu discurso me sensibilizaram a fundo e me obrigam mais ainda nesta segunda oportunidade a dar o melhor de mim mesmo para me elevar à altura das suas expectativas. Nossa lealdade é irrestrita, nosso convívio é antigo e, como observou Vossa Excelência, está cercado de vínculos familiares. Tal como o Conselheiro Luiz Felipe de Souza Leão, pernambucano ilustre cujo nome compartilhamos e cuja memória desejo evocar nesta oportunidade, nossas vidas profissionais estiveram sempre dedicadas ao serviço do país. Felizes as circunstâncias que nos permitem agora associar-nos diretamente na condução da diplomacia brasileira. Felizes também as circunstâncias que nos permitem, a Marilu e a mim, retomar o convívio com nossa querida Lenir, amiga de toda a vida e de tantos momentos importantes.

Conte plenamente comigo, Ministro Lampreia. Contem plenamente comigo todos os companheiros, colegas e amigos que compõem a nossa Casa.

Trabalharemos juntos, no melhor espírito itamaratiano, para honrar as nossas tradições do passado, superar as limitações do presente e construir um futuro de crescente valorização da presença e da atuação do Brasil no cenário internacional.

Muito obrigado.

Discurso do Embaixador Sebastião do Rego Barros por ocasião da Transmissão do Cargo de Secretário-Geral ao Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Brasília, 4 de janeiro de 1999

Hesitei muito em trazer um texto escrito, pois nutro certa antipatia por discursos de despedida. Acho que quem parte deve fazê-lo rapidamente e, de preferência, em silêncio. Sempre me lembro de um trecho de um livro de Kurt Vonnegut que dizia

algo mais ou menos assim: “na vida real, assim como na ópera, as árias de adeus só contribuem para agravar uma situação irremediável”.

Para um diplomata, porém, principalmente para um embaixador, partir rapidamente é algo impossível. Os trâmites oficiais e legais, bem como o afeto dos amigos, expressado em um alentado número de homenagens, fazem da partida um lento e excruciante caminho.

Não podendo partir rapidamente, pretendia fazê-lo em silêncio. Por esse motivo, coloquei, no dia 31 de dezembro último, meu relatório de gestão na nossa internet, a Intratec. Todos podem lê-lo ou deixar de lê-lo se o quiserem. Não serão as senhoras e os senhores aqui presentes, voluntários reféns de uma cerimônia de posse do novo Secretário-Geral, obrigados a ouvir uma leitura de relatório por mim. Contento-me em afirmar que a valorização do brasileiro como cidadão, a qualidade da ação diplomática, a democratização e a descentralização foram metas que almejei com vigor e persistência. Neste momento pretendo apenas agradecer, saudar e despedir-me.

Para serem completos e correspondentes ao que sinto, os agradecimentos teriam de ser longos e proferidos por talentoso orador. Desprovido de talento, faço-os curtos e breves.

Desejo agradecer a todos os funcionários do Itamaraty, de todas as categorias funcionais, tanto àqueles que estão na Secretaria de Estado, quanto aos que se encontram no exterior, muito particularmente aos chefes de posto, por sua contribuição, ajuda e compreensão. Atravessamos momentos difíceis no campo orçamentário, cujos efeitos incidem mais no exterior, pois é aí que o Ministério despende a maior parte de seus recursos.

Desejo agradecer aos funcionários e chefes de Seções e Divisões, aos funcionários, Secretários e Diretores-Gerais de Secretarias e Departamentos. Aos funcionários e ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado.

Uma palavra especial para os Subsecretários-

Gerais e o Secretário- Geral Adjunto. Com os que estão aqui presentes – João Augusto de Médicis, Ivan Cannabrava, Luiz Augusto Castro Neves e José Alfredo Graça Lima – e com os que os antecederam – José Arthur Denot Medeiros, José Botafogo Gonçalves, Fernando Reis, Oto Maia e Adhemar Bahadrian – tive uma relação fluida, leal, franca e amiga que muito me enriqueceu.

Àqueles que trabalharam mais diretamente comigo na Secretaria Geral – a meu Chefe de Gabinete, Luiz Tupy, à Leonilda Beatriz, ao José Roberto substituído no início do ano passado pelo Evandro Didonet, ao João Pedro, ao Maurício Lyrio e ao André Odenbreit – uma homenagem muito particular de gratidão por sua lealdade, empenho, argúcia e inteligência. Desejo, através de Edna Wiedemann – guardiã e amiga que zela por mim há 25 anos – agradecer a minhas outras secretárias e a todo o pessoal de apoio da Secretaria Geral. Meu muito obrigado a vocês que foram meus olhos e braços durante esse período tão rico e movimentado que ora se encerra.

Estou certo de que todos aqueles que acabo de mencionar continuarão, em futuras funções, a desempenhar-se com afincio e dedicação pelo bem do serviço exterior brasileiro. Desejo-lhes muita felicidade em suas vidas pessoais e funcionais.

Para o Ministro de Estado e Chefe desta Casa meu agradecimento por me ter indicado para Secretário-Geral, por todo o apoio que me deu e pelo futuro posto para onde rumo, que sempre foi um grande objetivo de minha carreira. Também minhas felicitações por sua recondução como Ministro das Relações Exteriores pelo Presidente da República. O Itamaraty sob a segura e democrática direção de Vossa Excelência estará cada vez mais bem preparado e apto para seguir a política e atingir os objetivos traçados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para meu colega, amigo, parceiro e companheiro Luiz Felipe Lampreia e para Lenir não tenho palavras. Como poderia agradecer a Lenir sua

amizade, seu constante ânimo de fazer algo positivo, todas suas ações sempre marcadas pela generosidade? Meu afeto permanente por você, Lenir, substitui minhas palavras.

Felipe, este tempo que ora se encerra foi para mim um dos mais ricos e desafiantes de minha vida. O convívio diário, a caminhada juntos inspirada pelo propósito comum de trabalhar pelo Brasil, nossas conversas francas, seu companheirismo e solidariedade, sua amizade tão desprendida e presente, tudo isso me alimentou e animou para seguir em frente na batalha.

Ao partir dói-me de certo modo perder nosso convívio diário. Consola-me, entretanto, ter a mais absoluta certeza de que a distância geográfica que, por largos momentos no passado, se interpôs entre nós será mais uma vez incapaz de nos separar ou de enfraquecer os laços que atamos por termos compartilhado tantos sonhos e vivido momentos fáceis e difíceis lado a lado.

Ao deixar o convívio de tantos amigos aqui na Secretaria de Estado e na capital de nosso país, consola-me também ter o privilégio e a satisfação de passar o cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores a um dos diplomatas mais brilhantes e competentes desta Casa.

O Embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa, também velho amigo e companheiro, reúne um conjunto de qualidades que raramente se encontra em uma mesma pessoa: cultura, inteligência, fino senso de humor, aguçado sentido político, capacidade de trabalho e de chefia, bem como elevado espírito de solidariedade. Estou certo de que ele, acompanhado por Marilu – que conheci sempre inteligente quando era ainda estudante em Bruxelas, meu primeiro posto – dará um novo sopro a esta nossa Casa. Ninguém melhor do que o Embaixador Seixas Corrêa para bem conduzir o que tem o Itamaraty de melhor: renovar-se com tradição. Ponho-me a partir de agora sob seu comando e lhe desejo muito êxito. Seu sucesso será o sucesso de nós todos.

Tendo agradecido e saudado, resta-me agora

despedir-me.

Deixo o cargo de Secretário-Geral com muito orgulho por ter vivido um período em que o Brasil, sob a condução do presidente Fernando Henrique, aumentou sua relevância na vida internacional, melhorou notavelmente sua imagem, tornou-se menos injusto e mais democrático. Tenho enorme satisfação em ter, ainda que um pouco, contribuído para isso. Deixo o Brasil convencido de que, em seu novo mandato, o Presidente Fernando Henrique Cardoso continuará conduzindo o Brasil de maneira segura e no rumo da democracia, da paz e do desenvolvimento que todos almejamos, o que consolidará nossa inserção ativa e soberana no sistema internacional.

Vou para a Argentina com grande ânimo. Há muitos anos que me empenho para melhorar e intensificar as relações do Brasil com esse país. Tive a feliz oportunidade de estar chefiando o Departamento Econômico quando, em meados da década de 80, findo o ciclo de regimes militares nos dois países, se iniciou uma nova etapa no relacionamento Brasil-Argentina, etapa essa baseada não mais em alimentar fantasmas do passado, mas em criar um novo ambiente onde os dois países pudessem construir algo em benefício de seus povos e dos povos da região.

Coube-me a fortuna de participar muito ativamente em duas frentes de negociação, a comercial e a nuclear, justamente os dois setores, principalmente este último, em que se concentravam as maiores dificuldades para a desejada aproximação.

Permito-me neste momento lembrar o nome, em homenagem póstuma, do negociador da parte argentina, o então Secretário de Assuntos Políticos do San Martín, Jorge Sabato, filho de Ernesto Sabato, o famoso autor de um conhecido clássico da cultura latino-americana "El Escritor y sus Fantasmas". Nossos encontros quase clandestinos e solitários que duraram quase um ano renderam frutos. O fantasma da ameaça nuclear entre nós já se esfumou no passado.

Parto para Buenos Aires com a intenção de seguir nesse trabalho – tão ardorosa e brilhantemente exercido antes de mim pelos embaixadores Seixas Corrêa, Marcos Azambuja e Francisco Thompson Flores – de enterrar fantasmas e construir um futuro melhor para os nossos dois países, para o MERCOSUL e para a região.

Nesse labor de construção terei a me ajudar Tite, que, a exemplo do que fez em meu último posto onde me mostrou "Os caminhos da eterna Rússia", também na Argentina saberá iluminar o melhor caminho, dando-me alento e inspiração.

Muito obrigado.

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, por Ocasão da Posse do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, no Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores. Brasília, 4 de janeiro de 1999

Sendo este o meu primeiro pronunciamento após tomar posse, pela segunda vez, no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, começo por agradecer ao Senhor Presidente da República a reafirmação de sua confiança.

Como nos últimos quatro anos, procurarei corresponder a essa confiança, que muito me honra, com lealdade, trabalho e com a determinação de bem servir ao Brasil que é a marca registrada do Itamaraty.

Compartilho a minha honra com os servidores desta Casa. Ao reconduzir um diplomata de carreira ao posto de Ministro de Estado – em especial por haver ele mesmo exercido o cargo de Chanceler – o Presidente Fernando Henrique Cardoso demonstra claramente o quanto confia, e também o quanto espera de nós. Seguirei desempenhando as funções com disciplina e lealdade, e, ao mesmo tempo, com a segurança e a firmeza que nascem da sintonia fina e permanente com o pensamento e a vontade do Chefe do Governo.

O equilíbrio dessas duas dimensões eu espero de cada um dos membros de nossa instituição. O

equilíbrio entre o cumprimento fiel das determinações superiores, de um lado, e, de outro, a participação ativa com idéias, propostas e espírito crítico. Somos treinados para cumprir instruções, mas também - e sobretudo - para participar da elaboração e constante reexame dessas mesmas instruções.

Muitos aqui presentes são testemunhas de meu desejo de ouvir os setores competentes da Casa antes de tomar decisões ou embarcar em missões ao exterior. Tenho procurado me beneficiar do ponto de vista não apenas das chefias, mas igualmente dos diplomatas mais novos que se ocupam diretamente dos temas.

Devo dizer que tenho especial alegria em conversar com os jovens, conviver com o seu impulso de mudar e construir. O Itamaraty precisa dessa energia; e o Brasil também. É um estímulo vital do qual não podemos prescindir.

Caros colegas,

Tal como indicou claramente o eleitorado brasileiro, devemos encarar a nossa jornada nos próximos quatro anos como o prosseguimento de uma obra coletiva que vem transformando a realidade do País sob a liderança do Presidente Fernando Henrique.

Ao mesmo tempo, é imperativo fazer do início desta jornada um momento de mobilização de forças, de renovação de vontades. Seguir em frente com a determinação de quem começa. É o que o Brasil espera e exige de nós. E é o que vamos fazer.

Poucas vezes em nossa história a escolha de um Presidente foi influenciada de modo tão significativo pela percepção da capacidade do candidato de compreender, atuar e projetar o País no cenário internacional. Em outubro, esse foi um dos elementos que pesaram na decisão da sociedade brasileira de reeleger Fernando Henrique Cardoso.

Em certo sentido, portanto, também a política externa recebeu um voto de aprovação do eleitorado. E esse endosso reforça a nossa decisão de servir ao Brasil que - como disse Rio Branco, no dia de seu retorno à Pátria para assumir o Itamaraty, em 1902 -

“todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado”.

A política externa do Brasil necessita da participação cada vez mais intensa dos diversos segmentos da sociedade na discussão e execução do nosso relacionamento internacional. Ela não pode ser o fruto de elucubrações solitárias, feitas em gabinetes fechados, pois seria artificial e precária. Precisa estar em sintonia com o que a Nação quer e espera.

Como tenho afirmado, a diplomacia brasileira conta hoje com uma “âncora social” que devemos tornar ainda mais sólida, por meio da transparência, do diálogo e da busca de mobilização - tal como fizemos, de modo exemplar, quando das chamadas pré-negociações para a ALCA. E procuramos fazer sempre mais na conformação do MERCOSUL. Para realizarmos bem o nosso trabalho, devemos ter sempre presente a realidade, as necessidades e a vocação do nosso país.

Com algumas importantes exceções, a fronteira mais próxima das grandes capitais brasileiras está sempre a muitas centenas de quilômetros. Não temos a vivência, felizmente, das profundas emoções populares que os conflitos internacionais suscitam nos países neles envolvidos, pois há mais de cem anos convivemos em paz e crescente harmonia com nossos dez vizinhos.

Mas o Brasil enfrenta ainda um amplo conjunto de graves problemas e desafios internos, a começar pela superação da injustiça social e de nossas fragilidades econômicas, que absorvem cotidianamente as atenções e as energias de todos nós.

Em função desses dados da realidade brasileira, as relações internacionais não ocupam entre nós o lugar central que têm na maioria dos países mais relevantes do mundo. Não aparecem normalmente nas primeiras páginas dos jornais, não são temas de campanha eleitoral, não são prioridades na agenda das lideranças políticas e sociais do País.

Os formuladores da política externa brasileira devem estar sempre atentos a este condicionamento

básico. Não devem esquecer que o sentido principal da política externa precisa ser a busca do desenvolvimento, em todos os seus múltiplos aspectos. Não devem, assim, contemplar ou preconizar programas e objetivos diplomáticos que superem a disposição de nossa sociedade para apoiá-los e financiá-los. Não podem pensar em iniciativas que não tenham enraizamento nos interesses nacionais.

A diplomacia brasileira deve estar solidamente plantada no chão do País, como o foi com Rio Branco, com Oswaldo Aranha, com Afonso Arinos, com Santiago Dantas, com Azeredo da Silveira, com Fernando Henrique Cardoso - enfim, com os grandes Chanceleres deste século que está por terminar.

É muito claro, para mim, que o Brasil deve procurar exercer um papel ativo e universal na defesa de uma ordem internacional, de um sistema econômico e comercial, de instâncias e processos decisórios mais abertos, justos e favoráveis aos países em desenvolvimento. Trata-se de uma decorrência natural de sermos uma das grandes nações, uma das grandes economias do mundo.

Mas é igualmente claro que não devemos, nem podemos alimentar visões de projeção global de nosso poder político-militar. As carências que enfrenta o povo brasileiro não permitem, de modo algum, a mobilização dos enormes recursos necessários para dar lastro e credibilidade a um projeto dessa natureza, como em algum momento imaginaram os defensores da idéia do "Brasil-potência".

Faz parte de nossa melhor tradição diplomática, desde a Independência, dar sentido realista à nossa política externa, recusando iniciativas de fácil fosforescência, e evitando guinadas bruscas de doutrina e de comportamento. Quase sempre foi assim, e é necessário que seja sempre assim.

Nos próximos quatro anos, portanto, nossas linhas de ênfase serão as mesmas, com algumas variações destinadas a complementar o projeto executado de 1995 para cá:

- A consolidação e o aprofundamento do

MERCOSUL;

- O fortalecimento da aliança estratégica com a Argentina;

- O aperfeiçoamento das excelentes relações bilaterais que já mantemos com todos os nossos vizinhos, em particular, com o Uruguai, o Paraguai, o Chile e a Bolívia;

- A determinação de realizar uma aproximação ainda maior com os países irmãos da Comunidade Andina, Peru, Equador, Venezuela e Colômbia, inclusive para chegarmos a um acordo de livre comércio logo que possível;

- A construção, na América do Sul, de um espaço integrado de intercâmbio econômico, articulação política e cooperação em todas as áreas, facilitado por indispensáveis empreendimentos comuns de integração física;

- A intensificação do diálogo e da cooperação com o México;

- O aprofundamento das relações com os países da América Central e com o Caribe, em especial com a Guiana e o Suriname;

- A participação no processo de integração hemisférica, com ânimo positivo e defesa intransigente de nossos interesses: não haverá concessões comerciais de nossa parte, se não houver estrita reciprocidade em termos de acesso ao mercado norte-americano, canadense e mexicano;

- O aperfeiçoamento continuado das relações com os Estados Unidos.

Como dizia Afonso Arinos, um dos maiores Chanceleres da República, "para o Brasil e para os Estados Unidos, o melhor é que as relações recíprocas se estabeleçam na base de entendimentos francos, mas de decisões autônomas." Temos hoje, efetivamente, um alto grau de entendimento e respeito mútuo que não exclui divergências, quando é o caso;

- O empenho em aprofundar o relacionamento com a União Européia, em suas várias geometrias - inclusive na dimensão bilateral, com nossos grandes parceiros que são a Alemanha, a França, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália e todos os demais

integrantes da Europa dos 15. Na dimensão do MERCOSUL, procuraremos levar adiante um importante acordo de livre comércio com a União Européia. Por outro lado, tudo faremos para que os resultados da próxima Cúpula do Rio de Janeiro, entre a União Européia e o conjunto da América Latina e do Caribe, correspondam à grandeza e ao extraordinário potencial da iniciativa;

- A dinamização do intercâmbio com o Japão, apoiada nos profundos laços humanos que nos unem e na simpatia recíproca por eles gerada;

- A busca de cooperação mais intensa com os países da região Ásia-Pacífico, em particular com a China;

- O reforço da convivência e da cooperação com nossos parceiros na África, em especial, mas não exclusivamente, com as nações de expressão portuguesa - seja pela via bilateral, seja no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - e também com a África do Sul;

- A renovação dos canais de diálogo e de trocas comerciais com os países do Oriente Médio, a partir da facilidade de entendimento que decorre da presença importante em nossa sociedade dos descendentes sobretudo de libaneses e sírios e da comunidade judaica.

São também nossas prioridades :

- Participar, com o peso que nos corresponde, nas deliberações e atividades das Nações Unidas, entre elas as relativas à indispensável reforma da Organização, inclusive do Conselho de Segurança;

- Intensificar e tornar ainda mais eficaz a atuação do Brasil na Organização Mundial do Comércio, privilegiando a via multilateral na luta contra o protecionismo e os subsídios, especialmente os concedidos pelas nações desenvolvidas - já no final de 1999, teremos a retomada das negociações sobre a liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas, na qual se concentram grandes e legítimas expectativas de nossos produtores. Sempre que necessário, continuaremos a defender com vigor

os interesses comerciais brasileiros, no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da OMC;

- Trabalhar pela defesa dos direitos humanos e pelo desenvolvimento e codificação do direito internacional nesse campo;

- Agir em prol da proteção do meio ambiente e da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, e principalmente para a implementação dos compromissos assumidos na Conferência do Rio de Janeiro;

- Participar do combate internacional ao crime organizado, em especial ao tráfico de drogas e de armas;

- Trabalhar ativamente, com sentido de urgência ainda maior, na promoção das exportações brasileiras;

- Apoiar as ações do Governo nas importantes negociações internacionais que o Brasil tem conduzido em razão das últimas crises financeiras internacionais.

- Desenvolver e aperfeiçoar a proteção e a assistência aos brasileiros no exterior, um dever que devemos continuar a cumprir com máximo empenho e cada vez maior eficiência.

Em resumo, queremos aumentar os contatos e o relacionamento com toda a comunidade internacional, atuar nos mais diversos foros, agir nos mais diferentes temas, nas mais distintas frentes de trabalho. Vamos fazê-lo, como disse, com realismo e com sobriedade, como é da tradição diplomática brasileira.

Meus caros Secretários-Gerais,

Sei que irão falar em seguida das realizações e êxitos alcançados, dos desafios e planos para o futuro, mas também das dificuldades enfrentadas pelo Itamaraty nesta conjuntura de fortes restrições impostas ao serviço público. Por isto, faço apenas algumas poucas observações sobre o assunto.

O panorama é claro: contaremos com recursos escassos, em certos aspectos insuficientes para a execução da política externa em determinadas

áreas. Como todos os brasileiros, a começar pelo próprio Presidente da República, esperamos que o quadro determinante dessa situação seja revertido o quanto antes.

Enquanto isso não ocorre, a conclusão é igualmente óbvia: teremos de fazer o melhor possível, o máximo, com os meios de que dispomos. É a nossa obrigação, e é exatamente o que vamos fazer. Conto, mais uma vez, com a compreensão, a participação e o apoio de todos e cada um dos servidores do Itamaraty. De minha parte, garanto-lhes que seguirei empenhado em buscar os recursos necessários ao cumprimento de nossa missão, seja junto aos meus colegas de Governo, seja junto a instituições que possam respaldar alguns dos programas do Ministério.

Desde já, inspirado pelo extraordinário relatório de gestão do Embaixador Rego Barros, gostaria de encomendar aqui ao novo Secretário-Geral algumas medidas, com vistas à racionalização e aperfeiçoamento do nosso trabalho.

Em primeiro lugar, a partir de um diagnóstico consensual mencionado pelo Embaixador Rego Barros em seu relatório, peço apresentar-me, no prazo de noventa dias, para implementação imediata, propostas de regras para elaboração de expedientes e informações de apoio, de modo a torná-los mais concisos, precisos, uniformes e, em última instância, mais úteis. Vivemos em um ambiente de informação rápida e abundante: da Internet, das redes mundiais de televisão, das agências que servem aos mercados financeiros. O desafio passou a ser selecionar e processar criteriosamente essa informação. Nossos métodos de tratamento da informação deixam muito a desejar e estou decidido a mudá-los. Esta é a prioridade operacional número um do Itamaraty daqui por diante.

Em segundo lugar, para levar adiante o esforço de descentralização decisória e valorização das Divisões, e embora o problema a ser sanado se limite a algumas poucas unidades, peço que, também nos próximos noventa dias, em conjunto com os

Subsecretários-Gerais, proceda aos remanejamentos necessários para corrigir os casos de lotação insuficiente dessas unidades. Devemos ter presente, nesse processo, a conveniência de concentrar ao máximo os recursos humanos nas atividades-fim.

Terceiro, sem prejuízo dos demais esforços que irá coordenar com vistas à valorização de nossos servidores e à melhora de suas condições de vida, peço que dê especial atenção às gestões com vistas ao estabelecimento do auxílio-educação no exterior. Trata-se de questão sensível, uma vez que o custo das escolas acessíveis aos nossos filhos vai tornando cada vez mais difícil a situação de colegas com famílias numerosas. Essas medidas irão somar-se ao muito que conseguimos realizar nos últimos quatro anos, como por exemplo:

- A descentralização da tomada de decisões, facilitada pelo ambiente de perfeito entendimento e confiança entre o Ministro de Estado, o Secretário-Geral e os Subsecretários-Gerais, e da maior autonomia por estes assumida;

- A modernização dos métodos de trabalho, sobretudo pelo uso crescente de computadores e das facilidades da Internet;

- A atribuição de gratificação por desempenho, que elevou a padrões dignos os vencimentos dos funcionários de nível superior;

- A objetividade, transparência e virtual eliminação de interferências externas no processo de promoções.

Tenho consciência de que estamos longe, muito longe do ideal, e até mesmo, em certos casos, de resolver de modo satisfatório problemas amplamente conhecidos. Sei, entretanto, que todos - pensando nas condições do passado, de um passado que a maioria de nós viveu - dão-se conta de quanto a nossa realidade mudou, e para melhor.

Caro Secretário-Geral,

É chegado, para mim, o momento mais difícil desta cerimônia: apresentar despedidas, dar boas-vindas, homenagear, agradecer.

Concordamos que não será tarefa fácil substituir o Embaixador Sebastião do Rego Barros no cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores. Mas a convocação que lhe dirigi, em nome do Presidente da República, decorre da nossa convicção de que o seu é, sem dúvida, um dos maiores nomes do Itamaraty. Liga-nos uma antiga e profunda amizade, que tem raiz em fortes laços familiares.

A solidez de sua formação intelectual, particularmente no campo da história diplomática e política do Brasil - digno descendente de Honório Hermeto e de Henrique Leão Teixeira - a habilidade e capacidade de liderança já provadas ao longo de sua brilhante carreira e a sua natural autoridade, tudo isto dá-nos a certeza de que irá corresponder plenamente ao desafio das grandes responsabilidades e expectativas que ora convergem sobre a sua pessoa.

Já em 1992, o Chanceler Celso Lafer fez o mesmo juízo e tomou idêntica decisão. Nesse sentido, o seu retorno ao posto de Secretário-Geral simboliza a prevalência da qualidade e do mérito, da dedicação ao serviço público. Nos próximos anos, a partir de hoje, vamos trabalhar juntos, lado a lado: nos encontraremos e conversaremos diariamente, compartilharemos boas experiências, mas também situações e decisões difíceis. Sei que posso contar com a sua colaboração, o seu apoio, o seu conselho e a sua lealdade. Você sabe, meu querido Felipe, que conta com a minha mais absoluta confiança e com a minha amizade de sempre.

Querido Sebastião,

O destino quis que o seu amigo, seu irmão há muitas décadas, tenha hoje a honra de lhe agradecer em nome de toda a Casa, de todos os seus colegas.

Você foi um grande Secretário-Geral. Trata-se de opinião unânime, desde o Presidente da República, nossos colegas de Governo, até a comunidade oficial e diplomática, interlocutores nos

mais diferentes setores da sociedade brasileira. A contribuição decisiva que deu à boa formulação e execução da política externa nestes quatro anos explica esse sólido e amplo consenso que se formou a respeito do seu desempenho.

Para mim, Você conseguiu não apenas corresponder, mas superar todas as expectativas que tinha quando propus ao Presidente a sua designação. Superar em talento diplomático e em habilidade política, superar em sensibilidade humana e em bom senso, superar em capacidade de coordenar e liderar.

Uma de nossas maiores realizações, penso eu, foi a de aproximar a gestão do Itamaraty dos moldes há muito almejados pelos integrantes desta Casa. A descentralização do processo decisório e a política de promoções são alguns dos exemplos dessa transformação. Transformação que não teria sido possível - ou pelo menos teria sido bem mais difícil - se não estivesse na Secretaria-Geral um colega com as suas características, a sua personalidade.

Daqui a poucas semanas, Você irá assumir outra missão de imensa responsabilidade: chefiar a Embaixada em Buenos Aires e nela suceder a pessoas do gabarito de Frank Thompson-Flores, Marcos Azambuja e Luiz Felipe de Seixas Corrêa. O Presidente Fernando Henrique quer continuar a ter lá um diplomata de sua mais absoluta confiança, capaz de ajudar a construir essa aliança estratégica e fraterna.

Você tem a vocação para ser a pessoa certa, no lugar certo, na hora certa. Foi assim ao longo de sua carreira, foi assim na Secretaria-Geral, e haverá de ser assim em Buenos Aires e nas demais missões que o Brasil ainda lhe haverá de reservar.

À querida Tite e a Você, Bambino, do fundo do coração, obrigado por tudo - particularmente pela amizade e pela lealdade - e meus votos, nossos votos, e todos nós, de que sejam muito, muito felizes.

Olhar para o futuro com confiança é um dos traços mais fortes da personalidade brasileira.

Cerimônia de posse no cargo de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Discurso do Professor Celso Lafer na cerimônia de posse no cargo de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Brasília, 4 de janeiro de 1999

Esse sentido de confiança convive em nosso espírito com a consciência, ao mesmo tempo objetiva e crítica, dos problemas a resolver. A idéia do progresso, inscrita na bandeira nacional, sintetiza essa convicção profunda, de inspiração republicana, em nossa capacidade de fazer com que o Brasil de amanhã seja um país melhor.

O desenvolvimento é a expressão moderna do conceito de progresso. Representa uma idéia-força que se traduz na possibilidade de, pela ação inovadora, desencadear os processos através dos quais se materializa a liberação do ser humano do império da necessidade. Contrapõe-se à tradicional visão conservadora que aceita como fatalidade a carência, a privação e a desigualdade.

Porque o desenvolvimento é condição para o pleno exercício da liberdade e da cidadania, foi – e será agora de forma ainda mais clara – o princípio diretivo da gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse é o significado deste Ministério que ele concebeu como um dos pontos-chave do seu segundo mandato, voltado não para a gestão da crise, mas para sua resolução.

A realidade do Brasil, o sentido do mandato dos eleitores e a própria identidade social-democrata do Governo determinam essa orientação. Impõe-se, conseqüentemente, transformar o desenvolvimento em valor central da ação do Poder Público, e, mais

ainda, da vida nacional como um todo.

A capacidade de orientar-se na História é ingrediente indispensável de um projeto nacional e da possibilidade de uma sociedade ampliar o controle sobre seu destino. Foi esta capacidade que nos levou no passado a promover a industrialização e o desenvolvimento. As lições do passado devem inspirar-nos a encontrar novos rumos e novas políticas em um mundo que mudou muito significativamente.

Podemos e vamos fazer isso. As maiores forças do Brasil residem justamente no vigor de nossa democracia, na competência de nossas empresas, classes produtoras e trabalhadores, bem como na participação cada vez maior nos fluxos de investimento e comércio. São esses os atributos que nos integram hoje ao curso central da história da humanidade. Destes atributos devemos partir, tendo sempre presente que a gestão do cotidiano, o tratamento de cada questão e as decisões individuais fazem parte de algo maior.

A natureza do mundo em que vivemos, o peso da repercussão imediata dos eventos nas percepções coletivas, o monitoramento e reação constantes aos sinais dos mercados criam um ambiente de concentração excessiva no momento presente, em detrimento da necessária atenção às suas implicações futuras. Ter consciência da idéia do desenvolvimento como princípio norteador das ações coletivas, nos

setores público e privado, responde ao imperativo de que nossos esforços se façam com conhecimento – e reconhecimento – dos caminhos percorridos, do progresso realizado, e, sobretudo, com uma visão de futuro. Como disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil é hoje um país que tem rumo – e esse rumo tem nome: desenvolvimento.

Ao criar este Ministério, o Presidente insere institucionalmente o tema do desenvolvimento, de forma estruturada, na formulação e condução das políticas públicas do Governo. Aqui se cuidará do esforço que precisamos empreender no sentido de que a nossa economia possa realizar o objetivo maior do crescimento. Aqui se cuidará da necessidade de aumentar a produção, estimular o investimento, fortalecer as estruturas interna e externa da comercialização dos nossos produtos, expandir o emprego, e tornar plenos os direitos da cidadania.

O tratamento do desenvolvimento numa pasta que responde pela indústria e comércio não significa, de modo algum, desconhecer o papel crucial e insubstituível da agricultura no progresso do Brasil, mesmo porque hoje, pela via do 'agronegócio', ela é parte essencial das cadeias produtivas do País. As políticas públicas do café, do açúcar e do álcool, atribuições deste Ministério, são expressão dessa importância e da relevância mais abrangente de oferecer aos produtores do setor agrícola as melhores condições para atender aos consumidores brasileiros e para competir no mercado externo.

Impõe-se, no entanto, reconhecer que a indústria ocupa um lugar central no conjunto da economia, pela irradiação que exerce sobre os demais setores, especialmente na criação e qualificação direta e indireta do emprego, na geração e aproveitamento da tecnologia, e pela posição também crítica no intercâmbio com outras nações, em termos de comércio e investimento. Não há desenvolvimento sustentável sem indústria.

A Rio-92 consagrou o conceito do desenvolvimento sustentável. Não se trata de uma fórmula matemática, mas sim de um princípio diretivo

abrangente. Vai além da dimensão ecológica, pois o desenvolvimento – neste caso o desenvolvimento nacional – deve ter também condições de sustentação econômica, social, política e ainda de interação com o meio internacional.

No pilar econômico, a sustentabilidade do desenvolvimento passa necessariamente pela estabilidade da moeda. O Brasil aprendeu, por meio de sucessivas e duríssimas lições que antecederam o êxito do Plano Real, que não existe desenvolvimento no contexto de uma cultura inflacionária. Não há competitividade econômica desvinculada de uma moeda estável e de uma boa gestão financeira.

Por este e por todos os motivos, a função do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio obedecerá, num diálogo constante, a uma lógica de complementaridade e não a um impulso de contradição com a política econômica do Governo, conduzida pelo Ministério da Fazenda e voltada para a estabilidade e a consolidação do Real.

Senhoras e Senhores, meus amigos,

Nosso progresso terá de fazer-se em meio à realidade de um mundo que simultaneamente se globaliza e se regionaliza. A OMC e o MERCOSUL são expressões destas duas tendências. Os avanços tecnológicos e a redução de custos, especialmente no campo dos transportes e das telecomunicações, afetaram profundamente a forma pela qual o espaço e o tempo influenciam o funcionamento da economia e as relações humanas de modo geral. Vivemos em um espaço que se encolhe, em um tempo que se apressa.

Neste ambiente, mudou claramente o significado das fronteiras nacionais no processo produtivo, e até mesmo na vida política. Daí a importância do MERCOSUL, a cuja dinâmica estamos associados pela convicção de que os países devem, no quadro mais abrangente do multilateralismo comercial da OMC, promover, num contexto de afinidades culturais e políticas, as sinergias econômicas de sua geografia.

As fronteiras, que hoje tendem a serem fronteiras de cooperação e não fronteiras de separação, no entanto, não desapareceram. Os indivíduos e as sociedades continuam a projetar as suas expectativas, suas reivindicações, suas esperanças sobre as nações a que pertencem. O bem-estar da imensa maioria dos seres humanos segue intimamente vinculado ao desempenho dos países em que vivem.

Os Estados são, e continuarão a ser, instâncias indispensáveis de intermediação interna, de articulação das vontades e dos recursos das nações, e também de intermediação externa. A legitimidade dos Governos, que continuam a serem atores decisivos da ordem mundial, apóia-se cada vez mais na eficácia que demonstrem no atendimento das necessidades e demandas dos povos que representam.

Neste mundo da interdependência, em que o êxito nacional depende crescentemente da interação com o meio internacional, aumentam as semelhanças, mas também as disparidades. Ou seja, jamais foi tão importante para o desenvolvimento de um país que o mesmo disponha dos atributos que lhe permitam estar bem orientado no sempre esquivo sentido da História.

Incentivar e promover a consolidação desses atributos será uma das missões principais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Vamos trabalhar com sentido de identidade e projeto nacionais, com perspectivas de médio e longo prazo, e com uma avaliação realista dos meios de que dispomos.

Vejo com clareza os nossos objetivos:

- Propiciar crescimento e emprego;
- Coordenar os instrumentos de apoio à produção e ao comércio;
- Impulsionar as exportações brasileiras de bens e serviços;
- Dialogar com as classes produtoras, e ser um veículo de sua interlocução com o Governo;
- Manter um relacionamento franco e aberto

com o Congresso Nacional voltado para o desenvolvimento do país

- Servir como foco da formulação e implementação das políticas de desenvolvimento. Nesse sentido, terei no BNDES um dos principais agentes de minha gestão.

Senhoras e Senhores

O BNDES, lastreado na competência de seus quadros e no volume de seus recursos, contribuirá para aumentar a taxa de investimento, viabilizadora do crescimento sustentável e da geração de emprego. Parte importante da dinâmica necessária para atingir esse objetivo deverá vir da ação na infra-estrutura do País, por via da continuidade do processo de privatização. Para o crescimento terá papel muito relevante o impulso a ser dado à retomada dos investimentos em expansão e modernização, que contribuirá para a inserção de nosso setor produtivo nas condições que hoje caracterizam a competição mundial. Não se descuidará do setor de comércio e serviços. Pretendo, também, impulsionar o processo por meio do qual o BNDES se converterá em um eficiente e mais abrangente banco de comércio exterior.

Como verificam, considero que promover e incrementar a racionalidade pública é da essência mesma do desenvolvimento. Não há lugar, nesse processo, para preconceitos. Aqui, quero dizer qual é a visão que me guia ao afirmar que o Brasil precisa sim de uma política industrial. Política industrial não como um eufemismo, como sinônimo de dirigismo estatal, de subsídios ou protecionismo, mas como exercício de aproveitamento e expansão racionais da competitividade dos recursos produtivos do País. Uma política industrial condizente com o mundo atual e com os compromissos internacionais que assumimos.

O Brasil deve participar do processo de adensamento das cadeias produtivas em curso na economia global. Adensamento e internacionalização. Todos aqui sabem que não apenas o universo dos bens e serviços comercializados através das fronteiras

avança rapidamente, como cada vez é menos possível produzir com base apenas em insumos nacionais.

A produção se faz cada vez mais em verdadeiras redes mundiais. O desafio para os países passa a ser elevar ao máximo o valor que suas empresas, seus trabalhadores e, em última instância, suas sociedades são capazes de agregar nesse processo.

Isto se aplica não só às grandes empresas, mas também às médias e pequenas. Não somente porque são atores econômicos fundamentais, geradores de emprego e riqueza, como também pela posição que ocupam como verdadeiro lastro do tecido social brasileiro. Impõe-se, por conseguinte, repensar a totalidade de nossas cadeias produtivas, envolvendo nesse exercício desde as menores empresas aos maiores conglomerados.

Em síntese: a diluição entre o 'interno' e o 'externo' faz da política de produção e da política do comércio exterior as duas faces de uma mesma moeda. Para que um país possa comprar do exterior, e não há hoje como deixar de fazê-lo, é preciso que seja capaz de vender ao exterior. Sem comércio exterior dinâmico, e as reservas internacionais que provê, não há sustentabilidade duradoura de política econômica.

Para vender mais é preciso mais interesse, mais determinação, maior agressividade por parte das empresas. Nos últimos anos, o setor privado brasileiro fez grandes progressos no campo da eficiência, da produtividade e, por conseguinte, da competitividade. Esses avanços estão comprovados em numerosos estudos e são amplamente reconhecidos. Essa vitória, no entanto, não justifica qualquer tipo de esmorecimento. É preciso progredir mais, progredir sempre.

Mas os nossos esforços nesse campo não bastam. Por mais eficientes que se tornem as empresas brasileiras, é preciso também, todos sabemos, melhorar as condições sistêmicas de competição.

Internamente, isto significa, entre outras coisas, levar adiante políticas públicas para o aprimoramento da infra-estrutura, a redução do

chamado 'custo Brasil' e o investimento destinado a aumentar nossa capacidade de concorrer no mercado externo.

Externamente, essa busca da isonomia competitiva envolve participar ativamente da formulação e fiscalizar a aplicação das regras que regem o intercâmbio econômico internacional. Exige atuar de modo enérgico e eficaz contra barreiras protecionistas e distorções artificiais de mercado que prejudiquem o acesso de nossos produtos e serviços. Significa, também, combater a concorrência desleal por meio dos instrumentos de que dispomos para a defesa comercial, que estão em consonância com os nossos compromissos internacionais. Darei a essa matéria atenção toda especial, pois se trata de uma das facetas mais relevantes do tema da isonomia competitiva.

Em recente relatório da OMC, o Brasil figura como uma das grandes nações importadoras do mundo. O nosso desafio é fazer com que, o quanto antes, passemos a constar também na relação dos grandes exportadores. É um desafio não apenas para o Governo, mas para toda a sociedade brasileira.

Quero dar uma palavra de incentivo e reconhecimento aos funcionários e à equipe deste Ministério, que ora se transforma e se reposiciona para novas funções, nelas incorporando, em moldes também renovados, muitas de suas anteriores responsabilidades. Já explicitarei as diretrizes que pretendo imprimir à pasta em algumas de suas importantes funções.

Desejo ainda mencionar que considero da maior importância as atividades de metrologia, normalização e qualidade industrial a cargo do INMETRO. Sem um superior desempenho nessas áreas o nosso acesso a mercados e a nossa competitividade interna e externa não será reforçada. Esta é a minha conclusão como empresário e à luz do que verifiquei nas negociações na OMC.

Quero igualmente reafirmar que o conhecimento, a educação, a qualificação profissional e a inovação tecnológica e sua incorporação ao mundo

da produção e da comercialização são ingredientes críticos do processo de modernização do País.

Neste contexto, o INPI, como órgão do Ministério, receberá atenção prioritária. Trarei para o tratamento do tema da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia o que aprendi como empresário sobre a indispensabilidade da Pesquisa e do Desenvolvimento nas condições produtivas modernas; o que como professor verifiquei sobre a importância da interação entre a Universidade e o mundo da produção; e a vivência internacional trazida pelo trato em Genebra com a OMPI – a Organização Mundial da Propriedade Intelectual – e com o acordo de TRIPS, que integra o sistema jurídico dos compromissos da OMC.

Senhoras e Senhores,

Recebo do meu amigo Embaixador José Botafogo Gonçalves este que é o núcleo do novo Ministério. Com o Embaixador Botafogo tive oportunidade de trabalhar em estreita coordenação na área das negociações econômicas internacionais. Por isso desejo-lhe todo o sucesso nas suas novas atribuições na Câmara de Comércio Exterior. Vejo na CAMEX um mecanismo fundamental de interação entre as instâncias decisórias do Estado, tão importante para o tema do desenvolvimento.

Darei também especial atenção ao entendimento com o Ministério das Relações Exteriores. Já tive a honra de chefiar o Itamaraty. Conheço o profissionalismo de seus quadros e estou muito ciente das qualidades de nossa diplomacia econômica, da qual participei intensamente nesses últimos anos, à frente da Representação do Brasil em Genebra.

Senhoras e Senhores,

A missão para a qual me convocou o Presidente Fernando Henrique Cardoso exige diálogo constante com o Congresso e a sociedade e interação no âmbito do Governo para articular meios e

vontades.

Para esta missão trago a experiência de longos anos de trabalho na iniciativa privada e de participação em suas associações representativas, bem como a sensibilidade de quem foi criado neste mundo, pois há mais de cem anos minha família está identificada com o processo de industrialização do Brasil. Desde moço acompanhei e participei das atividades do meu pai, A. Jacob Lafer, figura exemplar de empreendedor, para quem o pensar era o fazer e o construir e cuja memória evoco neste momento com saudades e como fonte de inspiração. Trago a reflexão acadêmica do jurista e do cientista político que sempre se dedicou aos temas do desenvolvimento brasileiro e da sua relação com o funcionamento do sistema internacional. Trago também a vivência da atividade pública, que completa minha experiência de empresário e de professor. Nela destaco o exercício, nos últimos anos, da função de representante do Brasil junto à OMC, onde busquei ser um elo entre a sociedade e as diversas instâncias decisórias do Estado brasileiro.

Vejo claramente a importância do desafio que me apresenta o Presidente Fernando Henrique Cardoso ao confiar-me esta pasta. O momento não permite que eu espere vitórias fáceis, resultados imediatos. A hora exige consciência da realidade, mas, sobretudo, determinação para transformá-la. Não estou aqui para retroceder diante dos obstáculos. Para resignar-me diante das dificuldades. Muito pelo contrário. Foi com a vontade de contribuir para o bem comum, que participei e participo da vida pública do nosso país.

Adaptando um pensamento de Tocqueville, quero concluir com a afirmação de que, na condução do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio terei em relação ao futuro a preocupação salutar que inspira não a paralisia ou a precipitação, mas sim a disposição para a vigilância e para o combate.

IX Reunião de Cúpula do Grupo dos Quinze

Discurso do Senhor Vice-Presidente da República na Cerimônia de abertura da IX Reunião de Cúpula do Grupo dos Quinze. Jamaica, 10 de fevereiro de 1999

Senhor Primeiro Ministro Percival Noel James Patterson;

Senhor Governador-Geral Howard Felix Hanlan Cooke;

Senhores Chefes de Estado e de Governo;
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Desejo, inicialmente, transmitir-lhes as saudações afetuosas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que lamenta não ter podido comparecer a esta reunião. O acompanhamento pessoal de questões de alta relevância exige sua presença no Brasil neste momento.

Quero expressar, em nome dos países latino-americanos, meus agradecimentos ao Senhor Primeiro-Ministro Percival Noel James Patterson, a seu governo e ao povo jamaicano pela organização desta IX Cúpula do Grupo dos Quinze, e pela cordialidade e generosa hospitalidade com que nos recebem e que são a marca deste belo país.

Senhoras e Senhores,

Pela terceira vez o G-15 reúne-se no continente americano. O momento é propício para imprimir, com renovada vontade política, maior coesão às nossas posições comuns. A instabilidade que afeta os mercados financeiros e as consequências sociais causadas pela crise impõem-se como temas obrigatórios de nossa agenda. São questões que nos

confrontam e exigem respostas.

Somos testemunhas de um período que talvez seja o mais crítico da economia mundial nas últimas quatro décadas. A globalização financeira lançou desafios em escala planetária. Seu aparecimento trouxe benefícios, porém gerou potencial de risco que ainda não sabemos como controlar. Nos países em desenvolvimento nasceu um sentimento desconhecido de insegurança, trazido por formas irracionais de competição e pela volatilidade dos capitais.

Há, por outro lado, um inquietante descompasso entre a crescente interdependência financeira do mundo e a capacidade dos mecanismos internacionais existentes para corrigir suas disfunções. É sobretudo preocupante notar que, a despeito de profundos e difíceis ajustes econômicos, de reformas modernizantes, de privatizações e da liberalização comercial, os países em desenvolvimento parecem mais vulneráveis ao contágio da crise, com grave impacto para seu crescimento. Segundo a UNCTAD, o crescimento médio de nossos países em 1999 não ultrapassará, na melhor das hipóteses, o nível de 2,5%. Em muitos casos, teremos crescimento negativo. E essa redução do crescimento agravará as desigualdades entre os países do Norte e do Sul.

No plano do comércio internacional, a crise financeira veio agravar dificuldades estruturais antigas,

que os acordos da OMC não lograram resolver. Produtos manufaturados ou agrícolas oriundos de países em desenvolvimento continuam a encontrar severas barreiras tarifárias e não-tarifárias nos mercados do Norte. Em terceiros mercados, os países mais ricos mobilizam vultosos subsídios, numa concorrência desleal com nossos produtos.

Essa realidade perversa gera o que o Presidente Fernando Henrique Cardoso costuma denominar de “globalização assimétrica”.

Senhoras e Senhores,

A magnitude do desafio não nos deve reduzir à passividade, seja no encaminhamento das questões financeiras, seja nas comerciais.

Na primeira, é preciso que se explicita melhor a “comunidade de interesses” entre países desenvolvidos e em desenvolvimento em assegurar adequado funcionamento dos mercados financeiros globais. Não basta um exercício de reflexão sobre a arquitetura do sistema financeiro ou sobre o papel das instituições financeiras internacionais. O desafio político está numa efetiva modernização do processo decisório que propicie um tratamento intergovernamental verdadeiro das questões que se colocam.

Nos trabalhos que aqui se iniciam, penso que poderemos dedicar algum tempo a um debate sobre o fortalecimento do sistema financeiro internacional e sobre as maneiras de torná-lo mais estável e previsível. Sabemos que, para tanto, é necessário haver maior cooperação entre as autoridades monetárias e melhor coordenação de políticas macroeconômicas entre os países detentores de maior poder nas finanças mundiais. É essencial, também, que se aprimorem os mecanismos emergenciais de estabilização de moedas que se encontram mais vulneráveis à especulação.

Paralelamente, é preciso perseguir o constante fortalecimento do sistema multilateral de comércio, no quadro da OMC, dotando-o de regras cada vez mais transparentes e equitativas. Não

devemos aceitar que prevaleçam iniciativas setoriais de liberalização, em benefício apenas dos principais parceiros comerciais. Não haverá ganhos para nossos países enquanto persistir um tratamento desigual para os nossos produtos.

Embora o comércio não esteja na raiz da atual crise, os fluxos comerciais e os investimentos têm sido e poderão continuar a ser afetados negativamente. Convém que estejamos atentos ao risco de medidas protecionistas. A perversa combinação de desemprego, recessão, déficit comercial e evasão de reservas aumenta a tentação de ceder aos apelos de setores que desejam restringir o comércio, ao invés de promover seu crescimento. Além do retrocesso que tais políticas representariam, seu resultado seria a exacerbação da crise e sua propagação generalizada.

As discussões relativas à perspectiva de uma nova rodada de negociações no âmbito da OMC devem ser precedidas por cuidadoso exame da implementação dos acordos da Rodada Uruguai. Não se pode conceber que compromissos previamente acordados e ainda não cumpridos em áreas tais como agricultura ou têxteis sejam novamente trazidos à mesa de negociação como moeda de troca para concessões adicionais dos países em desenvolvimento.

Senhor Primeiro Ministro,

É nossa responsabilidade atentar, acima de tudo, para os efeitos sociais negativos da globalização. Em nossos países, o desemprego que dela decorre tem maior gravidade que o mesmo fenômeno nos países ricos, por se sobrepor a um quadro preexistente de pobreza.

Não há soluções automáticas nem homogêneas para o problema do desemprego. Não se pode, por um lado, confiar em que a estabilidade da economia internacional possa equacionar, por si só, o problema da exclusão social e da erradicação da miséria. A heterogeneidade das sociedades dos países em desenvolvimento, por outro lado,

determina ritmos diferenciados de modernização e soluções próprias a cada caso.

A complexidade da questão requer ações no âmbito interno e externo. Internamente, é preciso rechaçar conceitos de inevitabilidade do desemprego e criar políticas públicas voltadas para a geração de novos postos de trabalho e de recapacitação. O Governo brasileiro vem explorando soluções nessa linha, mediante iniciativas como o Programa Geração de Emprego e Renda (PROGER) e o Programa Nacional para a Agricultura Familiar (PRONAF).

Mas, além das políticas nacionais, é imprescindível atuar sobre causas estruturais que transcendem as fronteiras de nossos países e para as quais somente o constante aprimoramento da cooperação pode trazer respostas. Nesse sentido,

uma atuação concertada do Grupo, por ocasião da próxima reunião da OIT sobre as conseqüências sociais da crise econômica e financeira internacional, prevista para março deste ano, pode constituir um primeiro passo no caminho de um melhor entrosamento entre aquela organização e instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial.

Ao concluir, faço votos de que possamos levar a bom termo nossos trabalhos, confiantes que de Montego Bay sairão contribuições relevantes para os esforços de nossos países em favor de uma ordem econômica internacional mais simétrica, equilibrada e em que estejam contemplados os legítimos interesses de nossos povos.

Muito obrigado.

Primeira Reunião do Foro Empresarial MERCOSUL – Europa

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Abertura da Primeira Reunião do Foro Empresarial MERCOSUL – Europa. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro 1999

Senhores presidentes das Repúblicas que compõem o MERCOSUL, Senhor representante do presidente Menem, que é o nosso chanceler De Tella, Senhor comissário Bangmman, Senhor governador do Rio de Janeiro, Senhores ministros, parlamentares, Senhor prefeito do Rio, Senhores dirigentes e organizadores desse foro especial, Senhores empresários, Senhoras e senhores,

Foi com grande prazer que assisti, juntamente com meus colegas do Paraguai, Uruguai e com o ministro De Tella, representando o presidente Menem, esta primeira reunião do Foro Empresarial MERCOSUL - Europa. A própria presença dos chefes de Estado do MERCOSUL nesta cerimônia atesta a prioridade que atribuímos a nossas relações com a Europa.

Temos, neste momento, como aqui já foi dito, razões para celebrar o êxito do MERCOSUL. Já fizemos muito. E as perspectivas promissoras do relacionamento com a União Européia são uma decorrência natural disso. Mas, para que possamos seguir adiante, de forma firme e segura, e preciso consolidar o processo de transformações econômicas em nossos países. Nos dias que correm, é inegável, vivemos momentos difíceis. E é justamente nesse momento que mais precisamos enxergar com clareza os rumos de nossas economias.

Enxergar com clareza significa: ter coragem de identificar problemas e propor soluções; ter a coragem de evitar fórmulas de facilidade que serviriam apenas para reproduzir antigos esquemas de protecionismo e de fechamento das economias, atitude essa que já foi rejeitada pelos representantes dos demais países que compõem o MERCOSUL e que aqui expuseram aos senhores e as senhoras os seus pensamentos.

Eu queria lhes dizer, senhores e senhoras, senhores presidentes, que o Brasil vem realizando uma das mais radicais revisões do funcionamento da economia nacional e do próprio Estado. Rompemos com um modelo que favorecia a exclusão.

O Brasil consolidou a abertura de sua economia. Eliminou distinções anacrônicas entre capital nacional e capital estrangeiro. Redirecionou o papel do Estado e executou um programa de privatizações sem paralelo, mesmo entre as nações industrializadas.

Alem disso, foi notável o afluxo do investimento estrangeiro direto. Esses capitais entraram e continuarão entrando - não só no Brasil como nos nossos vizinhos do MERCOSUL - porque não vêm atraídos por fantasias especulativas, mas, sim, pela certeza de ganhos de longo prazo, num mercado que se vai firmando como um dos de maior

potencial no mundo, que é esse mercado do MERCOSUL.

Esta é a realidade nova que estamos construindo: a da estabilidade econômica, do progresso e da abertura para o mundo. Ninguém ignora que enfrentamos turbulências. Sofremos com ataques especulativos. E o último foi sobre o Brasil. Mas as vulnerabilidades de nossa economia estão sendo superadas. Com sacrifício, e verdade, mas com rumos claros. A confiança não esmoreceu. Sabemos o que fazer e o estamos fazendo sem hesitação.

Estamos dando seguimento ao programa de mudanças, porque a sociedade brasileira não quer voltar ao passado. O rigor do ajuste fiscal atinge todos os brasileiros. Mas aí está a base para a redução da taxa de juros, para a preservação da estabilidade e para a retomada do crescimento. Por isso mesmo, não hesitaremos em fazê-lo.

Pelo muito que fizemos, pela clareza dos rumos, pela determinação da sociedade, pela solidez dos meus compromissos, pela solidariedade dos companheiros do MERCOSUL, estou tranqüilo, absolutamente tranqüilo, quanto ao futuro.

Senhores e senhoras,

As relações entre o MERCOSUL e a União Européia, tanto no setor privado quanto na esfera governamental, se fundamentam em interesses concretos, que se traduzem em investimentos crescentes e no incremento do intercâmbio.

Nosso presidente Sanguinetti deu os fundamentos civilizatórios pelos quais todas essas razões que estou aduzindo e que são do conhecimento de todos têm um enraizamento que vai além do mercado. Mas é inegável que, de 1990 a 1996, nossas importações da União Européia aumentaram 274% e nossas exportações, apenas 25%. Nos últimos três anos, os saldos comerciais do MERCOSUL com o mercado comunitário evoluíram de uma posição de superávit para uma situação de déficit.

Esses dados mostram que os países membros da União Européia são beneficiários do regionalismo aberto praticado pelo MERCOSUL. A União Européia é também o principal investidor estrangeiro nos Estados partes do MERCOSUL. Esses investimentos diretos concentraram-se em setores estratégicos, dinâmicos e de forte valor agregado. Tem sido, também, expressiva a participação de empresas européias nos processos de privatização. Não se pode falar de negócios sem ter presente o comércio internacional.

O Brasil e seus parceiros do MERCOSUL acreditam nas virtudes do comércio. Talvez, não tanto quanto na citação do presidente Cubas, de Montesquieu, que acreditava que, além de tudo, o comércio traria a harmonia: "le douce commerce", como ele escrevia. Talvez não sejamos tão exagerados de pensar que traga harmonia. Mas, certamente, traz a prosperidade. E nos compartilhamos com a União Européia a confiança na primazia das normas que regem o sistema multilateral consubstanciado na Organização Mundial do Comércio.

O mérito desse sistema é indiscutível. O comércio internacional poderia estar entre as vítimas das turbulências que afetam a economia global, não fosse a relativa solidez dos compromissos no âmbito da OMC e a adesão política da comunidade internacional a esses compromissos. O comércio internacional está longe, contudo, de apresentar um quadro equilibrado e tranqüilizador.

Barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias vêm crescentemente dificultando o acesso de nossos produtos aos principais mercados. Em muitas dessas exigências é perceptível um protecionismo mal disfarçado. Os que me antecederam e que falaram por seus países, todos - e não por acaso - mencionaram o fato. Leis de defesa comercial são aplicadas de forma pouco compatível com as normas multilaterais, quase sempre para a proteção de indústrias obsoletas. Talvez, em defesa da União

Européia, eu possa dizer que os Estados

Unidos não ficam atrás. De repente, também usam as mesmas práticas mal disfarçadas para proteger indústrias que, muitas vezes, lá não tem capacidade mais de competir com as que aqui se fizeram.

Sublinho, aqui, a preocupação especial do Brasil e de nossos parceiros do MERCOSUL com a agricultura. No intuito de isolá-las das regras normais da competição, foi montado o maior aparato de protecionismo e subsídio de que se tem notícia, para a preservação dos interesses de um único setor.

Mais de 160 bilhões de dólares são despendidos a cada ano por países desenvolvidos para impedir que sua agricultura se veja exposta as regras da concorrência. E pior ainda: para distorcer, com o uso de subsídios, a concorrência em terceiros mercados.

Fiquei feliz ao ouvir o senhor Bangmman nos dizer que há manifestações em Bruxelas. Eu temia manifestações aqui. Em Bruxelas, estou de acordo. Mas acho que, lá como aqui, as manifestações não devem nos tirar do rumo. E o rumo há de ser o de desfazer os mecanismos de proteção, de ampliar o comércio e de seguirmos adiante nessa compreensão que as mentes mais lúcidas, cá como lá, têm de que é necessário evitar que o protecionismo afogue as chances de desenvolvimento econômico.

Para o Brasil é desapontador constatar que a abertura do mercado brasileiro a competição externa não tem recebido a contrapartida esperada das economias mais desenvolvidas, na forma de melhor acesso para alguns dos principais produtos de nossa pauta exportadora. É necessário corrigir esses desequilíbrios.

O esforço de aprofundamento do multilateralismo comercial, inclusive com a possível chamada "Rodada do Milênio", será inútil se prevalecer o interesse de alguns de preservar, nas economias mais desenvolvidas, injustificáveis nichos de proteção.

Não se pode pressupor uma inesgotável disposição dos países em desenvolvimento a rebaixar suas tarifas industriais, enquanto continuam elevadas

as barreiras ao ingresso de determinados produtos de nosso interesse. Essa discriminação é injusta. Ela precisa acabar.

Senhoras e senhores,

Temos observado que e justamente nos momentos difíceis que o compromisso dos Estados partes com o MERCOSUL se mostra mais firme. As palavras dos meus colegas que me antecederam foram absolutamente claras, taxativas e expressivas nesse sentido. E o Brasil deve dizer, de público, neste auditório intercontinental, que realmente se sente feliz com o fato de que os nossos parceiros do MERCOSUL não procuraram utilizar dificuldades momentâneas da economia brasileira para evitar o aprofundamento das nossas relações, senão que, pelo contrário, tiveram um entendimento solidário de reconhecer o esforço que nos fizemos e que as dificuldades que enfrentamos não são derivadas da nossa falta de vontade de superá-las, mas derivadas de mecanismos muito mais profundos, que abalam a economia internacional.

E, por isso mesmo, estes países do MERCOSUL, neste exato momento, como ainda a pouco, voltam a afirmar a sua disposição de continuarmos cada vez mais conscientes da importância do MERCOSUL e cada vez mais solidários com cada um dos respectivos países, sobretudo - repito - nesses momentos de dificuldade, que são, também, momentos de oportunidade para renovarmos e consolidarmos o objetivo maior da integração, por intermédio do diálogo e da busca de soluções conjuntas, que satisfaçam a todos.

E o que ocorre agora. Nas últimas semanas, fiz questão de encontrar-me individualmente com cada um de meus colegas do MERCOSUL. Essas conversas, francas e diretas, como tem sido ao longo do processo de integração, evidenciaram o espírito de solidariedade que o MERCOSUL reforçou em nossos países.

Nelas, reafirmou-se a inabalável vontade política dos quatro presidentes de levar adiante a

integração. Dificuldades conjunturais não nos desviarão do rumo traçado. O MERCOSUL tem servido como força aglutinadora para a liberalização do comércio regional e continental. Firmamos acordos de livre-comércio com Chile e Bolívia, como os senhores sabem, e avançamos na negociação com a Comunidade Andina. Participamos de forma coesa e com espírito construtivo das negociações para a conformação da ALCA.

Na agenda de relacionamento externo do MERCOSUL, ocupa lugar de destaque o diálogo com a União Européia. Pela primeira vez, duas uniões aduaneiras se relacionam com o objetivo de formar uma associação inter-regional.

O encontro de chefes de Estado e de governo da América Latina, do Caribe e da União Européia, que ocorrerá no Rio de Janeiro em junho próximo, será uma oportunidade propícia para darmos novos passos nessa direção.

No encontro paralelo entre o MERCOSUL e a União Européia, temos a expectativa de lançar negociações abrangentes sobre liberalização comercial. Nenhuma área de interesse essencial para as partes deve, a priori, ser excluída. Os setores agrícola, industrial e de serviços devem estar na agenda da negociação.

A realização da reunião de cúpula e o lançamento de negociações serão um contraponto às discussões em andamento para a conformação da ALCA, que incluem todos os setores comerciais de interesse dos países envolvidos. Serão, também, a garantia de que eventuais avanços no âmbito da ALCA não repercutam negativamente nos fluxos de comércio e investimentos entre o MERCOSUL e a União Européia.

Mais do que nunca, o mundo precisa do comércio e do intercâmbio econômico internacional como fatores de impulso ao desenvolvimento, para que possamos responder às tarefas prementes de superação da pobreza, geração de empregos e conquista de padrões superiores de justiça social. Palavras que se repetem a cada encontro e que

encontram obstáculo diante de cada decisão, porque, indiscutivelmente, a superação da pobreza vai de mãos dadas com o crescimento econômico. E o crescimento econômico vai de mãos dadas com condições igualitárias para o investimento, inclusive uma certa margem de igualdade nas taxas de juros internacionais e as que são praticadas localmente, sem o que, dificilmente se poderá deixar de falar de pobreza com um certo tom de ceticismo, porque não se vê o modo pelo qual, efetivamente, se possa trilhar esse caminho sem que haja, efetivamente, um avanço substancial nas taxas de crescimento, nas taxas de desenvolvimento. Mas, para isso, o MERCOSUL e a União Européia tem, ambos, um papel fundamental e uma responsabilidade histórica a desempenhar.

E me permito retomar as palavras do presidente Sanguinetti, quando mostrou a aventura da descoberta, há 500 anos, quando reafirmou as consequências da Revolução Industrial, quando toda a gente sabe: aqui, no Brasil, se compraram até patins para neve, tão ampla foi a liberalização do nosso comércio. E, infelizmente, ao invés de neve, os patins encalhavam nas areias. Mas talvez fosse mais gostoso encalhar nas areias de Copacabana, do que tentar descer o Corcovado com patins de neve.

De qualquer forma, depois disso, efetivamente, nós nos encontramos diante desse novo momento de globalização, que é o momento atual. E o presidente Sanguinetti recordou - e recordou com muita precisão - que a existência de um mesmo marco civilizatório e condição propiciadora dessa integração econômica.

Não cabe a mim, como presidente do Brasil, fazer referências a países que estão além do nosso hemisfério, em outros hemisférios e que também estão em vias de desenvolvimento. Mas é inegável que esta origem comum dos nossos países e esses laços civilizatórios se expressam em instituições sem as quais o desenvolvimento contemporâneo não se poderá dar.

Para começar, a democracia, pedra fundamental de qualquer avanço, não só na economia,

mas, sobretudo, no avanço social. É ilusório imaginar que civilizações que não contemplem uma dimensão de institucionalização da democracia possam, efetivamente, garantir estabilidade a longo prazo e melhoria de condições de vida da população.

Mas não é só a democracia. Todo um sistema jurídico de mercado já enraizado, que nessas plagas não se contam pelas dezenas de anos, mas pelas centenas de anos. Isso conta. A existência da noção de direito. O empenho pelo qual nos todos nos batemos, até mesmo por aquilo que é essencial, a partir da concepção de democracia, do desenvolvimento econômico e da existência de instituições de direito, que é a validade dos contratos, a necessidade de que exista uma cultura que saiba valorizar o contrato, que não o quebre de repente.

Tudo isso existe, com mais facilidade, nessas paragens, que são paragens que são, de certa forma, embora não sejam só isso, uma extensão de uma Europa, que, noutra época, como agora de novo, teve a ousadia de se lançar com seus guerreiros ou com seus padres. E, hoje, com seus comerciantes, que, aí sim, são mais à la Montesquieu – pelo menos espero -, vem com mais doçura, com menos intenção de bombardear e mais intenção de cravar aqui fundas estacas de desenvolvimento econômico, através dos seus investimentos. E, portanto, por todas essas razões, que nos achamos de excelente augúrio este

encontro. E imaginamos que, a partir dele, possamos sonhar com o encontro, em junho, com conseqüências práticas, e não burocráticas, porque também nos todos nos opomos a que essas conseqüências sejam burocráticas, mas que tenha esse mesmo espírito que foi aqui mencionado de uma ação que tenha conseqüência prática muito positiva.

E, portanto, o momento de olharmos para frente. As dificuldades tornam mais importante a nossa solidariedade no MERCOSUL, a nossa determinação de caminharmos juntos, de olharmos juntos para um futuro comum de prosperidade e integração, e de trabalharmos juntos para alcançá-lo. E esta reunião é prova de que vamos fazê-lo. Mais uma vez, a América Latina e a Europa estarão prontas a escrever um capítulo comum de sua história. E que esse capítulo seja mais venturoso do que os capítulos do passado, embora os do passado já tenham deixado marcas muito positivas.

Mas eu tenho a expectativa de que o futuro que estamos construindo vai possibilitar, efetivamente, que os presidentes do Brasil, no próximo milênio, ao falarem de integração, ao falarem de investimentos, ao falarem da necessidade do crescimento econômico, não tenham que por, somente ao pé de página, aquilo que é fundamental: a democracia, o bem-estar do povo e a luta contra a pobreza.

Muito obrigado.

Almoço com o Presidente do México na FIESP

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no almoço com o Presidente do México na FIESP. São Paulo, 28 de abril de 1999

Senhor presidente do México, meu querido amigo Ernesto Zedillo, Senhor vice-governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alkmin, Senhor Doutor Horácio Lafer Piva, que é o presidente da FIESP, Senhores ministros, Senhora “canciller” do México, Senhores parlamentares, Senhor presidente do Comitê Bilateral, Dr. Henrique Madero Bracho, Senhores empresários mexicanos e brasileiros, Senhoras e senhores,

Dá gosto ouvir o presidente Zedillo. Dá gosto ver como um líder, na plenitude do conhecimento da situação do seu país, e capaz de, em tão pouco tempo, expor, com tanta precisão - e com tanta emoção, ao mesmo tempo - a importância do desenvolvimento do seu país, a importância do relacionamento do seu país com o Brasil. Dá gosto ver essa capacidade que tem o presidente Zedillo, de mostrar o essencial e, ao mostrar o essencial, de demonstrar, pelo seu modo de ser, a fibra necessária para levar adiante, como ele está levando, as transformações que se impõem no mundo contemporâneo, para que os países possam prosperar. E que, ao prosperar, não percam de vista que o importante não é apenas a economia, mas são as pessoas e a transformação das sociedades.

Só ao ouvi-lo, hoje, já nos deixaria todos nós, brasileiros, muito felizes. Mas há mais. A presença de Ernesto Zedillo no Brasil tem um significado

simbólico importante. Porque isso está a clamar uma aproximação entre o Brasil e o México. É um clamor que vem de longo tempo, mas que, simbolicamente, se concretiza nesses dias, pela presença e pelo empenho do presidente do México em estar entre nós. E de, ao vir ao Brasil, ter vindo acompanhado de uma importante delegação mexicana e ter nos mostrado a nós, brasileiros, não apenas que é importante que o México continue participando ativamente do desenvolvimento do Brasil, mas que já está participando desse desenvolvimento.

É muito significativo que, hoje, o presidente Zedillo tenha feito sua exposição, talvez a principal, nos dias que esteve no Brasil, aqui nesta casa, na FIESP. Também aproveito a oportunidade para agradecer ao presidente da FIESP, Dr. Horacio Piva, as palavras com as quais nos saudou. E dizer que acredito, realmente, que é importante que seja nesta casa que o presidente do México tenha recordado que o trabalho de aproximação entre os nossos países e a integração entre as nossas economias dependem, também, de uma forte cooperação entre os empresários brasileiros e os mexicanos, com o governo do Brasil e com o governo do México.

Acredito que as demandas - suplicas, como se diz em espanhol - que aqui foram apresentadas, foram as mais gostosas para os ouvidos dos presidentes. Quando as súplicas são para mais

trabalho e mais cooperação, isso nos encanta e nos concedemos de plano. Um pouquinho mais difícil e quando elas têm implicações de outra natureza, mas, mesmo essa está vindo que são importantes serem levadas adiante. Sem dúvida alguma, a questão dos vistos nos passaportes e uma questão que será resolvida, porque merece solução.

E não tenho nenhuma dúvida de que as determinações do presidente Zedillo e as minhas, no sentido de que os nossos ministros trabalhem para que nos possamos ter uma cooperação comercial mais ativa e para que possamos ter entendimentos, em termos de preferências "arancelarias", quer dizer, aduaneiras, vão ser efetivadas, porque sentimos a importância desse passo.

Não precisaria dizer nada, depois do que disse o presidente Zedillo, sobre a importância dos fluxos comerciais. Alias, não preciso dizer, realmente, nada, depois do que disse o presidente Zedillo, em termos do que significam as relações do Brasil com o México e a nossa determinação de levá-las adiante.

Quero, apenas, fazer uma pequena reflexão. É significativo e importante que, neste momento, ao ouvir o presidente do México, eu fique dizendo: "Não tenho mais o que dizer, estou de acordo com tudo o que ele disse". Isso é um sinal muito importante, do amadurecimento das relações entre os nossos países, ainda que essa relação, no plano comercial, no plano econômico, não esteja tão desenvolvida quanto nós desejamos e quanto será no futuro. Mas, no plano político, já estão.

No plano político, já temos um entendimento bastante avançado do que significa o desafio de países da América Latina. Afastamos, há muito tempo, de plano, e não sem muita luta, as idéias relativas ao "isolamento esplendido" de cada um dos nossos países, com relação um ao outro, com relação ao mundo, e com relação aos nossos vizinhos mais imediatos.

É inútil que alguém, ainda hoje, possa imaginar solução alternativa, porque já se foi o tempo em que era possível pensar num crescimento autárquico.

Hoje, todos sabemos que o crescimento há de se dar dentro de um marco, de um mercado mais amplo, que se globalizou. Precisamos ter muita capacidade de colocar as nossas condições propiciamente em ordem nos nossos países, para que possamos participar dessa globalização sem sofrermos apenas os efeitos maléficos dela. E os efeitos maléficos dela situam-se - já o disse o Dr. Horacio Piva - basicamente, no campo financeiro. O que sacudiu o México, em 95, o que sacudiu a Ásia, em 97, a Rússia, em 98, e um pouquinho o Brasil, em 99, foi precisamente o descontrole de fluxos financeiros que não estão casados com a economia real.

Mas o presidente do México e o presidente do Brasil tem reflexões semelhantes nesta matéria. Sabemos que não adianta, para escapar desses males, que, de repente, podem ocorrer, simplesmente refluirmos e tentarmos voltar a um passado, fechando as nossas economias. Pelo contrário, precisamos e adaptá-las para que elas possam tirar proveito das situações, das oportunidades que se apresentam, nos termos do mundo contemporâneo e das economias que se globalizam.

Sabemos, também, que, para isso, temos que ter uma posição política forte, não apenas internamente, mas externamente, porque decisões importantes deverão estar sendo tomadas - e serão tomadas - de agora em diante, para que possamos controlar, progressivamente, os malefícios que possam vir a serem causados pelos fluxos de capital, quando estes não têm alguns instrumentos de contrapeso.

Quando me refiro a alguns instrumentos de contrapeso, não estou pensando, porque já o disse antes, no fechamento de qualquer economia. Estou pensando, isso, sim, e na transparência crescente dos mecanismos financeiros, e num controle crescente desses mecanismos, não só internamente, mas também internacionalmente, para que possamos acompanhar, com mais precisão, o que ocorre pelo mundo afora. Estou pensando também em decisões

que hão de ser tomadas, ainda nas próximas semanas, nos foros de estabilidade global, porque já há um organizado, nas reuniões do G-7, nas reuniões do Comitê Interino do Fundo Monetário, nas reuniões do que se chama G-22 e em muitas outras mais, no sentido da definição de uma nova arquitetura financeira mundial.

O México e o Brasil precisam estar ativos - e estarão - nessa discussão, porque tem exemplos a dar de como são negativas certas conseqüências da globalização e de como foi possível também, a despeito disso, superá-las e manter o rumo, que é o rumo necessário para o desenvolvimento econômico de nossos países.

Fiquei muito satisfeito, não só de agora, nos contatos freqüentes que tenho com o presidente do México - inclusive depois da crise da Rússia, inclusive depois dos primeiros abalos que a crise da Rússia provocou no Brasil - nas conversas que tivemos pelo telefone, em que me ajudou a entender melhor esses mecanismos que se desatam sobre as economias e o que fazer diante deles, e o alento que a situação mexicana dá a todos nós, brasileiros, que é o fato de perceber que o México, a despeito das dificuldades, as superou e, hoje, esta, de novo, no rumo do crescimento.

E isso, senhores empresários, o que nós precisamos fazer em todos os nossos países. Tenho a confiança de que o Brasil já encontrou também este mesmo caminho. Esta começando a trilhar este mesmo caminho, que é o da retomada de um desenvolvimento sustentável. O indicador fundamental para isso ou os indicadores são dois: controle da inflação e queda da taxa de juros. O Brasil controlou a inflação e está fazendo com que a taxa de juros caia.

E, se me permite o presidente do México, em uma reunião que tive, em Brasília, com industriais e brasileiros, eu disse, naquela ocasião, que a queda da taxa de juros não dependia de um decreto meu. Se dependesse de um decreto meu, sendo eu, em nome do governo, o maior devedor do Brasil, seria

o primeiro a fazer um decreto para baixar as taxas de juros. Dependia da construção de uma situação positiva na economia que permitisse a queda das taxas de juros. E o que estamos fazendo. É o que estamos fazendo e, agora, o faremos ainda com mais energia, não só porque o nosso País demanda, mas porque o exemplo mexicano é muito claro, ao mostrar que há viabilidade na persistência do rumo e que nós temos como superar eventuais dificuldades.

Queria mencionar um outro aspecto. É o aspecto de que o Brasil, hoje, é um país que pertence ao MERCOSUL, e um país que tem relações muito próximas, como toda a gente sabe, com a Argentina, que tem com seus sócios do Uruguai, do Paraguai e com os parceiros do Chile e da Bolívia compromissos muito claros. Mas, sendo um país do sul da América do Sul, sendo um país dentro do MERCOSUL, e um país que se abre não apenas ao MERCOSUL e a América do Sul, mas a todo o hemisfério e que pretende se abrir mais ainda e ter relações crescentemente prosperas com o resto do mundo. Nesse contexto, zona de paz que constituímos neste Continente, zona de democracia, como reafirmou o presidente do México, e indiscutível que o México e o Brasil são os países que tem a maior concentração industrial no mundo latino-americano. Isso é inegável. E inegável, portanto, que nós temos que buscar as nossas complementaridades, para que nós possamos, ir avançando mais no nosso processo industrial.

E indiscutível que é importante ampliar as exportações. Um exemplo para os brasileiros: o México, com um produto bruto de cerca de 400 bilhões de dólares, exporta quase 120 bilhões de dólares. O Brasil, com 800 bilhões, exporta pouco mais de 50 bilhões. O caminho a percorrer está aí. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e um homem desta casa, está aqui ao nosso lado. Juntos, poderemos percorrer com mais velocidade esse caminho, ampliando as exportações. E exportação, hoje, é o outro lado da mesma moeda da política industrial. Não existe uma política só de exportação. Ou há uma política global, que permita

a exportação ou, então, não vai haver a exportação. Vamos precisar exportar.

Pois bem, eu dizia que o México e o Brasil são, no nosso continente latino-americano, os dois países de maior avanço industrial. E somos os dois países de maior avanço industrial porque temos uma retaguarda tecnológica, de universidade, de democracia, de visão da necessidade da industrialização, que permite que esses países avancem. Mas esse avanço está não só nas mãos dos governos. Está nas mãos dos senhores empresários, está nas mãos dos senhores sindicalistas, está nas mãos dos senhores universitários. Esta nas mãos de todos aqueles que vão ter que ser participantes desse processo.

E me apraz ter assinado, ou assistido a assinatura, junto com o presidente Zedillo, de um ato entre o Colégio do México e a Universidade de São Paulo. Porque temos uma visão da transformação econômica, que não é só mercado e nem é só chão de fábrica. Ela é mais do que isso, ela é cidadania. Ela é sociedade. Ela é modo de viver, e modo de cooperar, para que nós possamos avançar.

Também nesse aspecto México e Brasil têm problemas semelhantes e devem buscar, juntos, caminhos que nos fortaleçam, de um modo que possa

ser de proveito mútuo. E isto vai ser verificado já, numa reunião que teremos no Rio de Janeiro, em junho, para a qual os países da América Latina convidaram os países da Europa. E os presidentes e primeiros-ministros dos países europeus deverão se deslocar para o Rio de Janeiro, para esse encontro com os países latino-americanos. E será, talvez, um dos maiores encontros já havido por aqui - cerca de 50 presidentes de países da Europa e da América Latina - onde vamos discutir o aprofundamento das relações da América Latina com a Europa.

Por que digo isso? Porque se estamos enlaçados, como estamos, com o MERCOSUL, se estamos, agora, crescentemente vinculados nos nossos interesses com o México, assim procedemos para ampliar os horizontes, e não para fazer de cada ato de aproximação com um país um afastamento dos demais. Não é esse o mundo de hoje. O mundo de hoje é um mundo, realmente, de abertura. México e Brasil, mais uma vez, nesta reunião do Rio de Janeiro, vão demonstrar a coincidência de pontos de vista e o empenho que todos temos, para que os nossos países participem ativamente desta economia global.

Já falei demasiado, mas, se me permitem, (o presidente passa a falar em espanhol).

Cerimônia de formatura da turma “Ítalo Zappa” do Instituto Rio Branco

*Discurso do Senhor Presidente da República por ocasião
da cerimônia de formatura da turma “Ítalo Zappa” do
Instituto Rio Branco. Brasília, 30 de abril de 1999*

A participação do Presidente da República nesta cerimônia é um daqueles casos em que a observância do protocolo não é mera tradição formal, mas tem um conteúdo político e um significado ético: o da valorização da idéia e das instituições do serviço público.

O Itamaraty representa a perfeição essa idéia. Vocês, que hoje se formam pelo Instituto Rio Branco, estão ingressando em uma instituição que se identifica com a nossa melhor vocação de trabalho pelos interesses nacionais e pelo bem comum. Uma instituição que, geração após geração, vem dedicando esforços contínuos a tarefa de responder aos desafios que se apresentam ao Brasil no cenário internacional. E o testemunho pessoal do Ministro Lampreia nos revela precisamente o substrato humano desse compromisso institucional, que atravessa diferentes governos e diferentes ideologias.

O Ministro Lampreia nos adverte também para a necessidade de realismo e sentido histórico na atuação da diplomacia - um realismo que se opõe à ingenuidade, mas que não exclui a utopia, e um sentido histórico que exige a abertura às transformações, mas que não exclui a continuidade na afirmação de nossa autonomia como país.

Essas duas preocupações são essenciais para a compreensão da posição do Brasil em um cenário internacional extremamente complexo e que se

transforma em ritmo sem precedentes. Um cenário internacional que nos coloca diante de novos interrogações, tanto na economia como na política.

Aos jovens diplomatas que hoje iniciam a sua vida profissional, não faltarão problemas a desafiar a capacidade de análise e de formulação de políticas.

- Como organizar o sistema financeiro internacional para assegurar a sua estabilidade e prevenir ou minimizar a ocorrência de crises?

- Como garantir que os fluxos financeiros internacionais funcionem como fator de promoção do desenvolvimento e não como fonte de turbulências que afetam a própria tessitura da economia internacional e que trazem prejuízos a todos, desenvolvidos ou em desenvolvimento?

- Como avançar no sentido de uma liberalização equilibrada do comércio mundial, que leve em conta a necessidade de maior simetria e maior justiça nas trocas internacionais e a importância de contar com mecanismos de proteção às economias mais vulneráveis?

- Que tipo de ordem econômica internacional é necessário para que a liberdade dos negócios resulte em uma redução progressiva das desigualdades?

- Como aprofundar e fortalecer o MERCOSUL?

- Como alcançar o equilíbrio necessário na

integração hemisférica e no relacionamento com outras regiões, como a União Européia?

- Como revitalizar o sistema de segurança coletiva para que ganhe legitimidade e para que seja eficaz na manutenção da paz?

- Qual é o caminho para criar espaços de legitimidade nos quais o diálogo e a ponderação se substituam às vontades hegemônicas e às soluções de poder?

- Como dar vida aos propósitos inovadores das conferências globais das Nações Unidas sobre temas cruciais como os direitos humanos, a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento social ou os direitos das mulheres?

Essas perguntas são fundamentais para a articulação da política externa. Como respondê-las? Quero dar-lhes alguns elementos que, em minha experiência, resultam essenciais para a orientação dos que tomam decisões e dos que as executam.

São lições que recolhi em meus estudos e em meu trabalho em áreas ligadas a política internacional, primeiro como Senador, depois como Chanceler e agora como Presidente. São idéias que poderão ser úteis a vocês que iniciam hoje o seu trajeto na diplomacia.

- 1a lição: A necessidade de clareza

Uma política externa se faz, sobretudo, com a compreensão clara dos problemas mundiais e, ao mesmo tempo, do que queremos e podemos em nossa relação com as realidades de nosso tempo.

E uma compreensão clara não é sinônimo de acumulação de informações. Sobretudo em nosso tempo, é preciso ser capaz de separar a boa informação, que nos ajuda a entender a realidade, da retórica e da propaganda, que nos ajuda a entender o que outros querem na realidade.

Nunca foi tão grande a massa de dados a disposição dos diplomatas. Nunca foi tão grande a necessidade de ser seletivo na busca da boa informação e de ser capaz de processá-la para produzir conhecimentos relevantes.

- 2a lição: A necessidade de uma perspectiva brasileira

O mais importante é que sejamos capazes de olhar essas questões com olhos brasileiros, buscando identificar os espaços para a projeção de nossos interesses, conhecendo os nossos pontos fortes e as nossas vulnerabilidades.

Muito já se falou sobre os recursos de poder que os países podem mobilizar para a promoção de seus interesses no plano internacional. Mas os recursos de poder não tem utilidade se o país não está capacitado para entender onde estão os seus interesses.

Essa é a importância - se me permitem a digressão - do Instituto Rio Branco e da formação de um quadro profissional de diplomatas: e a criação continua e o fortalecimento de uma perspectiva brasileira nas relações internacionais. Ninguém fará isso por nós e se não o fizermos não estaremos prontos a responder aos desafios de nosso tempo, ou melhor: responderíamos a eles - porque a ação é inevitável - mas responderíamos cegamente, de forma irresponsável.

Para responder com inteligência, é preciso dedicar-se com seriedade ao esforço de análise e de interpretação dos fatos a nossa volta - e a homenagem ao Embaixador Ítalo Zappa é muito merecida precisamente porque ele foi, em sua geração, um dos exemplos mais acabados de como a lucidez e o desprendimento podem se aliar em favor do interesse nacional.

- 3a lição: A necessidade de referencia a valores

Nenhuma política externa racional pode se fazer em luta contra os fatos. Os fatos são duros e, quando nos chocamos com eles, o resultado tende a ser doloroso.

Mas nenhuma política externa digna pode se fazer sem a moldura de determinados valores básicos.

Não há melhor exemplo disso do que o tratamento das questões de direitos humanos no plano internacional. O Professor Antônio Augusto Cancado

Trindade, paraninfo desta turma, tem-se destacado no estudo e na promoção dos mecanismos de cooperação internacional para a proteção dos direitos humanos, como acabamos de ver, na magnífica exposição com que nos brindou. O seu trabalho, ao lado de tantos outros, ajudou a construir, para o Brasil, uma relação mais aberta, mais arejada com o interesse da comunidade internacional nessa área.

Essa relação serve como exemplo de como a nossa ação externa deve refletir os valores em que acreditamos e de como essa perspectiva ética no plano externo pode contribuir para que o Brasil seja um país melhor, mais justo, mais solidário.

- 4ª lição: O tempo próprio da diplomacia

Análise e interpretação exigem cautela, paciência e uma sensibilidade que é própria as coisas da diplomacia. A diplomacia, por exemplo, tem o seu tempo próprio.

As coisas se fazem, aí, em uma perspectiva de longo prazo, que vai muito além das manchetes de hoje, dos efeitos sentidos no dia de hoje ou do Governo que se encontra no poder no dia de hoje. A diplomacia, carreira de Estado, se faz na perspectiva do Estado brasileiro. Às vezes, é difícil entender isso. Pode ser particularmente difícil quando se está preso ao curto prazo ou quando se confunde o êxito com a visibilidade de efeitos imediatos.

- 5ª lição: A necessidade de equilíbrio

É sempre fácil, para qualquer governo, encontrar oportunidades para gestos espetaculares ou para manifestações de ilusória grandeza. É sempre fácil falar de forma grandiloquente e até exaltada sobre o interesse nacional.

É mais difícil entender a complexidade das relações internacionais e das tarefas que devemos enfrentar para realizar a verdadeira grandeza do Brasil, uma grandeza que não se constrói em aventuras retóricas, mas através da solução de nossos problemas internos, através do desenvolvimento econômico e da justiça social, e sempre,

invariavelmente, sobre a base de um patrimônio de credibilidade que nos distingue em nossas relações com os demais países.

Nossa força decorre de nosso peso específico, mas também, e, sobretudo, de nossa capacidade de convencer, de ter uma proposta de legitimidade. A contribuição do Brasil às discussões internacionais sempre foi pautada pela ponderação, pelo equilíbrio, pela busca de soluções negociadas e pela recusa a todas as formas de imposição. Isso vem daquilo que somos: dos valores de nossa sociedade e das características de nossa inserção no mundo.

Somos um país democrático, amante da paz, sem problemas de fronteiras, com relações exemplares de cooperação com todos os países vizinhos. Temos uma tradição de respeito ao direito internacional. Somos um país voltado para o desenvolvimento e a justiça social. Por isso, a nossa vocação é a de procurar as soluções justas, duradouras e que valorizem os princípios fundamentais da boa convivência entre as nações.

Conclusão: os desafios atuais e os objetivos do Brasil

O exame dos problemas mais prementes de nosso tempo revela a importância desses elementos: clareza na compreensão da situação; a autenticidade de uma visão brasileira; a referência aos valores fundamentais; a sensibilidade para o tempo da diplomacia; e a busca da negociação e do equilíbrio.

Vivemos hoje, na guerra do Kosovo - embora sem envolvimento direto do Brasil - uma situação que nos preocupa gravemente, tanto por seus aspectos humanos como pelo seu impacto sobre o ordenamento político e jurídico das relações internacionais. Este é, tipicamente, um problema que não comporta soluções simples ou absolutas.

O Brasil não pode aceitar as violações sistemáticas de direitos humanos, que neste caso atingem níveis que evocam algumas das memórias mais tristes e mais obscuras de nosso século.

Tampouco nos satisfaz, no entanto, uma estratégia de solução baseada no uso unilateral da força, fora dos quadros de legitimidade das Nações Unidas. De um lado e de outro dessa questão, e qualquer que venha a ser o resultado do atual conflito, o que ocorre no Kosovo terá consequências importantes para a ordem internacional.

O Brasil espera que, em breve, se alcancem espaços de negociação e diálogo que permitam uma solução que, acima de tudo, deve assegurar os direitos fundamentais de todos os kossovares e erradicar a prática intolerável da “depuração étnica” - prática que representa a negação mais absoluta dos valores de pluralismo e tolerância que constituem a base de nossa forma de vida. No plano econômico, os desafios não são menores.

As crises da Ásia e da Rússia, bem como o seu impacto sobre o Brasil, mostraram o alto custo da volatilidade dos mercados internacionais. Claramente, o sistema financeiro internacional precisa ser aperfeiçoado. Mas, também aqui, é preciso evitar a tentação das soluções extremas, mesmo que elas gerem boas manchetes. Não encontraremos respostas adequadas nem no fundamentalismo do mercado nem no retorno a esquemas autárquicos, estatizantes.

É preciso trabalhar para construir um caminho intermediário e o diálogo internacional nos próximos anos terá que dar a devida atenção a essa questão. Essas considerações nos mostram o quanto é necessário, nos dias atuais, refletir sobre o mundo que queremos.

O Brasil não tem respostas para todas as perguntas, nem pretende tê-las. Acreditamos em um diálogo genuíno. Mas temos, ao mesmo tempo, a noção clara de nossas linhas de ação, de nossas prioridades.

Queremos, como assinalou o Ministro Lampreia, o desenvolvimento e esta é a nossa prioridade. Queremos um MERCOSUL fortalecido e que seja, cada vez mais, uma referência para todo o mundo. Queremos uma América do Sul próspera,

integrada e democrática, em condições de diálogo ativo com as demais regiões. Cultivamos uma preferência pelo direito internacional e consideramos que joga em nosso favor o prestígio das instituições multilaterais. Buscamos a difusão dos valores democráticos e de justiça social.

E no espírito desses objetivos que vocês, formandos do Instituto Rio Branco, se prepararam para assumir as responsabilidades do serviço público e para ajudar na formulação e na execução da política externa. Recebam os meus parabéns e os meus desejos sinceros de que, inspirados no trabalho já realizado pelo Itamaraty, vocês possam realizar um trabalho ainda mais proveitoso para o Brasil. O mundo se torna cada vez mais complexo e os desafios são cada vez maiores. Mas temos a compensação de que cada geração pode aspirar a ser melhor do que a anterior, aprender com os seus erros e construir sobre os seus acertos. Esse é o sentido dessa cerimônia.

Boa sorte a todos vocês e muito obrigado.

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações, na cerimônia de formatura da turma “Ítalo Zappa” do Instituto Rio Branco. Brasília, 30 de abril 1999

Senhor Presidente,

Cerimônias como esta despertam em nós, que já somos mais vividos, uma combinação de sentimentos.

Primeiro, ver refletido, nesse grupo de jovens, o momento em que éramos nós os diplomatas de primeira viagem. Recordar o que então imaginávamos viver e o que efetivamente vivemos. Segundo, o de nos colocarmos hoje na posição dos formandos e, juntamente com eles, tentar entender o presente e antecipar o futuro: como serão o Brasil e o mundo de amanhã e qual será o papel de nossa diplomacia.

Às voltas com estes sentimentos, não resisto à tentação de retornar ao momento da minha formatura, naquele turbulento e tão distante ano de 1963. O Presidente Fernando Henrique concordará

que, para nós que já éramos adultos, não foram aqueles tempos que se possam esquecer. Ainda no primeiro ano do Rio Branco, tínhamos vivido na crise dos mísseis de Cuba o episódio da História em que mais claramente esteve em jogo a própria sobrevivência da humanidade.

Não sabíamos exatamente o que concluir daquele evento. Por um lado, estimulava-nos ver que a diplomacia estava no centro de tudo, que, no universo profissional no qual iríamos ingressar, se decidiam os destinos do mundo.

Por outro, a noção para nós muito frustrante de que, naquele momento, o quadro internacional se resumia praticamente a um confronto entre duas ideologias, dois blocos, dois governos, em última instância, a dois homens, Kennedy e Krushev. Duas semanas depois de sermos nomeados Terceiros Secretários, mais um acontecimento dramático: o assassinato do Presidente Kennedy.

Quando meus colegas e eu estávamos sentados no lugar dos formandos de hoje, portanto, o mundo não era propriamente estável ou previsível. Ainda assim, nenhum de nós poderia imaginar o rumo que a História iria tomar, o alcance das transformações que iriam ocorrer. A História, aliás, ensina a necessidade de certa modéstia, ou ao menos de alguma prudência intelectual.

O destino, porém, guardava provas ainda maiores para a nossa geração. A mais delicada foi a longa convivência com o autoritarismo - circunstância histórica a que se submeteu o Brasil, tanto em razão de sua problemática interna, quanto das vicissitudes da confrontação ideológica global. Passamos os jovens diplomatas dos anos sessenta a concentrar todas as nossas energias na luta pela superação do subdesenvolvimento econômico.

Esta travessia foi marcada por eventos memoráveis como a II Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento e tantos outros em que minha geração, liderada por colegas mais antigos, como Azeredo da Silveira, Ronaldo Costa e George Maciel, encontrou energia

e motivação na idéia de que, embora não pudéssemos participar mais plenamente, como cidadãos e servidores públicos, das mudanças que queríamos para o Brasil, nos dedicaríamos a trabalhar por uma política externa mais ambiciosa e afirmativa, bem como pela construção de uma ordem internacional mais justa e favorável à afirmação e ao desenvolvimento do País. Foi o que fizemos, com convicção e entusiasmo.

O Brasil dava naquela altura um grande salto em termos de progresso material, de infra-estrutura, de industrialização, de comércio exterior. À medida que o tempo passava, por conseguinte, falávamos e atuávamos em nome de um país cada vez mais importante, cioso de sua independência e autonomia.

O vigor e os desafios do desenvolvimento acelerado iriam intensificar ainda mais a renovação da política externa, especialmente a partir de 1974. O restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, em agosto daquele ano, e o pronto reconhecimento da independência das ex-colônias portuguesas, meses depois, foram alguns dos marcos mais visíveis dessa renovação.

Como Chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania, o Embaixador Ítalo Zappa, patrono da turma que hoje se forma, participou ativamente do planejamento e execução dessas decisões. Zappa tinha gosto em ser um desbravador de novas frentes diplomáticas e transformou a sua carreira em exemplo de trabalho pela afirmação da autonomia de nossa política externa. E eu entendo que seja esse o sentido da homenagem que os novos diplomatas resolveram fazer-lhe, à qual eu me junto, como Chanceler e, sobretudo, como colega e amigo do Embaixador Zappa.

Caros formandos,

Antes de concluir esta breve volta ao passado, acrescento uma observação sobre os anos que se seguiram àquele momento de mudança da política externa.

Tínhamos clara consciência - até porque o

sentíamos no dia-a-dia - de que a nossa projeção no mundo seguia marcada pela permanência do autoritarismo, pelas violações dos direitos humanos, pelo descaso para com o meio ambiente, valores que ganhavam espaço nas normas de comportamento internacional.

Tal como na esfera econômica o sucesso do modelo de substituição das importações, com forte intervenção e proteção estatal, retardou entre nós a percepção de que era preciso mudar, também na política externa nossos êxitos diplomáticos, e o sólido respaldo na opinião pública interna, atrasaram a atualização de posições e atitudes, especialmente em matéria de defesa da democracia, direitos humanos, meio ambiente e não-proliferação. Essa atualização desencadeou-se a partir de 1985, ganhou impulso no início dos anos noventa, mas ampliou-se e acelerou-se especialmente no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Das medidas que tenho definido como resgate de "hipotecas" do passado, e entre as quais se inclui a adesão ao TNP, a mais recente foi o reconhecimento da jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, vice-presidente da Corte e paraninfo desta turma, foi ao mesmo tempo incentivador e testemunha da determinação do Presidente Fernando Henrique e de seu governo de dar mais esse importante passo na transformação de nosso relacionamento com o meio internacional.[

Senhor Presidente, caros formandos,

Todos queríamos que o Brasil tivesse mudado muito mais nos últimos trinta anos, que tivéssemos passado definitivamente à condição de país desenvolvido, que tivéssemos conseguido melhorar a qualidade de vida da maioria dos brasileiros. Tudo isso é verdade, bem sabemos.

O fato inegável, porém, é que, embora não tenhamos ainda chegado aonde todos queremos chegar - a minha geração talvez tivesse uma visão excessivamente ambiciosa de sua capacidade de

transformar as coisas - os novos colegas que agora se formam começam suas carreiras em um país muito diferente, e muito melhor do que o Brasil de 1963.

Hoje servimos a uma sociedade que pode cada vez mais e, com toda justiça, reivindicar e esperar cada vez mais. Nosso dever como Servidores do Estado é fazer sempre o máximo para corresponder a essas demandas e expectativas.

Hoje representamos um país politicamente amadurecido e estável. Nossas instituições fundamentais, embora aperfeiçoáveis, como todas as organizações de pessoas, funcionam e cumprem o seu papel.

Hoje trabalhamos para uma sociedade amplamente servida de entidades e lideranças, cuja atuação compõe o quadro de demandas e vontades a partir do qual se define o interesse nacional que nos cabe defender e promover. Hoje temos Forças Armadas democráticas e disciplinadas, estritamente dedicadas às suas atividades profissionais e cumpridoras de sua vocação histórica e de sua missão constitucional.

Hoje contamos com uma imprensa livre e vigorosa, que tem cumprido uma função muito relevante nessa mudança da vida nacional. Não posso deixar de observar, no entanto, que, talvez em função da magnitude dos desafios internos do Brasil, os nossos meios de comunicação dedicam um espaço excessivamente limitado aos temas das relações internacionais do País. Essa dimensão, todos sabemos, é cada vez mais importante na superação definitiva dos nossos problemas, dada nossa inevitável necessidade de uma sempre melhor inserção internacional do Brasil. Em todas essas frentes, e em muitas outras, houve avanços inegáveis. Mas a diferença mais importante entre o dia de hoje e o momento de minha formatura é, sem dúvida, o fato de que, ao contrário de 1963, não existe agora qualquer ameaça de retrocesso no desenvolvimento político e social do País.

Ao longo de suas carreiras, os colegas que agora se incorporam ao Itamaraty serão

representantes de uma democracia cada vez mais vigorosa, de uma sociedade que não admite abrir mão do poder e dos direitos que lhe cabem.

A propósito, quero fazer uma observação sobre a nossa atuação internacional. O Brasil tem praticado uma política externa convergente com os vetores principais da vida internacional, não por uma preferência ou por caprichos do Presidente Fernando Henrique Cardoso ou daquele que ele escolheu para dirigir o Itamaraty, e sim porque esse rumo reflete os valores e as aspirações da nossa sociedade para o seu próprio futuro.

Os brasileiros querem, nós queremos, mais democracia, mais respeito aos direitos humanos, mais oportunidades de realização pessoal e bem-estar material, mais liberdade e melhores condições de empreendimento econômico, mais acesso a bens e serviços gerados no exterior, mais espaço para exportar nossos produtos, mais preservação do meio ambiente, mais cooperação no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

O nosso discurso - e a nossa ação diplomática nesses e em outros temas - é coerente, pois defendemos para o mundo o mesmo que queremos para nós. Não temos a ilusão de que a humanidade se esteja aproximando de modo uniforme desses ideais e objetivos, ou sequer de que o atual ordenamento internacional seja o melhor caminho para chegarmos a isso.

Dai a razão pela qual, apesar de nos orientarmos pelos valores prevaletentes na cena mundial, seguimos convencidos de que a política externa brasileira deve estar voltada não para a manutenção do status quo, numa postura conservadora, mas sim para a transformação de uma realidade internacional que ainda tem mais defeitos do que virtudes.

Apesar de a ação militar da OTAN se realizar por ponderáveis motivações humanitárias, a atual crise no Kosovo - especialmente a circunstância de uma aliança de países haver julgado necessário recorrer à força prescindindo do mandato do Conselho de

Segurança das Nações Unidas - é atestado claro e preocupante de que as instituições e o direito internacionais ainda não se conseguiram impor completa e definitivamente em um universo que segue regido, em última instância, pelo exercício do poder econômico e militar. Ao Brasil, e à grande maioria das nações, não interessa tal estado de coisas. Faz sentido, portanto, que trabalhemos por sua mudança.

Esse impulso transformador deve combinar-se, no entanto, com uma boa dose de realismo. Para todas as diplomacias do mundo, o meio internacional é um dado da realidade. Em outras palavras, algo cujas características fundamentais, e cuja dinâmica, estão além do controle individual de qualquer país.

Isto não significa, é evidente, que não haja enormes diferenças de capacidade de influência entre os diversos Estados nacionais. Mas sim quer dizer que, diante de uma vida internacional cada vez mais integrada e complexa, os governos - e as sociedades que representam - devem ter uma visão lúcida dos limites de seu poder de controlar o curso dos acontecimentos no plano global, ou de isolar-se de seus efeitos.

Penso em realismo não como oposto de idealismo, mas como contrário de ingenuidade - este um defeito absolutamente incompatível com a condição de diplomata. Refiro-me, por um lado, à ingenuidade daqueles para quem o simples aprofundamento dos laços com o ambiente externo, e a obediência aos cânones dominantes, trariam a solução para os problemas fundamentais das sociedades a que pertencem - problemas, como ensinou Fernando Henrique Cardoso, muitas vezes relacionados à própria história da inserção internacional dessas sociedades. Por outro lado, existe a ingenuidade dos que acreditam ser viável tanto afastar-se do curso central da evolução mundial, atrás de cortinas de separação difíceis de imaginar, quanto "negociar" e obter compensação direta para cada movimento que se faça em direção a padrões normais de integração ao meio internacional.

Como explicou San Tiago Dantas, na

cerimônia de formatura da minha turma, da qual foi paraninfo: “realista no sentido de que as idéias são o reflexo objetivo da realidade na consciência, e (...), ao mesmo tempo, racional, no sentido de que os meios de ação, os tipos de comportamento e as decisões, estão comensurados aos fins por critérios ditados pela razão”.

Além de realismo, é preciso trabalhar com claro sentido de História. O que em um dado momento talvez se afigure como uma avenida luminosa pode transformar-se, pouco depois, em obscuro beco sem saída. Daí a necessidade de buscarmos invariavelmente, em nosso relacionamento externo, o maior grau possível de autonomia. Este sempre foi e continua a ser um parâmetro básico da diplomacia brasileira. Autonomia não se confunde com isolamento ou auto-suficiência, mas com a preservação de margens de escolha e manobra suficientes para que sejamos capazes de seguir os caminhos delineados pela vontade e pelos interesses da Nação a que servimos.

Senhor Presidente, novos colegas,

Algo essencial não mudou entre a minha formatura e a manhã de hoje: o desenvolvimento, na acepção mais abrangente do conceito, continua a ser para o Brasil, para todos nós, o desafio maior, a grande luta a vencer.

Não nos enganemos: as profundas desigualdades e carências que ainda caracterizam a nossa sociedade são o principal impedimento a que o Brasil tenha um papel de maior peso na vida internacional e possa influir para torná-la mais propícia à realização de nossos interesses e aspirações.

A prioridade absoluta da diplomacia brasileira só pode ser, por conseguinte, servir à causa do desenvolvimento. É o que vimos fazendo há várias décadas e será, sem dúvida, o que o Itamaraty continuará a fazer, com dedicação e orgulho, até que nós brasileiros tenhamos conseguido transformar o Brasil na Pátria justa, no “sonho intenso” de que fala nosso Hino Nacional”.

Jantar oferecido à Rainha Margrethe II da Dinamarca

Discurso do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso durante jantar oferecido à Rainha Margrethe II da Dinamarca, Brasília, 3 de maio de 1999

É com grande honra e satisfação que o Brasil recebe Vossa Majestade.

Em nome do povo brasileiro, desejo dar-lhe as mais calorosas boas-vindas, e também aos Príncipes Henrik e Frederik e à comitiva que os acompanha nesta primeira visita de Estado de um soberano dinamarquês ao Brasil. Esta visita é indicação eloqüente de que a Dinamarca compartilha o desejo brasileiro de levar adiante o fortalecimento do diálogo político e a dinamização do intercâmbio econômico e cultural entre nossos países.

Nos últimos tempos, têm-se intensificado os contatos bilaterais de alto nível. As visitas do Príncipe Frederik, em 1996, e do Ministro Petersen, em 1997, - assim como a ida do Ministro Lampreia à Dinamarca, há dois anos - contribuíram para dar ímpeto renovado e contornos cada vez mais modernos a uma relação antiga, mutuamente benéfica e sempre cordial.

A presença entre nós de Vossa Majestade é, a um só tempo, símbolo e ponto alto desta etapa, nova e rica de promessas e possibilidades. As raízes de nossas relações, porém, remontam ao século XVII, quando as pinturas do holandês Albert Eckhout, doadas ao Rei Frederico III, levaram as primeiras imagens do Brasil aos dinamarqueses.

Naquela mesma época, a Dinamarca recebia uma pequena amostra da riqueza de nossa flora, na

forma da coleção elaborada pelo cientista alemão Georg Marcgrave.

Dois séculos mais tarde, em 1828, o Brasil já soberano assinava seu primeiro ato internacional com o Reino da Dinamarca, o Tratado de Comércio e Navegação, marco formal inicial de nossas relações políticas e de nossa interação econômica.

Pouco depois, o dinamarquês Peter Wilhelm Lund, introdutor da paleontologia no Brasil, iniciava seus trabalhos em Lagoa Santa, Minas Gerais, lugar ao qual o Príncipe Herdeiro retornará agora para prestar homenagem, que muito nos sensibiliza, a esse ilustre dinamarquês que fez do Brasil sua segunda pátria.

O magnífico trabalho de Lund, testemunho do interesse mútuo que desejamos fortalecer, poderá ser apreciado na exposição que Vossa Majestade inaugurará no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista.

Majestade,

O Brasil colonial dos tempos de Eckhout e Marcgrave e o jovem Brasil da época de Lund certamente terão parecido exóticos e causado algum espanto aos dinamarqueses.

Como também, guardadas as devidas proporções, o Brasil dos anos 60, ensimesmado e às voltas com um momento particularmente duro e

difícil de sua história, terá parecido bem pouco familiar à jovem princesa dinamarquesa que então nos visitava.

Hoje, às vésperas do ano 2000, é com evidente satisfação que posso afirmar que muitas daquelas distâncias se encurtaram. E Vossa Majestade terá a oportunidade de testemunhar a dimensão dessas mudanças no curso de seu périplo brasileiro. Hoje, o Brasil é um país aberto ao mundo e atento às necessidades de seu tempo. Um país integralmente comprometido com a democracia, com os direitos humanos, com a proteção do meio ambiente e com a promoção da paz e do diálogo entre as nações.

Hoje, tendo reencontrado a estabilidade econômica, o Brasil definiu seu rumo e vem dando passos decisivos para se transformar no país mais equânime e mais justo que todos queremos. A tarefa é imensa. E árduas as provações que temos enfrentado. Mas a certeza de que encontramos a boa trilha nos dá a confiança para prosseguir. A maturidade demonstrada pelo povo brasileiro nos momentos mais difíceis e sua determinação na defesa da estabilidade nos dão a certeza de que não haverá retrocesso.

Vamos enfrentar as dificuldades do momento - algumas delas fruto de circunstâncias das finanças internacionais sobre as quais não temos controle - e vencê-las. Como estamos fazendo. E aproveito a presença de Vossa Majestade para expressar de público o sentido reconhecimento do governo brasileiro pela presteza e diligência com que a Dinamarca se associou à ação internacional de apoio ao Brasil, quando mais duramente nos atingia o impacto da crise financeira internacional.

Majestade,

Neste momento de profundas transformações da ordem mundial, vemos na Dinamarca um importante parceiro político e econômico, com o qual desejamos ampliar os vínculos e o diálogo. Não escondemos nossa admiração pelo modelo dinamarquês de desenvolvimento, baseado na

promoção do bem-estar de sua população, na solidariedade e no respeito ao meio ambiente.

Essa admiração aumenta quanto constatamos que a Dinamarca pertence ao reduzido grupo de países que dedicam mais de 1% de seu Produto Interno Bruto à cooperação para o desenvolvimento. A comunidade internacional certamente teria muito a ganhar - e também o projeto de construção de um mundo menos desigual - se outros países seguissem esse exemplo. Os objetivos do desenvolvimento sustentável e de uma sociedade mais igualitária e solidária - aos quais o nome da Dinamarca se associa tão naturalmente - são também o norte da ação de meu Governo.

Estou certo de que a parceria entre o Brasil e a Dinamarca terá um papel crescentemente importante a cumprir. Há ainda muito espaço para ampliar nossa cooperação e desenvolver novas ações conjuntas.

A dimensão inter-regional de nosso relacionamento, por exemplo, se destaca entre as áreas que merecem atenção prioritária. Como membros do MERCOSUL e da União Européia, respectivamente, Brasil e Dinamarca têm interesse direto no bom encaminhamento do processo de aproximação entre esses que são dois dos três maiores esquemas de integração regional do mundo.

Nesse sentido, esperamos que um novo patamar, à altura dos desafios que nos reserva o próximo século, possa ser alcançado já em junho próximo, na Cimeira do Rio de Janeiro, com iniciativas concretas que conduzam à progressiva liberalização do comércio entre os dois blocos regionais.

O fortalecimento do intercâmbio econômico e comercial com a União Européia tem para o Brasil uma elevada importância estratégica e se refletirá de forma positiva em nossas relações bilaterais. Uma eventual perda de espaço pela Europa na sua relação com o MERCOSUL, porém, conduziria a um estreitamento de opções, cenário indesejável para ambas as partes.

Majestade,

O Brasil confia no continuado estreitamento dos laços que o unem à Dinamarca. Contamos para isso com a base sólida de uma amizade de longa data, com o empenho manifesto dos dois governos e com a participação ativa dos setores privados nos dois países. Os benefícios, estou certo, serão muitos e mútuos.

É com esse espírito que peço a todos que me acompanhem em um brinde à prosperidade do povo dinamarquês, à amizade fraterna entre o Brasil e a Dinamarca e à saúde e felicidade pessoais de Sua Majestade a Rainha Margrethe II, do Príncipe Henrik e do Príncipe Frederik.

Muito obrigado.

“Economic Club” de Nova Iorque

Discurso do Presidente Fernando Henrique no “Economic Club” de Nova Iorque. Nova Iorque, 10 de maio de 1999

Tenho grande satisfação de estar aqui e de me dirigir a este distinto grupo a propósito de temas de política econômica.

Esta noite, gostaria de falar-lhes sobre progresso e perseverança, sobre propósito comum e bom senso, sobre os êxitos da economia brasileira e o compromisso do Governo brasileiro - e, o que é mais importante, do povo brasileiro - de continuar esses êxitos. Falarei francamente sobre os desafios que enfrentamos e sobre as soluções que buscamos. Nas últimas décadas todos nós aprendemos muitas lições. Uma delas é a de que não há motor mais importante para a estabilidade e para o desenvolvimento social do que o crescente consenso global em favor de boas políticas econômicas. Esse novo enfoque, em seu sentido primeiro e mais importante, representa um compromisso com processos que funcionem.

As mais ambiciosas teorias e ideologias de todo matiz foram varridas - se posso ampliar a frase de Schumpeter - por ventos de destruição criativa intelectual. Mesmo as faculdades de economia parecem agora valorizar a pesquisa prática.

E ter uma atitude prática com relação aos problemas é essencial para um país como o Brasil, onde muitas das tarefas que devemos realizar têm de ser atacadas com um profundo sentido de urgência. Mas sabemos que a urgência nos problemas sociais não pode nunca ser um pretexto para políticas econômicas irresponsáveis, que só contribuem para

piorar os problemas. No Brasil, alcançamos um considerável progresso econômico nos últimos anos, sobretudo porque aplicamos as políticas econômicas corretas. Nada de sonhos de soluções de facilidade ou de atalhos mágicos. Em vez disso, temos procurado manter em boa condição os aspectos básicos da economia - reforma fiscal e política monetária forte, investimentos de longo prazo em capital humano e maiores oportunidades, liberalização das regras de comércio e descentralização dos processos de decisão. Em um momento em que os mercados modernos vinculam os nossos destinos e as nossas fortunas, é preciso que o mundo saiba mais sobre o êxito alcançado pelo povo do Brasil.

Nos últimos cinco anos, derrubamos a inflação e a mantivemos sob controle. Em 1994, quando os senhores ainda nem sonhavam em ter o índice Dow Jones na marca dos 10.000 pontos, nossa taxa de inflação subia a mais de 40% ao mês. Os tempos mudaram.

Começamos por romper o ciclo da espiral inflacionária, da queda do poder aquisitivo e de demandas persistentes de proteção contra os aumentos de preço. O Plano Real funcionou. Pusemos fim à cultura da indexação. A estabilidade está trazendo profundos benefícios aos brasileiros, especialmente aos mais pobres.

Na semana passada, a CEPAL publicou um estudo que confirma que a pobreza no Brasil está recuando.

Entre 1990 e 1996, o número absoluto de pessoas com renda mensal inferior a R\$ 50 (cerca de US\$ 35) caiu de 33 milhões para 21,4 milhões. O número de pessoas com menos de R\$ 100 mensais reduziu-se de 67,5 milhões para 55 milhões.

De 1993 a 1996, a proporção de domicílios pobres caiu de 37,1% para 28,6%. Esse é um dos resultados mais importantes do Plano Real. Brasileiros que antes estavam excluídos do mercado de consumo passaram a ter acesso a bens e serviços com os quais antes só, podiam sonhar. As dificuldades enfrentadas no período mais recente, em função das turbulências internacionais, tomaram o progresso social mais difícil.

Mas a tendência predominante está fora de dúvida: o povo brasileiro está se beneficiando amplamente com a estabilidade econômica e se beneficiará ainda mais no futuro. Como demonstrado pelos dados estatísticos, não há contradição entre progresso social e eficiência econômica. Nós buscamos o êxito econômico em nome da justiça social. Realizamos, preventivamente, uma reforma de nosso setor financeiro já há alguns anos. Isso resultou ser extremamente importante, não apenas para o Brasil, mas também para o sistema financeiro global.

Impulsionamos e continuamos a impulsionar as reformas estruturais. Liberalizamos as regras de comércio e estamos conduzindo, com êxito, um dos maiores programas de privatização de todos os tempos, provavelmente o maior da história do capitalismo. Precisamente por causa da correção de nossas políticas, o otimismo que sentimos quanto ao nosso futuro está acendendo uma renovada confiança no Brasil além de nossas fronteiras. O Brasil está atraindo níveis sem precedentes de investimento estrangeiro.

A maioria das principais empresas transnacionais estão estabelecidas no Brasil. Empresas internacionais têm anunciado novos investimentos. Sabemos, tanto quanto outros, que a prosperidade do Brasil dependerá de estarmos vinculados, e não isolados dos processos financeiros

do mundo. No entanto, no ano passado, o Brasil viu o seu processo ameaçado pelo “contágio” da crise russa, que por sua vez era um desdobramento da “gripe”, asiática. Sabíamos que enfrentávamos aí uma situação séria, em parte por nossos próprios problemas internos, em parte por causa de fatores exógenos sobre os quais tínhamos pouco ou nenhum controle. Sabíamos que estávamos enfrentando um desafio que não estava limitado ao Brasil, mas que refletia em ampla medida, problemas enraizados na estrutura do atual sistema financeiro internacional.

Quero falar-lhes sobre como o Brasil reagiu a esse desafio e sobre como estamos conseguindo superá-lo.

Antes, porém, gostaria de compartilhar com os senhores e senhoras algumas de minhas preocupações com relação ao aspecto internacional das recentes turbulências. Os mercados tendem a recompensar as economias cujos elementos fundamentais estão fortes. E elementos fundamentais fortes exigem políticas corretas aplicadas rigorosamente ao longo do tempo. Para que uma democracia possa aplicar essas políticas, elas necessitam que o apoio do povo se mantenha a longo prazo. No entanto, enquanto as políticas corretas exigem mais paciência, os mercados financeiros vão se tornando mais impacientes. A cada segundo de cada dia útil, fazem-se juízos sobre o desempenho do País, às vezes apressadamente, às vezes impulsivamente.

Pode-se perguntar: como conciliar as reações de curto prazo dos mercados com os interesses de longo prazo das economias e das democracias? Essa pergunta é extremamente complexa, e ganhou particular relevo em razão dos eventos dos últimos meses. Um ponto-chave do novo enfoque econômico é a necessidade de desenvolver políticas estáveis voltadas para o médio-prazo. O futuro não está mais em sonhos de transformação revolucionária ou em intermináveis pacotes de estímulo de curto prazo ou em controles de preço.

É necessário que o público compreenda,

apóie e participe dos enfoques bem sucedidos. Para um política econômica saudável, que deve necessariamente ver as coisas em perspectiva de longo prazo, o mero assentimento transitório não é suficiente. No entanto, a medida que se expande o horizonte de tempo na política, observamos precisamente a crescente volatilidade do capital. O capital financeiro movimenta-se com rapidez e sem fricção, limitado apenas pela velocidade das conexões de Internet dos operadores de mercado. Quero salientar, contudo, que minhas preocupações não farão irromper políticas irresponsáveis ou ele estilo populista na calada da noite.

Minhas preocupações vêm das reflexões de um homem que já viu o lado bom, o lado ruim e as variações imprevisíveis do pensamento do mercado financeiro. Mas voltemos a janeiro. Tínhamos, de fato enfrentado alguns revezes no plano fiscal, que se revelaram momentâneos. Nosso déficit de transações correntes se ampliava, apesar da desaceleração da economia. Mas estávamos tratando dos problemas reais de forma lúcida. E então veio o “vírus”. Como numa mensagem de correio eletrônico com o vírus “Chernobil”, a “teoria do contágio” ameaçava varrer em um instante o que havíamos construído ao longo de vários anos. O medo era simples: poderia haver um desastre, o vírus poderia difundir-se e, então, seria cada um por si. A cada semana, as previsões se tornavam mais obscuras: temiam-se alta inflação e profunda recessão. De repente, o Brasil estava no centro da tela do radar. Capas de revista, grupos de conversa na Internet, seminários na área financeira - todos voltavam-se para a “crise no Brasil”.

Mas nos subemos responder com presteza e com determinação. Com o apoio firme do Congresso, as medidas necessárias foram adotadas. Aplicamos fortes medidas restritivas no plano fiscal e negociamos um amplo acordo internacional. Pode ser difícil, às vezes, para pessoas em outros países, por mais que sejam bem informadas, compreender a dimensão dos esforços realizados pela sociedade brasileira. Mas quero dar-lhes uma idéia. Imaginem

se os Estados Unidos estivessem à beira de uma recessão e que, ainda assim, o Congresso precisasse aprovar um aumento de impostos de cerca de US\$ 250 bilhões. É dessa magnitude o esforço que estamos fazendo no Brasil. No momento atual, a confiança esta se recuperando. Após alcançar um recorde de baixa de cerca de R\$ 2,20 por dólar, o Real vem se recuperando de forma constante e esta agora, novamente, na faixa entre 1,70 e 1,60 por dólar. O sistema bancário atravessou a tempestade, em grande medida graças às reformas que havíamos realizado.

Assim, o impacto da mudança no regime cambial foi menor do que o que se temia inicialmente. As previsões de inflação estão sendo revisadas para baixo a cada semana. A disciplina fiscal segue firme, e seguirá firme. Estamos tomando empréstimos com êxito nos mercados internacionais. Nunca houve qualquer risco de moratória da dívida interna. Ao longo desse processo, alcançamos maior disciplina fiscal ao mesmo tempo em que subemos preservar os nossos objetivos na área social. Não nos esquecemos, nem por um segundo, da razão pela qual estamos nos esforçando para equilibrar as contas: para promover um ambiente favorável ao crescimento econômico, o que é essencial para criar empregos e para assegurar maiores oportunidades para todos os brasileiros, especialmente os mais pobres.

Fomos capazes de fazer isso porque contamos com a confiança e a coragem do povo brasileiro. Os consumidores brasileiros, que tem a memória dos desastres da inflação descontrolada, mostraram que compartilham o nosso compromisso inamovível com a estabilidade de preços. Sabemos que estamos no caminho certo. Mas posso assegurar-lhes que não existe o menor perigo de qualquer tipo de euforia em meu governo. O Brasil se mantém alerta. Um mecanismo de metas de inflação, a ser plenamente estabelecido ao longo deste ano, será a âncora da política econômica.

Continuaremos a promover a disciplina fiscal,

em todos os níveis de governo. Isso é fundamental e o Governo está plenamente consciente disso. O fato de que o capital estrangeiro está retornando ao Brasil não é razão para que sejamos complacentes. Os resultados alcançados no primeiro trimestre deste ano demonstram claramente a nossa determinação. Nesse período, o orçamento do Governo federal - compreendendo o Tesouro, o Banco Central e a Previdência Social - teve um superávit acima do que era esperado, de cerca de R\$ 7 bilhões. Faremos tudo o que for necessário para continuar nesse caminho. E continuaremos a avançar nas reformas estruturais.

A lei de responsabilidade fiscal, a reforma tributária, a continuação da reforma da previdência e da privatização - todas essas são mudanças em andamento, e tencionamos realizá-las com energia. Essas mudanças não se concluirão ontem, como os mercados impacientes poderiam talvez desejar. Mas é bastante claro para quem tenha os olhos abertos para o que está ocorrendo no Brasil, que o impulso de mudança é forte e irreversível. Manteremos a inflação sob controle. Isso não é negociável. E já estamos colhendo os benefícios da perseverança. Recentemente, o Tesouro lançou US\$ 3 bilhões em títulos, dos quais US\$ 2 bilhões em "cash" e US\$ 1 bilhão em troca de títulos de maturação a curto prazo.

As empresas privadas também começaram a recuperar o acesso ao financiamento internacional por meio de lançamentos de títulos com êxito. Nossa posição em matéria de créditos comerciais internacionais também está se recuperando. Ainda se fará sentir o seu pleno impacto sobre os resultados da balança comercial, e estamos certos de que esses resultados melhorarão nos próximos meses.

Estima-se que o déficit de transações correntes em 1999 será inferior ao volume de investimento estrangeiro direto recebido. O investimento direto estrangeiro continua sem interrupção. No primeiro trimestre, tivemos um volume de mais de US\$ 7 bilhões. No período de doze meses terminado em março último, o total de

investimento estrangeiro direto alcançou a cifra impressionante de US\$ 31 bilhões.

Temos todas as razões para acreditar que a retração de nossa economia este ano será muito menor do que o 3,5% previsto em nosso acordo com o FMI. Espera-se que, para o final do ano, já teremos retomado o crescimento. Em termos trimestrais, no fim do ano, o PIB brasileiro estará em nível superior ao do final de 1998.

A privatização está avançando e os resultados mais recentes dão-nos razões adicionais para sermos otimistas. As taxas de juros já estão caindo, e isso é essencial para a retomada do crescimento. Estamos, portanto, preparados para um novo ciclo de crescimento econômico sustentado, com base na estabilidade e nas reformas estruturais. A integração na economia mundial é crucial para os nossos projetos. Isso exige conhecimento e informação. E o conhecimento é a palavra-chave em minha mensagem final aos senhores. Quando sabemos o que estamos fazendo, quando sabemos que estamos no caminho certo, queremos que o mundo todo saiba disso. Isso é precisamente o que acontece no Brasil.

No final deste milênio, há uma história notável e positiva para ser contada sobre as Américas. A democracia se fortalece. Não temos guerras, ao contrário do que ocorre em outros continentes.

Não temos conflitos regionais não-resolvidos. Estamos trabalhando pela integração dentro e fora de nossa região. O Brasil sabe que é e deve ser um ator importante nessa história. Somos uma das dez maiores economias do mundo e a primeira da América Latina. Produzimos mais de 1,5 milhões de carros no ano passado e nossa colheita de grãos em 1998/1999 ultrapassa os 83 milhões de toneladas, a maior de nossa história. Somos o décimo-primeiro maior mercado para as exportações norte-americanas. Em 1998, os EUA exportaram mais de US\$ 15 bilhões para o Brasil. Empresas norte-americanas são investidoras tradicionais em setores-chave de nossa economia. Tudo isso são evidências da sólida parceria entre o Brasil e os EUA. Uma parceria que se constrói

com base no respeito mútuo, nos valores compartilhados e nos interesses convergentes. Cada um de nossos países tem a ganhar com a prosperidade do outro.

Uma economia vigorosa nos EUA é uma fator importante para o crescimento no Brasil. Um Brasil forte oferece aos EUA melhores oportunidades de negócios. Temos todas as razões para acreditar que essa parceria será uma das mais destacadas histórias de êxito do século XXI. Uma história de liberdade, pluralismo e desenvolvimento econômico. Não estamos presos a ideologias rígidas, à esquerda ou à direita. Quero assegurar-lhes que não permitirei que qualquer tipo de complacência se insinue no cenário

brasileiro. Estamos dedicados a mudar de forma definitiva nossos regimes fiscal e monetário. Com esses alicerces, o novo século será um tempo de crescente prosperidade para todos os brasileiros.

Um tempo de novas tecnologias, de novos padrões de relação entre os países e de níveis sem precedentes de desenvolvimento. Acredito haver-lhes dado elementos que demonstram que o Brasil está bem preparado para preservar a estabilidade econômica e para continuar no caminho do crescimento e de maior justiça social. Queremos ser um dos protagonistas dessa nova era, e nos estamos preparando para isso.

Muito obrigado.

Conferência Anual de 1999 do Export-Import Bank dos Estados Unidos

Exposição do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso na Conferência Anual de 1999 do Export-Import Bank dos Estados Unidos. Washington, 10 de maio de 1999

É para mim um grande prazer estar aqui em Washington e poder dirigir-me a uma audiência tão representativa.

Agradeço o Sr. James Harmon, Presidente do Eximbank, pela oportunidade que me dá de compartilhar com os senhores algumas considerações sobre a economia brasileira. O Sr. Harmon deixou no Brasil, durante sua visita no ano passado, a excelente impressão de alguém pronto a buscar soluções e a construir parcerias. Vim aqui para lhes dizer como o Brasil vem-se recuperando das recentes turbulências que afetaram a maior parte dos mercados mundiais. Mas antes gostaria de mencionar a boa relação que o Brasil e o Eximbank dos Estados Unidos desenvolveram ao longo das últimas décadas. Essa é uma relação que tem-se mostrado sólida e mutuamente benéfica.

E isso foi confirmado com o anúncio do banco, em dezembro passado, de reabertura das linhas de crédito para o setor público brasileiro (suspensas desde 1991). Juntamente com a extensão das operações do Eximbank com o setor privado no Brasil, essa decisão é auspiciosa para o futuro das relações econômicas e comerciais em geral do Brasil com os EUA.

Senhoras e senhores,

Nos últimos anos, o parque industrial brasileiro vem passando por um processo de modernização cuja magnitude não tem precedente em nossa história.

Foram realizados enormes investimentos em infra-estrutura, inclusive na modernização de setores essenciais como transportes, telecomunicações e energia. Estamos levando a efeito um dos maiores programas nacionais de privatização de todos os tempos. Além disso, o processo de integração econômica no Mercosul está transformando nossa região. Todas essas mudanças contribuíram para que se gerassem no Brasil extraordinárias oportunidades de negócios. E isso é particularmente atraente para setores exportadores dos EUA, que são para nossas indústrias importantes fontes de inovação tecnológica.

Para nós, o fortalecimento dos laços com os EUA é parte essencial dos esforços para incrementar as exportações brasileiras e assegurar maior participação do Brasil no comércio internacional. Cinco anos de estabilidade e de progressiva abertura da economia ampliaram a competitividade dos produtos e serviços brasileiros no mercado internacional. A preservação da estabilidade econômica e a complementação das reformas estruturais que estamos levando adiante são a chance

para que se alcance nosso objetivo maior, que é a construção no Brasil de uma sociedade mais justa e equânime. Por isso, enfrentamos a crise de frente e encontramos a maneira de vencê-la. É o que estamos fazendo. E por isso a economia brasileira está em rápida recuperação. Desde o seu início, o Plano Real interrompeu o processo inflacionário que durante décadas corroeu o poder de compra dos salários e contribuiu para a manutenção de antigas desigualdades sociais no Brasil. Simultaneamente, deu-se início a um processo de reformas estruturais (Previdência, administração pública, fim de monopólios estatais) e estabeleceram-se incentivos ao investimento estrangeiro produtivo. Além disso, decidimos enfrentar logo as deficiências de nosso sistema bancário.

Quando a crise da moratória russa complicou a vida dos mercados emergentes, não hesitamos em agir com rapidez. E para isso contamos com o firme apoio do Congresso e da sociedade brasileira em geral.

O cenário apocalíptico previsto por alguns especialistas do mercado não se materializou. O governo seguiu basicamente duas linhas de ação: a) um rígido controle na área fiscal e a adoção de um programa de ajustes plurianual e (b) a negociação de um acordo internacional envolvendo organizações multilaterais e países desenvolvidos. Em janeiro, uma série de eventos levou o governo a flutuar o câmbio. A mudança do regime cambial abriu novas perspectivas para ao setor exportador, ao ampliar a competitividade dos produtos nacionais tanto no mercado doméstico como no externo.

Além disso, permitiu a adoção de uma política monetária mais voltada para metas internas e a redução das taxas de juros. O mais importante foi conter a pressão inflacionária e a volta da indexação. O impacto do câmbio flutuante sobre o setor privado foi bastante menos dramático do que o inicialmente previsto por alguns analistas. Na média, as empresas brasileiras estavam protegidas contra a desvalorização.

Nunca houve o risco de uma moratória interna do setor público, já que essa dívida é em reais.

Com a redução das taxas de juros, a dívida interna será mantida sob controle. A sociedade brasileira reagiu com prudência e sabedoria diante da possibilidade de uma volta da inflação. Por meio de escolhas cuidadosas, mostrou que atribui grande importância à manutenção da estabilidade econômica. As metas estabelecidas no acordo com o FMI em termos de inflação estão-se mostrando muito conservadoras. Neste momento, estamos mais próximos de uma inflação de um dígito. Os dados mais recentes (FIPE) indicam uma taxa de 0,47% para o mês de abril e uma projeção de 7% para 1999. Abaixo, portanto, das expectativas do mercado no início do ano. Outras instituições prevêem taxas ainda mais baixas, e têm elementos sólidos para isso.

Depois de alcançar mais de R\$ 2,20 por dólar - em um claro exemplo da tendência dos mercados de reagir excessivamente a turbulências -, o Real vem recuperando seu valor. As taxas de juros estão caindo. E esperamos que cheguem a níveis razoáveis (10% a 12%) até o final do ano. O mercado está trabalhando com níveis de taxas de juros de longo prazo consideravelmente menores do que as taxas fixadas atualmente pelo Banco Central. Temos indicações claras de que a confiança no longo prazo está aumentando.

Sabemos que estamos no rumo certo, mas posso assegurar aos senhores que não há no governo risco de euforia despropositada. O excesso de otimismo pode ser perigoso - estamos conscientes disso -, mas o excesso de pessimismo é ainda mais perigoso, já que muitas vezes traz com ele um elemento de profecia auto-realizável. O comportamento esquizofrênico que tomou conta recentemente dos mercados globais deve ser posto de lado. Deve prevalecer uma visão mais realista da economia. No Brasil, vamos seguir três linhas de ação básicas para que o País retome os níveis desejados de crescimento: a) um aprofundamento do ajuste fiscal, (b) a adoção de uma política monetária baseada

em metas inflacionárias e (c) a continuação das reformas estruturais.

Permanecemos totalmente comprometidos com uma estrita disciplina fiscal, em todos os níveis de governo, inclusive estadual e municipal. Sabemos como a mudança dos padrões de gastos governamentais é essencial e não pouparemos esforços para aprofundá-la. As metas fiscais estabelecidas com o FMI estão sendo alcançadas. O superávit primário para o primeiro semestre - incluindo Tesouro, Banco Central e Previdência Social - ficou em R\$ 7, 1 bilhões. O superávit do Tesouro foi de R\$ 9, 4 bilhões.

Não há lugar para complacência na área fiscal. E aqui o governo não abrirá mão de um controle rigoroso. O governo está pronto a fazer o uso de todos os instrumentos de que dispõe para impedir que haja um retrocesso nessa área. As reformas estruturais terão seguimento. O governo buscará: a) a adoção da lei de responsabilidade fiscal, (b) a aprovação da legislação necessária para a implementação da reforma da Previdência e para a regulamentação dos fundos de pensão privados, (c) uma reforma tributária, (d) a continuação do programa de privatização.

A reforma tributária é uma prioridade, que pretendemos alcançar a médio prazo. As discussões devem ter início neste ano, para que se defina a melhor maneira de proceder. Estou convencido de que o Congresso brasileiro está pronto para tratar desse assunto com o sentido de urgência que ele merece. Quanto às privatizações, estima-se que gerem por volta de R\$ 37 bilhões em 1999. A recente e bem-sucedida privatização da Comgás demonstrou que o programa manterá seu ritmo. O investimento estrangeiro direto voltou a ganhar impulso, superando US\$ 7 bilhões nos três primeiros meses do ano (US\$ 31 bilhões no período de 12 meses até março). Além disso, a maior competitividade dos produtos brasileiros com o sistema de câmbio flutuante deverá levar a uma melhora em nossa balança comercial.

Nessa área específica, entretanto, os

resultados até o momento têm sido modestos. Há duas razões principais para isso. Em primeiro lugar, porque a retomada do financiamento das linhas de comércio só se efetivou no final de março. Em segundo, porque as taxas de crescimento dos países latino-americanos e de outras regiões do mundo ficaram abaixo do esperado e os preços de produtos de base estão depreciados.

O bom estado de nossas exportações dependerá, em boa medida, de um crescimento sustentado das economias desenvolvidas e do fim de políticas protecionistas de parte destas últimas. O Brasil, apesar do impacto da recente crise financeira, está comprometido em manter aberta a sua economia. Não há, nem haverá qualquer reversão em nossa política de comércio externo. O conjunto de medidas que procurei aqui delinear terá um efeito positivo sobre as contas correntes, fazendo com que o déficit recue para um nível inferior à estimativa total de investimento estrangeiro.

Em março último, o governo brasileiro recebeu garantias públicas dos mais importantes bancos credores internacionais de que seria mantido por seis meses o mesmo nível de "exposure" do final de fevereiro para tomadores de empréstimo brasileiros, na forma de linhas intrabancárias e comerciais. No que se refere ao PIB, desenvolvimentos positivos recentes justificam uma revisão para cima das taxas fixadas no acordo com o FMI, que indicavam uma retração de 3, 5% a 4% para este ano.

As perspectivas econômicas apontam neste momento para uma recessão mais suave do que a que se antecipava. Em uma base trimestral, o PIB do Brasil deverá ser maior no final do ano do que no final do ano passado. Como os senhores podem ver, há razões para algum otimismo em relação ao futuro da economia brasileira. As perspectivas de uma plena recuperação são sólidas. Estamos retomando o caminho do crescimento sustentado.

Vim aqui para trazer duas mensagens básicas. Primeiro, que as coisas estão caminhando bem e a

recuperação tem sido mais rápida e mais tranqüila do que o previsto por boa parte dos analistas. Segundo, que não há nenhum risco de que esses elementos positivos nos desviem do ajuste fiscal e dos objetivos de longo prazo. Quero assegurar-lhes

que o governo brasileiro prosseguirá no rumo traçado e levará a bom termo os ajustes e reformas essenciais que estão curso.

Obrigado.

Almoço oferecido ao Presidente da República Cooperativista da Guiana

Discurso do Senhor Presidente da República por ocasião do almoço que oferece à Presidente da República Cooperativista da Guiana, Janet Jagan. Brasília, 20 de maio de 1999

Desejo expressar a Vossa Excelência, Senhora Presidente, a honra e a satisfação que sentimos todos em recebê-la em Brasília nesta oportunidade.

Sua trajetória pessoal está intimamente ligada ao processo de emancipação da Guiana e aos esforços empreendidos pelo povo guianense na promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar social. Vossa Excelência tem a vocação do pioneirismo. Primeira mulher a ocupar a Chefia de Estado de seu país, foi antes a primeira a ser eleita para o Conselho Municipal de Georgetown, a primeira a desempenhar a função de Vice-Presidente do Parlamento e a primeira a exercer o cargo de Primeiro-Ministro da Guiana. Essa qualidade, assim, soma-se à perseverança, ao sentimento do dever público e à dedicação com que Vossa Excelência abraçou a causa do país que escolheu como sua pátria como elementos definidores de uma extraordinária atuação política. Recordo-me de sua visita anterior ao Brasil, para as cerimônias de posse em meu primeiro mandato, e espero voltar a encontrá-la no Rio de Janeiro, no próximo mês de junho, por ocasião da Cúpula América Latina e Caribe-União Européia.

Senhora Presidente,
Brasil e Guiana têm enfrentado com

determinação a imensa tarefa de superar a pobreza, manter a estabilidade e promover o crescimento econômico e o progresso social. Compartilhamos ainda o compromisso com a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. No próximo dia 26, a Guiana completará 33 anos de vida independente. O Brasil se orgulha do apoio decidido que deu então à aspiração guianense. Hoje, saudamos esse aniversário com a confiança de que o povo da Guiana saberá encontrar o caminho seguro para viver em harmonia, prosperidade e bem-estar.

Por sua diversidade étnica e cultural, por sua privilegiada situação geográfica e também por sua história, a Guiana é um importante elo de ligação entre a América do Sul e o Caribe. Papel que adquire relevo adicional pela participação do país no Grupo do Rio e por sua condição de sede da Secretaria-Geral da Comunidade do Caribe. Nossos países - sul-americanos e amazônicos - têm muito a ganhar com o aprofundamento de uma parceria marcada pela cordialidade e pelo respeito mútuo.

Em especial, devem ter seguimento os esforços de cooperação bilateral para o desenvolvimento comum das áreas fronteiriças, de extraordinário potencial. Essa é uma tarefa que se verá facilitada à medida em que se aprimore a interconexão viária entre nossos países. Esse é um

objetivo básico, essencial para estimular o desenvolvimento da região. No campo comercial e empresarial, ressalto a intensificação dos contatos entre empresários da Guiana e do Brasil - especialmente dos estados do norte. Esses contatos vêm imprimindo um renovado dinamismo às relações bilaterais.

No plano mais amplo, a Guiana tem manifestado interesse em uma aproximação com o MERCOSUL. Vossa Excelência pode contar com a disposição do Brasil em discutir mecanismos que permitam levar adiante essa aproximação. Na região amazônica, nossos países compartilham um dos mais ricos e fascinantes ecossistemas do mundo. E esse é um fator natural de aproximação e de cooperação. Para tanto, contamos com o Tratado de Cooperação

Amazônica. Transformado em organismo internacional, o TCA está agora mais apto a desempenhar o papel central que lhe cabe no fortalecimento da cooperação e no desenvolvimento regional.

A amizade autêntica e cordial que sempre existiu entre o Brasil e a Guiana, Senhora Presidente, é a melhor base para continuarmos a fortalecer os nossos vínculos. E são muitas as oportunidades de que dispomos para isso. Oportunidades que devemos aproveitar em benefício de nossos povos. É com esse espírito que ergo um brinde à prosperidade do povo guianense, ao estreitamento das relações fraternas entre o Brasil e a Guiana e à felicidade pessoal da Presidente Janet Jagan.

Lançamento da Campanha de Valorização do Produto Nacional

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Solenidade de Lançamento da Campanha de Valorização do Produto Nacional. Brasília, 25 de maio de 1999

Senhores ministros que aqui se encontram, Senhor Fernando Bezerra, presidente da CNI, Senhores parlamentares, Senhor presidente do Conselho do SEBRAE, Dr. Pio Guerra, Senhor diretor-presidente do SEBRAE, Sérgio Moreira, Senhores empresários, Senhoras e senhores,

Bem-vinda esta campanha neste momento. O Brasil, como aqui já foi dito, passa por mais um momento em que as escolhas são decisivas, em que a coragem e a determinação são atributos necessários para que possamos alcançar aquilo que todos desejamos. E o que todos desejamos só pode ser que este país cresça e que sua população viva cada vez melhor, depois das turbulências conhecidas por todos, que vem de longa data, que vem, na verdade, desde o momento em que, no Sudeste da Ásia, as turbulências financeiras começaram a ocorrer, que tiveram conseqüências dramáticas sobre aquela região, mas que nos alcançaram já em 98.

Tudo isso se precipitou mais ainda a partir da crise da Rússia e tudo isso teve, também, como conseqüência, uma paralisação momentânea do rumo de crescimento do Brasil.

Graças à pertinácia desse povo, a compreensão dessa sociedade, tivemos a condição de continuar no rumo necessário, no rumo desejado e, hoje, e reconhecido, talvez mais lá fora do que

aqui dentro, - não e só com o produto nacional que existe uma certa incompreensão - hoje e por todos reconhecido que o Brasil conseguiu ou esta conseguindo superar as dificuldades e voltando a ter a trilha do crescimento econômico bastante bem pavimentada, porque não saiu da trilha da estabilidade.

Quaisquer discussões sobre estabilidade versus desenvolvimento são frívolas, porque são o produto da incompreensão. Não existe crescimento sustentado sem estabilidade. E a estabilidade, só por ela, não resolve os anseios do povo. Sendo assim, estando nós num momento em que, outra vez, se vislumbram possibilidades de retomada forte do crescimento econômico, e preciso que, cada vez mais, acreditemos em nós próprios. E preciso que, cada vez mais, exista uma coesão moral que não se deixe minar por falsos problemas, nem pelas paixões políticas, mas sim que se deixe levar adiante, pelo amor ao Brasil.

E amor ao Brasil significa, neste momento, efetivamente, dar melhores condições de existência ao setor produtivo nacional, porque, ao dá-las, estaremos dando também melhores condições de existência às famílias, aos trabalhadores e possibilitando o bem-estar.

Aqui, hoje, algo do que eu pude ouvir, e foi

pouco, deixa bem claro que é o caminho. Deixa-se bem claro que a nossa indústria foi capaz de, depois da economia estar aberta – e tinha que estar aberta – não existe mais economia fechada que se sustente – a indústria foi capaz de se adaptar. E se adaptou passando por uma provação que poucas economias e poucos países passaram: taxas de juros, que chamei em algum momento de escorchantes.

Ora, uma economia e uma indústria, que foram capazes de resistir às intempéries naquele nível de taxa de juros, tem todas as condições para que, na medida em que o governo continuar – como vai continuar – criando as condições de estabilidade; na medida em que o Congresso responder, como vai responder, levando adiante as reformas – voltarei a elas – tem todas as condições para retomar com uma força surpreendente a sua trajetória de crescimento.

E não me venham dizer que sou otimista. Já cansei de encarar o otimismo como se fosse algo negativo. E positivo, o Brasil é otimista, porque vai crescer. Precisa crescer, precisa ter tempera. Não podemos estar nos torrando no nosso próprio caldo, a todo instante vendo mais obstáculos do que aqueles – já são muitos – que já temos. Mas, mais do que os obstáculos, temos a coragem para saltá-los. A indústria vai seguir adiante.

Só que agora é chegado o momento, também, de dizer que por indústria não queremos apenas dizer a grande indústria. Sem ela, não teríamos muitos dos produtos que aqui foram mostrados. Mas precisamos olhar mais e mais, como foi lembrado pelo presidente do SEBRAE, para a pequena, a média e a microindústria.

E preciso que exista um esforço grande e consciente por parte de todos no sentido de que, se não dermos condições efetivas para aqueles que não têm nem sequer, muitas vezes, a informação necessária para tomar decisões adequadas, venham a tê-las. Poderemos talvez ter taxas elevadas de crescimento, mas, dificilmente teremos taxas elevadas de emprego. E o que o Brasil quer, hoje, é emprego, não é só crescimento. E emprego com crescimento

significa: avanço com a indústria nacional, mas significa também que se espraiam as condições desse crescimento a pequena e média empresa, de maneira prática, de maneira concreta.

O governo tem-se esforçado nesse sentido. Alguns dos exemplos foram aqui mencionados. A questão do Simples, a questão do Fácil, a questão dos Fundos de Aval, mas precisamos criar um espírito, que não pode ser simplesmente o presidente ou o Congresso tomarem decisões que, depois, ficam estioladas pela falta de mecanismos que levem e que propaguem, que disseminem a informação, a modificação e os meios de realização dos objetivos ao conjunto da sociedade.

Nenhum governo fará isso sozinho. Isso não é tarefa de governo. É tarefa da sociedade. É tarefa da CNI, e tarefa do SEBRAE, e tarefa dos sindicatos de trabalhadores e de empresários. É tarefa coletiva para que possamos, efetivamente, criar uma rede – não de proteção – mas de intensificação da competência, porque qualidade não se tem sem competência. E quem não tem qualidade não vende nem lá fora e nem aqui dentro. E o bom do Brasil é que aqui dentro, hoje, se exija a mesma qualidade que se exige lá fora. E por isso que podemos dizer: compre porque é bom, e não compre somente porque dá emprego, porque é brasileiro. Além de ser brasileiro e dar emprego, é bom. Isso é fundamental, porque vivemos um momento em que a qualidade vai primar, e vai primar crescentemente. Se falamos de qualidade é preciso que se veja, também, não só informação, mas, adiestramento, capacitação, educação e possibilidade de absorver tecnologia. E, mais do que isso, de criar tecnologias. Se não criarmos condições de igualdade de oportunidades, repito, cresceremos como economia, mas não fortaleceremos a sociedade porque não haverá mais democracia nem mais igualdade. O Brasil também se cansou da desigualdade e da concentração de renda. E a desconcentração de renda não é um ato de governo. É um ato consciente do conjunto do país que precisa entender o que acabamos de mencionar

como um dos exemplos, que é preciso que haja um espraiamento das oportunidades, para que os menores, os micro, os pequenos sejam eles também filhos de Deus nesta terra de tanta bonança.

Esse é nosso desafio. O nosso desafio hoje não é, portanto, apenas o de colocarmos outra vez a economia nos trilhos. Ela já está encarrilada. E de evitar que outras forças desencarilem. Estão todas aí, prontas para desencarrilar na paixão política, imaginando que, ao desencarrilar, em algum momento, terão vantagens. Não terão. Todos perderemos. Mas teremos a força suficiente, o discernimento, a firmeza, a serenidade, mas também a energia para manter a economia e o país nos trilhos que nos levem ao crescimento e ao progresso.

Não tenho dúvida de que, neste momento tão denso da vida brasileira, a ação dos senhores e das senhoras, a coordenação desses esforços será essencial para que possamos levar adiante aquilo que todos pressentimos como uma possibilidade concreta. Educação será cada vez mais o mote do meu governo, porque faz parte desse mesmo processo de ampliação das oportunidades para todos. Sem isso, não haverá possibilidade de que se espraie o bem-estar, de que haja, realmente, um proveito do crescimento não apenas para os grandes, que concentrarão cada vez mais - e assim é a natureza das coisas - mas que não resolverão as questões da imensa maioria que precisa de maior participação, que precisa de maior - eu não diria padrinho - mas maior consciência dos seus direitos, dos seus deveres e maior capacidade de reivindicação. E isso, sim, aqueles que têm, detém capacidade de decisão terão que ser cada vez mais sensíveis a essas demandas que virão crescentemente em número maior por parte da base da sociedade brasileira.

Não será suficiente esse ela de crescimento econômico. Não será suficiente que o governo mantenha a postura que vem mantendo de não esmorecer nos esforços para levar adiante a reorganização da economia. Não será suficiente sequer o esforço que estamos fazendo aqui para que

mais pessoas participem desse momento de transformação. Não será suficiente, também, apenas educação. Vamos precisar mais. Vamos precisar continuar, efetivamente, as reformas. Aqui se mencionou a reforma tributária. Reforma tributária, hoje - e agora é o momento - e condição para que as coisas ocorram da melhor maneira para o Brasil.

Quantas vezes ouvi dizer que o presidente não estava interessado na reforma tributária. O presidente tem a responsabilidade de levar os destinos do Brasil. E a responsabilidade de, em certos momentos, não incentivar aquilo em que ele crê e gosta, porque acha que não é oportuno. Mas tem, também, a responsabilidade de, no momento oportuno, empenhar-se a fundo para que as coisas aconteçam. Eu me empenhei a fundo, como poucos brasileiros, para que o Brasil voltasse a ter esperança quando havia inflação galopante no Brasil e quando muito poucos acreditavam que seria possível combatê-la.

Eu me empenhei a fundo para que o Congresso Nacional desse ao país as reformas necessárias. Nem sempre venci. E, quando venci, venci pela metade, porque não é fácil fazer avançar reformas como a da Previdência e como a da Administração, que tocam em interesses muito enraizados e mesmo, muitas vezes, em visões do mundo muito enraizadas. Mas me empenhei a fundo. Eu me empenhei a fundo, ainda recentemente, para que não voltássemos a ser engolfados nem pela inflação, nem pela ameaça das crises cambiais.

Tomei decisões difíceis e duras para que pudéssemos, realmente, enfrentar as intempéries que eram muito fortes, que estavam por aí fora. Agora, vou continuar me empenhando a fundo pela educação, como disse, para a continuidade do crescimento; para que se espraie esse crescimento para as pequenas e microempresas; para que nos continuemos também a fazer as reformas necessárias. E a reforma tributária é necessária. O Congresso não precisa esperar que estejam todos os itens prontos para começar a fazê-la.

Quem não se estarreceu, recentemente, ao ouvir o secretário da Receita Federal dizer que, por causa de liminares, temos a receber mais de 30 bilhões de reais. Isto é mais do que o Imposto de Renda da Pessoa Física. E algumas vezes mais. Liminares não são julgadas e não há limites para que sejam julgadas. Basta conceder a liminar e não ter, sequer, a responsabilidade de decidir sobre o mérito. Será isso justo?

Será que ao pedir, como estamos pedindo, ao Congresso que limite o período de tempo em que a liminar fica sem ser julgada, estaremos atropelando a Justiça, estaremos contrariando os interesses maiores da Justiça no Brasil? Ou será o contrário? Ou será que a Justiça fica adormecida a despeito da imensa maioria de bons juizes que temos, quando alguns poucos, que não são tão dedicados assim, tomam decisões que afetam, eventualmente, o erário público e não assumem, sequer, a responsabilidade da palavra final, de dizer se e sim ou não. Basta uma liminar para se suspender impostos.

Às vezes, o imposto será injusto, mas quando o for, que se julgue, que se decida que ele é injusto. Por que não tomar já essa decisão no Congresso Nacional? A lei está lá. Por que não temos a coragem - a lei está lá também - de mostrar que é preciso haver, também, algum tipo de informação fiscal naqueles casos em que existam indícios veementes de sonegação ou de elisão. Por que não permitir que haja acesso, por parte do Fisco, dentro da confiabilidade e do sigilo necessário aquelas informações? Ou será necessário que, a todo instante, tenhamos o Brasil vendo suas tripas expostas por CPIs, porque os caminhos normais não permitem que essas mesmas tripas sejam expostas? Muitas vezes poderiam ser, não expostas, mas corrigidas adequadamente antes de serem expostas. E sabe Deus se, depois disso, da exposição, serão efetivamente corrigidas ou não, ou se a exposição foi, na verdade, feita por parte daqueles que mereciam tê-las expostas ou se foram simplesmente vítimas de algum exibicionismo eventual, que possa

ocorrer aqui e ali. Cabe ao Congresso Nacional a ponderação.

Cabe ao Congresso Nacional, nessa questão da reforma tributária, ao mesmo tempo, simplificar os impostos - e precisa simplificá-los - e desonerar as exportações porque não cabe exportar impostos. E não adianta reclamar do governo federal, porque estamos tirando recursos de tal ou qual região do país, porque estamos e dando recursos para o povo do país, embora tenhamos, eventualmente, criado dificuldades para o Tesouro estadual num outro momento. Não. Vamos continuar com as exonerações de impostos na exportação. Mas não podemos continuar com "uma falsa exoneração" de quem não paga imposto, de quem sonega ou de quem faz o planejamento fiscal de uma maneira tal que torna inútil a existência de legislação que, realmente, cobre de uma maneira mais justa.

Queremos, sim, menos impostos, mas que mais paguem. E que paguem mais os que mais têm de pagar. Queremos, sim, simplificação. Da linha do que já foi feito para a pequena e microempresa, eu concito os Estados e municípios a que se juntem ao Simples, porque é um instrumento importante de simplificação. Queremos, sim, mais transparência. Queremos, sim, mais impostos que sejam menos declamatórios e mais automáticos, sem chegar ao exagero de imaginar-se que seria possível não haver impostos declamatórios. É possível rediscutir tudo isso de boa-fé, com clareza, com setores empresariais, com os contribuintes, com os governos no Congresso Nacional.

E, como disse o senador Fernando Bezerra, eu estive em contato, recentemente, com os responsáveis pela reforma tributária e estou convencido - aqui há muitos parlamentares responsáveis - de que, havendo essa determinação, poderemos votar uma reforma tributária ainda nessa sessão legislativa.

Tem que ser uma reforma realista, que vá na direção correta, ou seja, que simplifique, que desonere, que faça com que todos paguem, quanto

possível que alíquotas sejam mantidas no nível moderado, que possa haver um aumento de arrecadação pelo aumento da atividade econômica. E que se tenha em consideração também que existe uma enorme responsabilidade por parte do Estado brasileiro nos seus vários níveis. O Estado não pode existir, a não ser fabricando dinheiro, via inflação, sem uma arrecadação tributária a altura das suas responsabilidades.

Tudo isso é possível e tudo isso faz parte do mesmo movimento que aqui está se concretizando hoje, de um novo Brasil. Um Brasil que valoriza os brasileiros, um Brasil que valoriza o produto nacional, um Brasil que se disponha, efetivamente, a aceitar, de cabeça erguida, a competição aqui dentro e lá fora, com os apoios necessários de qualidade, de financiamento, de mecanismos tributários.

Com essas palavras de entusiasmo - sempre tenho entusiasmo por este país - com essas palavras, eu os felicito. E ao ver, aqui, a peca publicitária que nos foi mostrada para o cinema, realmente da orgulho de ser brasileiro. Temos grandes brasileiros como os que aqui aparecerem. Temos muitos brasileiros anônimos que são os que fabricam essas questões, não só os que fazem o design, os que têm a capacidade inventiva, aqueles que investem, mas também aqueles que mexem com as máquinas, os que distribuem, os que fazem o comércio, os que plantam, enfim, um país que tem muito e muito mesmo do que se orgulhar.

Eu me orgulho do Brasil. E, esta manhã, fiquei mais contente ainda ao ver a decisão aqui tomada, de levar adiante uma campanha pelos produtos nacionais.

Reunião de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe- União Européia

Palestra efetuada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do Seminário de Informação e Reflexão a propósito da Reunião de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe - União Européia, realizado pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Governo do Estado de São Paulo - "Diálogo para o Milênio", São Paulo, 9 e 10 de junho de 1999

Meu caro Governador Mário Covas, Senhores Embaixadores, Senhores Secretários do Estado de São Paulo, Senhoras e Senhores.

É uma honra para o Ministério das Relações Exteriores, que promove este evento, contar hoje com a presença do Governador Mário Covas. A decisão de Vossa Excelência, Governador, de estar aqui presente, sublinha o seu empenho em participar da sensibilização da nossa sociedade com os problemas do relacionamento internacional do Brasil e os desafios que o mesmo apresenta para o nosso país e para o Estado de São Paulo. Também sublinha a importância que tem, para o Brasil, a próxima Reunião de Cúpula do Rio de Janeiro. Eu queria agradecer, nesta oportunidade, o apoio que o BID, o INTAL, o IRELA, o Governo do Estado de São Paulo e a Fundação Memorial da América Latina concederam a este evento. Gostaria de expressar também o meu reconhecimento ao Embaixador Renato Prado Guimarães, Chefe do Escritório do Itamaraty em São Paulo, que apoiou o Ministério na realização deste importante evento.

Naturalmente agradeço a presença de todos aqui, expositores, participantes, profissionais

envolvidos neste evento. Eu creio que esta próxima Cúpula tem recebido consideração crescente na imprensa, em função das questões do relacionamento do MERCOSUL com a União Européia, em particular dos temas de comércio agrícola, e é naturalmente muito importante que seja assim.

Mas antes de abordar essa questão, acho que é relevante que nós nos perguntemos por que só agora está ocorrendo esta Reunião de Cúpula entre a América Latina e a União Européia. Afinal, a América Latina é uma emanção da Europa. O Presidente Fernando Henrique gosta de dizer que a América Latina é o "extremo ocidente". A América Latina é um produto da cultura européia, da ação européia e, de certo, modo uma transplantação de modelos econômicos e modelos de administração que começaram a vigorar na Europa, em função de uma história européia.

Mas de fato, desde que a Europa resolveu se unificar e assumir mais e mais a sua condição de mercado único, e também de entidade política única, cada vez mais agora no campo da política externa e da defesa, vínhamos notando que a América Latina ficava um pouco fora, digamos, do espectro de

prioridades da Europa. A Europa tinha a sua primeira preocupação, naturalmente, com os possíveis candidatos a uma expansão da União Européia, ou seja, os países do Leste Europeu, basicamente; num segundo momento, os países do Mediterrâneo, com os quais a Europa tem uma ligação umbilical, histórica e muito profunda, ou seja, os países de toda a África do Norte de todo o Próximo Oriente; e a África, com a qual também a Europa teve uma longa relação colonial e que naturalmente se modificou com os tempos, mas continua sendo uma relação extremamente forte.

De certo modo, quando a Europa revelou a intenção de se aproximar da Ásia e realizou, há três anos, a primeira reunião de cúpula dos governantes da União Européia e Ásia, acendeu-se para nós uma luz de alerta: e a América Latina onde figura no rol dos parceiros da Europa, onde figura nas prioridades? Ou seja, havia mais e mais uma inércia. Eu creio que esta conferência, que em boa hora foi idealizada pelo Presidente Jacques Chirac da França, pelo Primeiro Ministro da Espanha Aznar e pelo Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, indica que já se começou a romper esse ciclo inercial, e por isso eu diria que o próprio fato de ela se realizar, já é um sucesso em si, porque é o início e o símbolo de uma redescoberta, de uma nova atenção, de um novo caminho. Esta certamente é uma boa mensagem que podemos levar daqui, e eu creio que é a mensagem essencial.

É claro que esta Conferência não é um evento de resultados, no sentido de que ela não vai provocar diretamente impactos sobre tarifas, sobre regras de comércio ou sobre cifras de investimento. Ela é, de certo modo, uma reunião que é fundacional de um novo tipo de relação, mas certamente o MERCOSUL, como um dos componentes desse conjunto, dessa entidade histórica, cultural e geográfica que se chama América Latina, o MERCOSUL que é um componente muito vertebrado, muito definido, muito preciso, porque de certo modo é o espelho da América Latina na União

Européia, já que tem o mesmo propósito de integração, o mesmo propósito de mercado livre interno, o mesmo propósito de união aduaneira, o mesmo propósito de unificação, primeiro econômica, mas depois também política, o MERCOSUL naturalmente precisa olhar para esta Reunião de Cúpula não apenas do ponto de vista que eu já mencionei do simbolismo e da importância fundacional dessa relação, mas também do ponto de vista específico dos interesses econômicos e comerciais que estão em jogo.

E por quê? Porque é claro que o MERCOSUL é uma parte muito relevante do relacionamento entre a Europa e a América Latina: 45% do comércio entre os dois continentes se passa entre o MERCOSUL e a União Européia. Em termos de investimentos essa porcentagem é maior: 56% dos investimentos diretos para a América Latina, nos anos noventa, são oriundos da União Européia. É claro que os dois lados não estão começando agora. Em 1995 nós já tivemos a ocasião de assinar, em Madrid, um Acordo-Quadro que foi uma primeira aproximação e já gerou uma série de ações, inclusive de identificação de campos de negociação e de atuação. O assunto continua em vigor e tem a grande importância de ser o canal de diálogo e de negociação permanente entre nossos países. A mídia tem dado uma grande importância à questão do mandato negociador e à expectativa do lançamento das negociações para a liberalização do comércio entre o MERCOSUL e a União Européia. É claro que esta atenção reflete uma prioridade do Governo brasileiro e dos países do MERCOSUL.

O Brasil e os seus parceiros do MERCOSUL atribuem uma grande prioridade à manutenção do equilíbrio na sua relação, por um lado, com os países que participam da construção da ALCA e, por outro, com aqueles que integram a União Européia.

Só para ilustrar esse ponto, eu vou dar, meu caro Governador, um dado que me parece altamente eloquente: no ano de 1998, 29% das nossas exportações se dirigiram para a União Européia, 26%

para a ALADI, ou seja, para os principais países latino americanos, dos quais 17% ao MERCOSUL, e só 18% para os Estados Unidos. Eu creio que certamente 18% da venda para os Estados Unidos é pouco, e eu creio que é indiscutível que nós podemos exportar muito mais para os Estados Unidos. Estou certo de que o Embaixador Rubens Barbosa, que amanhã assume as suas funções lá em Washington, será um promotor muito importante dessa nova fase de diversificação e expansão de nossas vendas para os Estados Unidos. Mas, de qualquer modo, a comparação de ordens de grandeza é muito importante, 29% para a União Européia e 18% para os Estados Unidos, é uma indicação evidente de que, para nós, manter esta diversidade e esta repartição equilibrada de interesses é um objetivo estratégico, uma imposição de nossa economia, com a sua escala e sua diversidade, aos governantes do Brasil.

Não seria concebível que um País com a gama de produção agrícola, agroindustrial, industrial e de serviços que o Brasil tem, quisesse pôr todos os seus ovos numa mesma cesta e quisesse confiar em uma única inserção regional no mundo. O Brasil precisa ter um relacionamento internacional diversificado e equilibrado. Por isso a negociação com a União Européia é para nós uma grande prioridade, visto que sem ela se criaria um potencial desequilíbrio.

É lógico que o nosso palco preferencial de negociação é a OMC. Recentes estudos demonstram que o Brasil realmente tem mais interesse em privilegiar o multilateral, o universal, do que o regional apenas. Mas certamente temos a realidade da negociação da ALCA, que já começou, embora em ritmo relativamente lento, mas começou, e portanto não seria concebível que nós tivéssemos uma lacuna em nosso relacionamento com a União Européia, e começássemos a sinalizar que vamos nos distanciar da Europa, pouco a pouco.

É claro que não se deve confundir essa orientação com a idéia de uma política pendular. A política pendular, que no passado pequenos países fizeram, não se coaduna com uma entidade do

tamanho do MERCOSUL. Não vamos procurar tirar vantagens de fazer um jogo de oferecimento de um lado e de outro, de emulação da concorrência entre os grandes blocos comerciais, mas eu creio que é preciso ter em conta que o relacionamento com a União Européia tem as suas especificidades e evidentemente a nossa relação com os Estados Unidos também as tem. Há, inclusive, uma diferença qualitativa, estrutural no nosso comércio com os Estados Unidos. O nosso comércio com a União Européia é muito mais concentrado em algumas poucas matérias-primas, sobretudo em alguns componentes específicos como soja, minério, suco de laranja, enquanto nas trocas com o Estados Unidos nós temos metade em grandes "commodities", mas também metade em uma multiplicidade imensa de pequenos itens de bens de maior valor agregado, produtos manufaturados mais sofisticados, que precisamos expandir. Nós temos que expandir em todas as gamas e por isso estamos buscando com a União Européia um acordo que seja efetivamente variado e amplo. O MERCOSUL, por outro lado, tem plena consciência de que nos encontramos às portas de uma nova rodada multilateral de comércio. Essa rodada vai ser lançada em Seattle, no mês de dezembro próximo, e evidentemente vai interagir fortemente com as negociações regionais da ALCA e com a própria União Européia, se nós conseguirmos, como eu certamente espero, lançar essas negociações agora no Rio de Janeiro.

É claro que haverá que atentar para a sinergia que se cria nessas relações e é claro também que nós não podemos nem cogitar de fazer, no nível das negociações regionais, algo que seja incompatível ou que seja divergente da OMC.

A OMC é uma carta básica, uma espécie de Constituição do comércio internacional e ela tem que ser respeitada como tal. O que nós realmente visamos, no caso da União Européia, é procurar corrigir uma tendência dos últimos anos ao crescimento desequilibrado do comércio. No caso da União Européia, as nossas importações cresceram cerca

de 340% entre 1990 e 1997, enquanto as nossas exportações apenas cresceram 24%. Isso certamente é parte do que se chamou de globalização desequilibrada, ou seja, de uma evolução desequilibrada entre a capacidade de acessar o nosso mercado que os europeus têm, e a correspondente capacidade que nós possamos ter de expandir as nossas vendas para a Europa. Eu não tenho dúvida de que a mudança na política cambial no Brasil será um fator a mais para permitir a expansão e a diversificação das nossas exportações para a União Européia, mas certamente não é suficiente. Esse padrão não é aceitável, e é claro que nós temos de nos bater por sua correção, por meio, em primeiro lugar, de um maior acesso ao mercado europeu para produtos agrícolas.

Por isto temos insistido num mandato negociador que cubra todas as áreas e produtos, e também na idéia do "single undertaking" que é, como se sabe, o conceito de que nada estará acordado enquanto tudo estiver acordado.

Temos tido, nos últimos dias, uma série de sinais ambíguos, de leitura às vezes difícil, mas eu pessoalmente - que estou acompanhando e trabalhando ativamente nisso - confio em que poderemos chegar a um resultado positivo antes da Cúpula. Não posso acreditar, e daí a minha confiança, que a Europa deseje, em última análise, dar uma demonstração de desinteresse político em aprofundar a sua relação com o MERCOSUL, que é a quarta economia do mundo.

Nós estamos aqui em São Paulo, que tem uma das maiores concentrações de investimento de empresas européias em todo o mundo. Todos estão interessados em que isto se mantenha e se expanda, nós somos sócios da União Européia através da participação de todas as suas empresas aqui, portanto o nosso crescimento, a solidez da economia brasileira, a expansão de um mercado extraordinário para as empresas européias no setor industrial, no setor de serviços, um mercado crescentemente aberto, depende de que nós consigamos vencer o

desafio de exportar cada vez mais.

E os números certamente precisam fechar, inclusive entre investimentos voltados principalmente para o mercado interno e a balança comercial. Isso envolve várias frentes, e também uma maior participação das empresas multinacionais nessa ofensiva exportadora, que está começando a dar os seus primeiros sinais.

Já tivemos um melhor resultado em termos de saldo de balança comercial no mês passado, e eu confio que daqui por diante isso vai se consolidar. E, naturalmente, isso que só poderá ocorrer se conseguirmos condições melhores de acesso para os produtos do Brasil, e para os produtos do MERCOSUL, tanto na área agrícola quanto na área industrial.

É necessário ser bem claro: eu nunca acreditei que diplomacia fosse sinônimo de dubiedade, embora às vezes, no imaginário popular, prevaleça a idéia de que o diplomata está sempre evadindo as questões, e de certo modo "embromando", como se diz na gíria. Eu acho que é preciso dar o nome aos bois.

Eu creio que há nesta questão uma contradição fundamental entre os interesses das empresas européias que pretendem exportar mais, investir mais, lucrar mais, obter mais contratos, obter mais concessões, obter vitórias em grandes licitações, em grandes negócios - uma presença perfeitamente legítima e desejada por nós - e, por outro lado, uma política comercial da União Européia que restrinja artificialmente, injustamente, não só o potencial exportador para a União Européia, mas sobretudo a capacidade que têm o Brasil e os seus sócios do MERCOSUL de competir em terceiros mercados.

Eu dizia ainda há pouco ao Governador que se pode compreender, embora não aceitar, que a França, por exemplo, subsidie a produção de um queijo que é produzido na Normandia há 500 anos pela mesma família, na mesma aldeia, mas é impossível para nós aceitar a idéia de que, na exportação de frangos para, digamos, a Arábia Saudita, haja um subsídio governamental tão grande

quanto o valor de toda a exportação do mesmo frango brasileiro. Isto para nós é algo absolutamente incompreensível e inaceitável, e certamente o crédito subsidiado à exportação será, na próxima Rodada do Milênio, e na próxima negociação, um dos nossos alvos principais. Nós tentaremos realmente eliminar ou reduzir ao máximo esse instrumento que nos penaliza e que é altamente injusto e incompreensível.

Eu digo que há um descompasso entre os interesses das empresas e indivíduos europeus que, ao investirem no exterior, privilegiam o MERCOSUL - como eu já disse, os 56% são muito eloqüentes -, e a política até hoje seguida pela União Européia nesse campo. Eu reconheço, e acho que é importante dizer isso, que o acordo sobre agricultura na OMC, acordado na Rodada Uruguai, foi um bom começo e já provocou reduções de tarifas, de subsídios, reduções de orçamentos para o subsidiamento da agricultura, mas certamente esperamos que isso ocorra mais fortemente daqui por diante.

Agora, no Rio de Janeiro, é claro que nós não vamos tomar decisões finais sobre esse assunto. No Rio de Janeiro o que nós pretendemos é lançar

as negociações em bases equilibradas, que reconheçam os legítimos interesses de todas as partes, e que portanto levem em consideração o nosso interesse direto numa liberalização crescente e numa aproximação maior.

Por isso eu queria concluir com a afirmação que o Presidente Fernando Henrique tem feito a esse respeito. Para o Brasil, é importante que a Europa se disponha a ocupar um papel de liderança no mundo, e não alternativamente concentrar-se exclusivamente na administração do seu espaço regional. As ligações que nós temos com a Europa - ligações de sangue, de cultura, ligações absolutamente estruturais, e também grandes interesses comuns - fazem com que nós tenhamos o desejo mais firme de que a Europa possa desempenhar esse papel cada vez mais importante, que naturalmente lhe cabe, e que sempre lhe coube historicamente neste Milênio, no cenário internacional. Desejamos, portanto, que a nossa relação política, comercial, financeira, de investimentos, esteja à altura de seu imenso potencial.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 36, entre os Estados Partes do MERCOSUL e a República da Bolívia. Montevideu, 21 de janeiro de 1999

Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 36, entre os Estados Partes do MERCOSUL e a República da Bolívia. Montevideu, 26 de janeiro de 1999

Protocolo de Adesão da República Oriental do Uruguai ao Acordo-Quadro para a Promoção do Comércio Mediante a Superação de Barreiras Técnicas ao Comércio, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru e Venezuela. Montevideu, 3 de março de 1999

Segundo Protocolo da Convenção de Haia de 1954 sobre a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado. Haia, 26 de março de 1999

Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 25, entre os Governos do Brasil e do Peru. Montevideu, 31 de março de 1999

Décimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação nº. 11, entre o Brasil e o Equador. Montevideu, 31 de março de 1999

Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 27, entre Brasil e Venezuela. Montevideu, 31 de março de 1999

Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação nº. 10 (Protocolo de Adequação), entre Brasil e Colômbia. Montevideu, 31 de março de 1999

Vigésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Montevideu, 14 de abril de 1999

Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional. Montreal, 28 de maio de 1999

Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais. Guatemala, 7 de junho de 1999

Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala, 7 de junho de 1999

Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Parte do MERCOSUL. Assunção, 14 de junho de 1999

Secretaria Administrativa do MERCOSUL - Declaração sobre Princípios de Investimento MERCOSUL - CER (Austrália e Nova Zelândia). Assunção, 14 de junho de 1999

Convenção nº. 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil e Recomendação nº. 190 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para a sua Eliminação. Genebra, 17 de junho de 1999

Memorando de Entendimento entre o MERCOSUL e a República de Trinidad e Tobago em Matéria de Comércio e Investimento. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1999

Memorando de Entendimento entre o MERCOSUL e a República Cooperativista da Guiana em Matéria de Comércio e Investimento. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1999

Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 36, entre os Governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (Estados Partes do MERCOSUL e Bolívia. Montevideu, 29 de junho de 1999

“O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento”

Artigo do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Secretário-Geral das Relações Exteriores - Revista Brasileira de Política Internacional, nº. 1/99, 1º de janeiro de 1999

Luiz Felipe de Seixas Corrêa(*)

“... whatever its faults or problems, no outsider today sees Brazil as a joke. The biggest country in its region is now treated — and acts — as such a country deserves to be and, in the long term, has to be (The Economist, “Brazil’s steady nerve”, 10/10/98, p.15).

Durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-98), o exercício da diplomacia foi fortemente beneficiado pela retomada de um sentimento de auto-estima da sociedade nacional e pela repercussão externa positiva dos avanços políticos, econômicos e sociais do país. O Itamaraty pôde trabalhar com renovada desenvoltura, sem as inibições que tanto o haviam limitado no passado ainda recente, derivadas do regime autoritário entre 1964-85, das incertezas da transição política subsequente e das dificuldades econômicas do período 1981-92.

A confiança o Brasil em suas próprias capacidades e o respeito da comunidade internacional asseguraram o êxito de uma série de operações diplomáticas de grande envergadura. Continuamos a consolidar e aprofundar o MERCOSUL. Assinamos em 1996 acordos de integração econômica com o Chile e a Bolívia. Tivemos papel de liderança nas discussões sobre o lançamento de negociações para futura conformação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e logramos

imprimir a esse processo um ritmo compatível com os interesses nacionais. Estivemos à frente dos entendimentos que levaram à convocação da primeira reunião de cúpula entre Chefes de Estado e de Governo da América Latina-Caribe e da União Européia, que se realizará no Rio de Janeiro nos dias 28 e 29 de junho próximos. Na América do Sul, o Brasil trabalhou com êxito pela manutenção do ambiente de paz, estabilidade e entendimento que a distingue de modo tão favorável na comparação com outros continentes. Juntamente com os parceiros do MERCOSUL, atuamos em favor da consolidação do regime democrático no Paraguai. O Presidente Fernando Henrique Cardoso liderou pessoalmente os entendimentos que levaram à celebração de acordo de paz entre o Equador e o Peru, em outubro de 1998, em cerimônia realizada em Brasília. No plano multilateral, o Brasil — utilizando uma expressão do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia — “resgatou hipotecas” que ainda pesavam sobre nossa presença no mundo. A ratificação em 1998 do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) foi a iniciativa de maior relevância e visibilidade nesse sentido.

Essa linha de avaliação positiva sobre o trabalho da diplomacia brasileira no governo Fernando Henrique Cardoso tem sido repetida por importantes órgãos da imprensa nacional e internacional (i).

Na virada de ano 1998-99, que coincidiu com a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso para um segundo mandato (1999-2002), criou-se, porém, uma nova situação. A crise de liquidez nos mercados financeiros internacionais atingiu duramente o Brasil e trouxe consequências

importantes para a operação da diplomacia do país. O presente texto examina as prioridades da política externa brasileira neste novo momento, e em que medida as condições externas e internas supervenientes condicionam ou limitam o exercício da diplomacia. Na primeira parte, o texto faz comentários de natureza geral e histórica sobre as visões dos brasileiros e do mundo exterior a respeito do Brasil. A segunda parte contém observações gerais a respeito do atual cenário internacional e sobre suas características que não operam em favor do desenvolvimento de países como o Brasil. A terceira parte, por fim, trata da agenda diplomática do país em 1999.

I. O Brasil e a busca do desenvolvimento

O Brasil busca arduamente adaptar-se aos novos tempos e às novas condições da ordem internacional. Muitas vezes, não obstante, somos criticados pelo que se pode perceber como uma certa lentidão do sistema político-institucional brasileiro em promover as mudanças necessárias.

Nem sempre é fácil compreender o que está acontecendo no país. As diferentes dimensões em que se desdobram as realidades contrastantes do Brasil, suas ambivalências e seus ritmos às vezes indecifráveis constituem um duro teste para a imaginação dos que tentam explicá-lo. Da mesma forma que a sua formação histórica singular desafia a capacidade dos que se dedicam às ciências do passado para compreender o presente do Brasil e pensar sobre seu futuro.

Os tempos brasileiros são, efetivamente, muito particulares. Mas têm sua razão de ser, sua explicação e, sobretudo, suas virtudes. Ao aproximar-se o novo milênio, que gerações de brasileiros anteviam como o umbral de desenvolvimento econômico e social do país, o Brasil continua a enfrentar uma série de desafios. O sonho ainda não se realizou. O Brasil segue sendo, nas palavras do presidente Fernando Henrique Cardoso, um país injusto, que quotidianamente sofre as conseqüências da má distribuição da riqueza e que, como o

demonstram fatos e situações recentes, se vê forçado a lidar com temas primários tais como a distribuição da terra, a destruição do meio ambiente, a violência estrutural, más condições sanitárias e baixa qualidade da educação. Mas ao mesmo tempo é um país que produz bens e serviços de alta tecnologia, que dispõe de meios intelectuais, empresariais e governamentais plenamente integrados com o que há de mais avançado no mundo. Um país, portanto, que se apresenta frente a si próprio e frente ao mundo em fragmentos contraditórios e imagens freqüentemente desconexas. Um país que é como um quebra-cabeça, em busca de uma visão integral capaz de revelar o sentido profundo de suas diferentes realidades.

Essa preocupação não é nova. Acompanha a história do Brasil desde suas origens, especialmente a partir do início do século XX, quando se tornou evidente a incapacidade dos dirigentes brasileiros de atender às expectativas de progresso e modernização despertadas pela proclamação da República em 1889. São conhecidos os paradigmas cristalizados naquele momento: de um lado o ufanismo, surgido em meio à euforia nacionalista que caracterizou as comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, representado pelo Conde Afonso Celso, autor do célebre opúsculo *Por que me ufano do meu país*; de outro, o pessimismo e o desprezo pelo nacional tão dramaticamente expressados por Paulo Prado em seu *Retrato do Brasil*.

As ciências sociais no Brasil ao longo de todo o século XX estiveram sempre fixadas na discussão de temas como a formação nacional, as raízes de nosso subdesenvolvimento e, ao mesmo tempo, propostas ou visões para superar o atraso (ii). São exemplos dessa constatação as obras clássicas de Gilberto Freyre (*Casa-Grande e Senzala*), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), Oliveira Vianna (*Populações Meridionais do Brasil*) ou Vianna Moog (*Bandeirantes e Pioneiros*). No início dos anos noventa, apenas para citar um exemplo mais atual, Francisco Weffort deu seguimento a essa tradição com o belo ensaio *A América Errada*.

Entre os extremos da exaltação nacionalista de Afonso Celso e a autoflagelação europeizante de Paulo Prado, custou muito ao pensamento brasileiro encontrar o equilíbrio de hoje. Depois de um longo caminho que conduziu o país por constantes espasmos de demagogia e autoritarismo, chegamos ao V Centenário do Descobrimento e nos preparamos para cruzar a marca mítica do milênio com um sentido comum e uma circunscrição inéditas. Não mais estamos à beira do abismo perene que desde os tempos de Dom João VI ameaça tragar a sociedade brasileira, e tampouco nos encontramos no paraíso terrestre que, embalado pelas descrições edênicas da carta do escrivão Caminha a Dom Manuel o Venturoso, em 1500, o brasileiro se obstinava em encontrar, contra todas as evidências, nas asperezas da sua realidade cotidiana. A sociedade brasileira parece haver finalmente despertado de suas fantasias, positivas ou negativas. As reações de equilíbrio da população no período de turbulências cambiais entre janeiro e março de 1999 foram indicativas desse novo estado de espírito. Em nenhum momento perdeu-se a crença quanto à possibilidade de manter o país no rumo da estabilização econômica. Ao contrário: as reações espontâneas da própria sociedade (consumidores e agentes econômicos) foram determinantes para evitar a volta da inflação, fato que levou o Presidente Fernando Henrique Cardoso a dizer que a “âncora” do Plano Real é o povo brasileiro.

Como se ao final de um longo processo analítico, nós brasileiros finalmente tivéssemos assumido nossa própria personalidade e nossa própria realidade, com seus notáveis êxitos e com toda a carga de seus desacertos. Um país em sua dimensão de sociedade nacional é, essencialmente, um conjunto de pessoas associadas em torno de ideais e comportamentos comuns. O estado de espírito de um país é tão importante quanto o estado das coisas. Assim como as pessoas no plano individual, as coletividades nacionais se movem no espaço interior de um país e se relacionam com o

mundo exterior em função de anseios, frustrações, complexos, temores e ambições. Em função, enfim, de toda a gama de fatores que condicionam o processo decisório individual e coletivo, como, por exemplo, o grau de ajuste e sociabilidade de cada um. Todo pensamento legítimo, na expressão de Manuel Bomfim, antes de ser pensado foi sentimento. Bomfim, um dos intelectuais antimonárquicos mais importantes, participante ativo da demolição institucional da monarquia brasileira e da construção da utopia republicana de princípios do século, imaginava um brasileiro dono de seu pensamento, desprovido de ceticismos e desinteresses, um homem que “transforma em conceito o que sente, rompendo com as fórmulas correntes para afirmar a indispensável renovação”; ou, como queria Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, um livro certamente ainda atual para a compreensão das diferentes dimensões brasileiras, um brasileiro capaz de deixar de lado seu sentimentalismo rudimentar, “a exploração pecaminosa de todas as dores e todas as calamidades”, e de bater-se à luz de seus princípios, “ainda que adversos, sem o acompanhamento obrigatório dessas eternas loas ao infortúnio, dessa constante ladainha de agruras”.

O brasileiro imaginado no início do século pela visão de Bomfim e de Euclides parece ter tomado forma agora que chegamos ao seu final, em meio a tantas inquietações e dúvidas persistentes. Frente a um espelho imaginário, o Brasil se vê hoje em sua totalidade. Um país diante de suas próprias circunstâncias; nem o mais atrasado, nem o mais adiantado; nem o mais rico, nem o mais pobre; nem o mais justo, nem tampouco o mais injusto. Um país que busca transformar-se não por impulsos autoritários ou visões impostas, mas sim mediante a gestação de consensos aproximativos que, mesmo não sendo o caminho mais rápido, constituem certamente o mais seguro e duradouro.

O Brasil tem pela frente uma agenda organizada sob a forma de grandes antinomias que se expressam, por exemplo, em tendências oscilantes

entre abertura ou fechamento; entre integração e alienação; crescimento e estagnação; harmonização e imposição; participação social e confrontação social; modernização e atraso. Ainda que subsistam no país segmentos que, consciente ou inconscientemente, favorecem políticas tendentes a acentuar o lado negativo dessas antinomias, felizmente o que hoje prevalece na sociedade brasileira é uma visão positiva, uma deliberação afirmativa pela abertura, pela integração, pelo crescimento, pela harmonização, participação social e modernização.

O ano eleitoral de 1998 foi, sob todos os aspectos, crucial para o prosseguimento do processo de transformações internas e adaptações externas do Brasil. À luz de sua nova maturidade, a sociedade brasileira tomou decisões fundamentais sobre o futuro do país e sua inserção no mundo. As eleições presidenciais coincidiram com um momento de grave deterioração da crise financeira internacional iniciada em meados de 1997 na região da Ásia-Pacífico. A moratória russa de agosto de 1998 agravava ainda mais as dificuldades que países emergentes como o Brasil já vinham enfrentando para manter o acesso a créditos e financiamentos externos. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em plena campanha eleitoral, anunciou que seria necessário um esforço renovado de austeridade fiscal, para que se pudesse manter a estabilidade econômica conquistada com o Plano Real. A sociedade brasileira assimilou esse gesto de grandeza política e de sinceridade pessoal e renovou o mandato do Presidente, confiante em sua direção para que o país continuasse no rumo da estabilização, das reformas e da abertura.

O Brasil foi duramente golpeado pela instabilidade dos mercados financeiros internacionais. O governo Fernando Henrique Cardoso havia-se decidido, desde 1995, por um ritmo de gradualismo na implementação de reformas econômicas. Buscara-se sempre o mais amplo grau possível de consenso entre os partidos políticos e os diversos grupos sociais. Partia-se da constatação de que os mercados financeiros internacionais estavam cientes dos

avanços que o país vinha realizando e manteriam sua confiança e disposição de financiar os déficits em transações correntes.

A partir da moratória russa, contudo, o quadro externo alterou-se de modo dramático. Em um contexto momentâneo de grave crise nos mercados financeiros — por muitos caracterizada como a mais grave desde o início do funcionamento das instituições de Bretton Woods após a II Guerra Mundial —, os capitais internacionais afastaram-se dos países emergentes de uma forma geral, sem fazer distinções em favor daqueles que, como o Brasil, tinham (e têm), a mais absoluta estabilidade política, compromisso com as reformas econômicas e o saneamento fiscal, sistema bancário sólido, ausência de “bolhas especulativas” e empresas pouco endividadas.

O Brasil viu-se na contingência de ter de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Em novembro, o país assinou uma primeira carta de intenções com o Fundo, e recebeu compromissos de ajuda externa de vários organismos financeiros internacionais e de governos de países industrializados no valor de US\$ 41,5 bilhões. O apoio político do governo dos Estados Unidos foi decisivo para esse resultado.

Naquele momento, pareciam encaminhadas as medidas que possibilitariam ao Brasil a travessia do “credit crunch” nos mercados financeiros internacionais. Na sequência, contudo, obstáculos no Congresso Nacional em dezembro para aprovação de medidas de ajuste fiscal (em especial o atraso na votação da CPMF e a derrota do Governo no tema da contribuição previdenciária de servidores públicos) e as dificuldades no relacionamento entre a União e governadores empossados a 1º/1/99 transmitiram aos mercados a impressão de que o país como um todo ainda não se havia conscientizado da necessidade inadiável de corrigir o déficit fiscal — superior a 8% do PIB em 1998.

Agravou-se a crise de confiança externa. A situação do balanço de pagamentos deteriorou-se rapidamente. Em meados de janeiro, o Governo foi

levado a alterar sua política cambial. De uma política de desvalorizações graduais e controladas, passou-se à livre flutuação. Após momentos iniciais de dificuldades para adaptação ao novo cenário econômico, a determinação do Governo em manter o curso de saneamento fiscal e de reformas e abertura econômica conduziu o país em março/abril a um novo ponto de equilíbrio.

Uma série de fatores contribuiu para essa evolução positiva. Ainda em fevereiro, o Congresso Nacional aprovou por fim as propostas governamentais sobre contribuições previdenciárias de servidores públicos, inclusive os inativos. Em encontro conjunto com 26 dos 27 governadores estaduais, o Presidente Fernando Henrique deu início a uma distensão no diálogo entre a União e os Estados. Em março, foi assinada uma nova carta de intenções com o FMI. O Governo Federal tornou explícita a decisão de substituir a política cambial por uma meta inflacionária (ao lado das medidas de ajuste fiscal) como âncora para a estabilização econômica. Já em meados do mesmo mês, os diferentes índices de inflação que haviam apresentado fortes altas logo após o impacto inicial da desvalorização do Real voltaram a apresentar tendência declinante. A balança comercial será superavitária em 1999, e haverá um decréscimo substancial no déficit da balança de transações correntes. No final de abril, o Governo realizou com grande êxito emissão de títulos no mercado internacional. O Brasil continua a receber importantes fluxos de investimentos diretos (possivelmente em nível suficiente para financiar todo o déficit da balança de transações correntes em 1999), os quais são talvez a mais importante demonstração de confiança — real e não apenas retórica — nas perspectivas de longo prazo de um país.

Pode-se, portanto, dizer que o Brasil está no bom caminho para superar os momentos mais difíceis da crise econômica que o atingiu tão duramente. É fundamental ter sempre presente, por outro lado, que a análise de um diplomata sobre as potencialidades de um país e sua capacidade de projeção externa

não se deve fixar em momentos específicos, por mais positivos ou negativos que possam ser. Por exigência de sua profissão, o diplomata deve manter a visão do longo prazo, das tendências mais permanentes.

Independentemente das flutuações de curto prazo nas percepções internas e externas a respeito do Brasil, há toda uma série de considerações que estão sempre presentes no planejamento e na execução da política externa nacional:

1º) entre os países emergentes, o Brasil destaca-se pela solidez de seu regime democrático e pela existência de um regime jurídico estável e transparente. O grau de liberdade sindical ou de imprensa em nada fica a dever na comparação com os países mais adiantados do mundo;

2º) a efetiva dimensão econômica do País não se mede pela flutuação diária dos mercados financeiros e de câmbio. A desvalorização do Real não significa, naturalmente, que a economia brasileira tenha encolhido de um momento para outro. Os indicadores de produção física são os que contam. Medido pelo critério da paridade do poder de compra da moeda nacional (em oposição à utilização de taxas nominais que variam diariamente), o PIB brasileiro continua a ter um valor na faixa de US\$ 1 trilhão;

3º) o elevado valor do estoque de investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil representa sinal inequívoco de alto grau de confiança nas potencialidades de longo prazo do país. De acordo com dados da UNCTAD, o Brasil é o segundo mais importante receptor de IED entre os países emergentes, superado apenas pela China. O Brasil detém o quinto mais importante estoque de IED norte-americano em todo o mundo (cerca de US\$ 34,5 bilhões), superado apenas pelo Reino Unido, Canadá, Holanda e Alemanha (iii). Conforme dados do Bundesbank, somos o mais importante destino de IED da Alemanha entre os países em desenvolvimento (estoque de US\$ 13,5 bilhões), seguido pelas Ilhas Cayman, o México e a Argentina. Mesmo em meio às turbulências da mudança do regime cambial, manteve-se vivo o interesse dos

investidores externos pelo Brasil. As últimas estimativas indicam que o ingresso líquido de recursos nessa rubrica no ano de 1999 será da ordem de US\$ 20 bilhões. No primeiro trimestre de 1999, o total líquido de IED recebido foi de US\$ 7,7 bilhões — valor superior em cerca de 50% ao déficit da balança de transações correntes, que foi de US\$ 5,17 bilhões (iv);

4º) apesar de todas as injustiças sociais que continuam a caracterizar o Brasil, e que representam o mais sério obstáculo ao processo de desenvolvimento nacional, o país tem feito avanços consistentes — ainda que em ritmo insuficiente — para resgatar sua “dívida” nessa área. A edição de 1998 do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano (elaborado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) pela primeira vez incluiu o Brasil entre os países de desenvolvimento social elevado(v). É evidente que não devemos nos iludir com esse êxito, pois as médias brasileiras encobrem discrepâncias significativas entre classes sociais ou entre regiões e raças. Não se coloca minimamente em dúvida a prioridade e a urgência do muito que há por fazer. Mesmo assim, os progressos registrados no chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil não deixam de representar clara indicação de uma tendência positiva, que se reflete na melhoria de diferentes indicadores sociais: a expectativa média de vida passou de 52,7 anos em 1970 para 67,3 anos em 1995; a mortalidade infantil no primeiro ano após o nascimento caiu de 87,9/mil em 1970 para 43,4/mil em 1995; o percentual de analfabetismo na faixa de 7-14 anos diminuiu de 38,7% em 1970 para 11,4% em 1993.

Apesar do recente choque da desvalorização do Real, portanto, o Brasil continuará a ser percebido, por analistas e agentes econômicos que operam com a perspectiva do longo prazo, como um país que conta. Em seu mais recente livro (*Years of Renewal*), Henry Kissinger observa o seguinte: “Brazil has the resources, the population, and the scale to become one of the world’s leading powers”. Samuel Huntington considera que o Brasil seria uma das

“grandes potências regionais”, a exemplo do condomínio franco-alemão na Europa ou da Rússia na Eurásia (vi). Em depoimento no Congresso norte-americano em janeiro passado, em período crítico da turbulência econômica que atingiu o Brasil, o Presidente do Federal Reserve Board, Alan Greenspan, disse que “o problema brasileiro é largamente fiscal. A economia do setor privado é uma entidade impressionante. Eles (os brasileiros) realmente construíram uma estrutura produtiva e um sistema financeiro muito sofisticados” (vii).

Evidentemente, a diplomacia brasileira não se deixa levar por qualquer grau de ilusão quanto ao alcance desses comentários. A política externa brasileira não se baseia na busca de prestígio ou da afirmação externa do poder nacional, mas sim, tão somente, na preocupação de criar um ambiente externo que seja o mais favorável possível para o desenvolvimento nacional (viii). Há plena consciência de nossas limitações internas e da complexidade dos desafios a superar (vix). Mesmo assim, é útil manter presentes avaliações como as de Kissinger, Huntington ou Greenspan, pois servem para dar uma medida das possibilidades de atuação externa do país. É com essa perspectiva que trabalham os diplomatas brasileiros.

II. O Brasil e a ordem internacional

É efetivamente muito importante que o sentido de direção e a obstinação com que o governo brasileiro busca manter a inflação sob controle e, ao mesmo tempo, criar as condições para o desenvolvimento sustentável da economia sejam reconhecidos dentro e fora do país.

Isso, porém, não é suficiente. Podemos melhorar o Brasil, tal como estamos empenhados em fazer. Mas é preciso que melhorem também as condições externas. Como todo país continental, é natural que o Brasil revele uma certa tendência à introspecção e à autarquia. Tendo sido dotado de uma eficiente rede de segurança externa no início do século, graças à visão estratégica da diplomacia do

Barão do Rio Branco, o Brasil apresenta uma sociedade civil que — à exceção dos segmentos profissionais e do mundo dos negócios e das altas finanças — revela, no geral, reduzido grau de interesse relativo pelo fato externo. Pouco a pouco, não obstante, a sociedade vai-se mostrando mais permeável ao que acontece fora do país e verifica que os acontecimentos no plano internacional são determinantes para o quadro interno.

A relevância do fato externo para a definição dos rumos internos do Brasil não é, evidentemente, uma novidade. Os ciclos políticos e econômicos do Brasil-Colônia ou do Império sempre estiveram muito relacionados aos mercados internacionais (açúcar, ouro, café, borracha e assim por diante). Eventos-chave da história republicana foram também em grande medida decorrentes de acontecimentos externos. A Revolução de 1930, por exemplo, está ligada à crise econômica da lavoura do café, na esteira da depressão mundial de 1929. Mais recentemente, o esgotamento do regime autoritário e a transição para a democracia na primeira metade dos anos oitenta foram em boa medida decorrentes de uma situação de “estrangulamento” do balanço de pagamentos, que freou a economia e provocou forte queda da renda per capita no período 1981-83.

Mesmo assim, até recentemente, a percepção da importância do fato externo era de caráter mais esporádico, e estava no geral ligada a acontecimentos específicos como as duas crises do petróleo (1973 e 1979) ou a crise da dívida externa (1982). Já agora, contudo, a opinião pública e os diversos segmentos organizados da sociedade passaram a acompanhar de forma mais consistente os acontecimentos internacionais. Firmou-se a consciência de que negociações como as do MERCOSUL, da ALCA ou da OMC, para citar exemplos mais presentes na mídia, têm impacto imediato para o desenvolvimento nacional. Nas últimas eleições presidenciais, ademais, o debate sobre formas de melhor controlar os efeitos da crise dos mercados financeiros internacionais esteve no

centro da campanha eleitoral.

Daí nosso empenho renovado em contribuir positivamente para o debate que deve ocorrer com mais sentido de objetividade em torno de uma nova agenda de transformação da ordem internacional nos planos político, econômico e social. Mesmo tendo sido superados os riscos globais impostos pela confrontação Leste-Oeste, por trás da aparente simplicidade do modelo unipolar escondem-se elementos de ambigüidade, dispersão e disfuncionalidade que demandam uma reflexão cuidadosa. O poder internacional se exprime de maneiras freqüentemente surpreendentes e unilaterais; os mecanismos de organização internacional não acompanham de modo adequado as transformações em nível mundial, fato do qual é prova a incapacidade de reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Devido ao surgimento de diversos sistemas e subsistemas regionais, cuja ponderação internacional aumentou consideravelmente com a superação do maniqueísmo ideológico, verifica-se uma virtual tendência à fragmentação, com toda sua rede de rivalidades, de segmentações, de unilateralismos, de falta de visão de futuro e busca de influências excludentes.

Essas realidades, que não são ainda compreendidas em todas as suas implicações, sugerem a necessidade de ver o quadro internacional sob novas perspectivas. Torna-se necessário operar com redobrado cuidado e especial criatividade. Sobretudo no caso de países como o Brasil, cujas complexas realidades nem sempre podem ser adequadamente expressas de maneira clara e para o qual há muito mais em jogo nos diferentes cenários internacionais — políticos, econômicos, comerciais, financeiros ou de segurança — do que a superação da Guerra Fria e da confrontação ideológica.

O fenômeno da globalização não afetou todos os países de forma equilibrada. São preocupantes tanto a autocomplacência que se apoderou dos países ocidentais, depois do colapso do socialismo real, quanto a falta de visão estratégica frente às situações

de conflito e de exclusão que estão se agravando na periferia do Primeiro Mundo.

O atual estado de coisas não poderia deixar de causar preocupação no Brasil. Com a autoridade que lhe confere o fato de estar implementando um programa bem estruturado de modernização e ajuste, o Brasil tem buscado enfatizar a necessidade de ampliar os debates sobre a ordem internacional. Temos tentado assinalar a importância de repensar adequadamente os acertos, os mecanismos e os procedimentos atualmente vigentes para adaptá-los aos desafios destes novos tempos da globalização.

Temos consciência de que o Brasil depende fundamentalmente do Brasil. Mas, ao mesmo tempo, sabemos que, por mais que a sociedade brasileira escolha de forma correta e racional todas as suas opções, tal como o faz, elas não serão por si próprias suficientes se os grandes países desenvolvidos não se mostrarem capazes de resolver seus conflitos de interesse e de atuar, em seu próprio benefício, como promotores coadjuvantes do crescimento e da estabilidade nas regiões periféricas.

Já não se trata, como em tempos anteriores, de uma agenda conflitiva ou reivindicatória. O mundo de hoje superou, felizmente, a retórica de confrontação. Mas não podemos deixar que se implante em seu lugar uma lógica de acomodação.

Se o mundo mudou com os avanços da tecnologia, com as proezas da comunicação, com a globalização dos mercados, é preciso mudar também as normas e as práticas ainda remanescentes do período anterior. Que momento melhor do que a virada do século para lançar um olhar analítico sobre as instituições e as formas de organização internacional que se originaram a partir da Segunda Guerra Mundial? Cresceram sob a rigidez das divisões ideológicas e agora parecem um tanto anacrônicas, pouco operativas e até certo ponto redundantes. Em recente entrevista, o Presidente Fernando Henrique Cardoso observou que “é preciso que as lideranças mundiais sentem-se novamente à mesa para estudar como conduzir o mundo no

próximo século. É preciso definir novas bases. Se a ONU é um organismo excessivamente burocrático, é preciso definir qual o órgão ideal. Transferindo para o plano econômico e financeiro, é mais ou menos a mesma coisa” (x).

Afastado o perigo da confrontação global sob o qual vivemos durante décadas, deveriam estar dadas as condições para que a sociedade internacional se dedicasse novamente a pensar o futuro, a construir vínculos e instrumentos capazes de promover efetivamente a cooperação. O Brasil está preparado e desejoso de contribuir para essa meta, que deveria ser o grande projeto mobilizador, o maior empreendimento dessa virada de século.

O caminho a percorrer passa pelo reforço das instâncias multilaterais. Ou seja, repensar a ordem internacional em linhas que, ao acentuar e privilegiar a organização internacional, o façam em formas efetivamente associativas, não coercitivas.

Os dois vetores principais do processo de organização internacional, a segurança coletiva e a cooperação, são como as duas caras de uma mesma moeda. A segurança mais efetiva é, certamente, a que se baseia na cooperação. O mundo desenvolvido jamais poderá sentir-se seguro enquanto estiver cercado de miséria e atraso. As cidades brasileiras são, nesse sentido, uma metáfora da realidade internacional. Que cidadão do Rio de Janeiro ou de São Paulo pode sentir-se seguro de suas posses e de seus sentimentos, cercado por uma realidade urbana povoada de favelas, de criminalidade, de meninos de rua e tantas outras evidências de exclusão? Que cidadão norte-americano ou europeu pode não se sentir ameaçado pelas desigualdades da periferia do sistema internacional? No mundo da globalização dos mercados, é preciso não esquecer de que se globalizaram também os riscos. E de que se as áreas periféricas não forem rapidamente integradas aos benefícios do desenvolvimento, não serão os países do Terceiro Mundo os únicos prejudicados. A expansão dos países desenvolvidos baseada nos seus próprios mercados pode estar

próxima de seus limites extremos, como o demonstram, sobretudo, os altos índices de desemprego que passaram praticamente a constituir fatores estruturais dessas economias.

Já nos anos cinquenta, a diplomacia brasileira introduziu nas Nações Unidas um conceito talvez excessivamente adiantado para a época, o qual, hoje, poderia não obstante ser recuperado e devidamente atualizado para as circunstâncias de um mundo globalizado: a segurança econômica coletiva. Um conjunto de idéias e mecanismos que complementariam, no plano econômico, as instituições e os procedimentos destinados a garantir a segurança política e militar em nível internacional. Com a globalização, a demanda por mecanismos que garantam a estabilidade econômico-financeira e impeçam a eclosão de crises mundiais deixou de ser um desejo utópico para constituir-se em uma necessidade urgente que a comunidade internacional deveria debater com absoluta prioridade.

Há, é certo, sinais alentadores de movimento nessa direção, a exemplo da iniciativa dos países industrializados para alívio da dívida externa dos países de menor desenvolvimento relativo (HIPC — “Highly Indebted Poor Countries”) ou da recente criação de uma linha de contingência do FMI para apoio financeiro a países que tenham políticas macroeconômicas sólidas e que mesmo assim se vejam atingidos pela volatilidade dos mercados. Mas é necessário fazer muito mais. Trata-se de pôr a questão do desenvolvimento no centro da agenda internacional.

Há dados que falam por si. Segundo edição de 1996 do Relatório do Desenvolvimento Humano, nos trinta anos anteriores a participação na renda mundial dos 20% mais ricos passou de 70 para 85%, enquanto os 20% mais pobres viram sua parcela decrescer de 2,3 para 1,4% do total. No início dos anos noventa, o mesmo Relatório do Desenvolvimento Humano (edição de 1991) estimava que o protecionismo dos países desenvolvidos provocava uma perda anual de US\$ 100 bilhões nas exportações de produtos agrícolas dos países em

desenvolvimento e de US\$ 50 bilhões nas exportações de produtos têxteis. Essa soma de US\$ 150 bilhões era cerca de duas vezes e meia superior ao montante global de ajuda oficial ao desenvolvimento — e, desde então, esse tipo de ajuda vem decrescendo paulatinamente, enquanto o protecionismo nos mercados dos países desenvolvidos segue no seu conjunto tendência oposta.

O Brasil tem procurado desenvolver uma linha de atuação externa sensível a essas condições e destinada a favorecer os consensos necessários para sua superação. A consolidação da democracia e a estabilidade macroeconômica conferiram ao Brasil, nestes últimos anos, a capacidade de recuperar uma margem razoável de iniciativa no plano internacional. Imersos no labirinto de nossa crise interna, havíamos perdido parte da capacidade de mobilização e iniciativa que historicamente caracterizou a política externa brasileira.

Estamos praticando uma diplomacia ativa, capaz de definir objetivos concretos e de granjear recursos em diferentes níveis para persegui-los. Tanto quanto possível, a democracia brasileira observa um padrão de conduta que se baseia em noções razoavelmente definidas de interesses em suas diferentes acepções. É nesse marco que se situa a prioridade estabelecida e operada pela diplomacia brasileira em duas áreas principais de atuação: o fortalecimento e a expansão das relações com os países da América do Sul e a busca de associações operacionais com os países desenvolvidos, em particular os Estados Unidos e a União Européia. É também nesse marco que se inscreve a prioridade atribuída ao conjunto de temas relacionados com integração, comércio, meio ambiente e direitos humanos. Nessas áreas geográficas e temáticas, o Brasil pratica políticas associativas que derivam de condições que o identificam como um país latino-americano em desenvolvimento. Mas desenvolve sobretudo uma série de ações decorrentes dos fatores que o singularizam no mundo como um país de grande massa territorial, um grande mercado, abundante em

todos os principais fatores de produção e consumo, o mais desenvolvido parque produtivo da região, ou seja, os fatores que dão credibilidade e substância a sua reivindicação de maior participação no processo decisório internacional.

III. A agenda de 1999 (xi)

O desafio do desenvolvimento nacional é a prioridade do trabalho do Itamaraty. As questões da paz, da segurança ou da definição territorial do Estado — que são aquelas mais tradicionalmente associadas à imagem da diplomacia — não representam preocupações imediatas para o país. Vivemos em paz com nossos vizinhos desde o final da Guerra do Paraguai, e temos com todos um padrão consolidado de relações fraternas e exemplares. É natural, portanto, a ênfase no desenvolvimento, reafirmada pelo Ministro Luiz Felipe Lampreia em discurso no último dia 30/4/99, por ocasião da formatura de nova turma de diplomatas (xii).

É evidente que as conseqüências de curto prazo da mudança do regime cambial e a perspectiva de queda do PIB brasileiro em 1999 dificultam em certa medida o exercício da atividade diplomática. A imagem que o Brasil havia reconstruído perante a comunidade internacional viu-se por alguns momentos novamente em jogo. A administração da agenda de negociações comerciais torna-se mais complexa. As dificuldades enfrentadas no MERCOSUL neste início de 1999 pelo menos em parte são reflexo dessa nova situação.

O Itamaraty deve administrar no curto prazo, portanto, uma agenda com nossos principais parceiros que será marcada no plano econômico-comercial por menos convergências do que no passado recente. Essa situação não deve ser vista, contudo, como uma limitação à projeção externa de nossos interesses. Em primeiro lugar, porque as boas notícias de março/abril apontam para a manutenção da estabilidade econômica e a recuperação do crescimento a partir do segundo semestre. Em segundo, porque a diplomacia movimenta-se com a

perspectiva do longo prazo, e mantém sua determinação de trabalhar para criar condições externas tão favoráveis quanto possível para a superação das situações de subdesenvolvimento com que o país ainda convive. Nessa linha de raciocínio, a agenda do Itamaraty para este ano de 1999 é particularmente densa, como se comenta a seguir.

(1) Crise financeira internacional

Desde o início de seu primeiro mandato, o Presidente Fernando Henrique Cardoso vinha sugerindo à comunidade internacional a necessidade de maior cooperação internacional para controle dos fluxos de capital. Esse tema foi objeto de palestra realizada na sede da CEPAL, em Santiago, em sua primeira visita ao exterior. Ainda em 1995, às vésperas da Cúpula de Halifax do G-7, o Presidente dirigiu cartas a todos os participantes, com a mesma mensagem. Desde então, o tema tem estado invariavelmente na agenda dos encontros internacionais do Presidente, do Ministro Lampreia e das autoridades da área econômica.

Está claro, portanto, que sempre estivemos atentos aos riscos da volatilidade dos capitais de curto prazo, mesmo nos momentos em que a situação do balanço de pagamentos não indicava a iminência de riscos. Não se trata, em outras palavras, de uma “prioridade de ocasião”, motivada pelas dificuldades que levaram à mudança da política cambial do país e à perda em poucos meses de cerca de US\$ 40 bilhões em reservas.

Após a moratória russa em agosto de 1998, o debate ampliou-se, e o mundo passou a discutir com sentido de prioridade a necessidade de uma “nova arquitetura financeira internacional”. Trata-se evidentemente de uma discussão muito complexa, que envolve itens como a prevenção (transparência; “early warning”; regulamentação dos sistemas financeiros nacionais) ou o tratamento de crises (aumento dos recursos à disposição das instituições financeiras internacionais; linha de contingência do FMI; participação privada em esforços de resgate). Do ponto de vista diplomático, a preocupação essencial

do Itamaraty diz respeito ao entendimento de que o Brasil deve necessariamente ter assento nos foros em que o tema da "nova arquitetura financeira internacional" seja discutido (xiii).

Ressalte-se que as posições do Presidente Fernando Henrique Cardoso em favor de maior cooperação internacional para o controle dos capitais voláteis ou o entendimento brasileiro de que se deve incentivar a discussão de reformas no sistema financeiro internacional não reflete qualquer tipo de insatisfação quanto à forma com que a comunidade internacional reagiu às dificuldades de balanço de pagamentos do Brasil a partir do segundo semestre de 1998. O governo brasileiro tem bem presente o empenho dos governos dos países desenvolvidos (EUA à frente) e dos organismos financeiros internacionais para apoiar o país no momento necessário, como bem o demonstra a montagem do "pacote" de empréstimos no valor de US\$ 41,5 bilhões.

(2) Protecionismo dos países desenvolvidos

Se, em temas financeiros, o Brasil tem motivos para expressar reconhecimento pelo apoio externo que tem recebido, no campo comercial temos sérias razões de insatisfação. O Brasil vem sendo duramente penalizado pelas práticas protecionistas do mundo industrializado. Em recente estudo, o conhecido pesquisador norte-americano Gary Hufbauer estimou que o Brasil poderia exportar US\$ 6 bilhões a mais por ano para os Estados Unidos na ausência do arsenal de medidas protecionistas contra produtos como o suco de laranja, açúcar e álcool, fumo ou siderúrgicos, entre outros (xiv).

Na União Européia, as barreiras são ainda maiores. De acordo com estudo da economista Lia Valls Pereira, do IBRE/FGV, o PIB brasileiro teria um incremento anual de 2,08 e 5,05%, respectivamente, na hipótese de conclusão de acordos de livre comércio com os EUA ou com a União Européia (xv). Ainda que à primeira vista tal conclusão possa ser interpretada como recomendação de maior prioridade à aproximação com a UE, fica implícita a mensagem de que as

barreiras comerciais européias impõem ao Brasil prejuízos superiores.

A diplomacia brasileira tem reforçado, nos últimos anos, sua atuação tradicional contra as barreiras protecionistas e as práticas desleais de comércio dos países desenvolvidos (xvi). Recentemente, tiveram grande repercussão as observações do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Fórum-Empresarial MERCOSUL-Europa (Rio de Janeiro, 21 e 22 de fevereiro) sobre os efeitos negativos da Política Agrícola Comunitária para países como o Brasil (xvii). Essa mesma mensagem esteve no centro das conversações mantidas com os Chefes de Governo da Alemanha, de Portugal e do Reino Unido, por ocasião da primeira viagem do Presidente ao exterior em seu segundo mandato, em abril (xviii). Em maio, o tema esteve presente na agenda do encontro nos Estados Unidos com o Presidente Bill Clinton. Também neste primeiro semestre de 1999 o Ministro Luiz Felipe Lampreia tem estado à frente de negociações (ainda em curso) com os Estados Unidos a fim de procurar limitar os danos de medidas protecionistas contra produtos siderúrgicos brasileiros.

Esses exemplos são mencionados a título meramente ilustrativo. Como regra geral, pode-se dizer que o tema do protecionismo é invariavelmente parte da agenda dos encontros entre o Brasil e seus principais parceiros.

Em determinadas ocasiões, contudo, a opinião pública nacional tem demonstrado insatisfação com os resultados concretos das ações da diplomacia nacional contra o protecionismo dos países desenvolvidos (xix). São recorrentes, apenas para citar um exemplo, as críticas aos resultados da negociação agrícola na Rodada Uruguai do GATT. É necessário considerar, contudo, que seria irrealista esperar que através da ação diplomática o Brasil e os outros países em desenvolvimento pudessem atingir plenamente todos os seus objetivos em termos de acesso aos mercados dos países desenvolvidos. O que está em jogo, nesse caso, é a dura realidade

dos interesses concretos de poderosos “lobbies” nos Estados Unidos, na Europa ou no Japão, com grande capacidade de influência sobre os respectivos sistemas políticos internos.

Assim, por exemplo, para voltar ao tema dos resultados da Rodada Uruguai no campo da agricultura, é evidente que não obtivemos o que desejávamos — ou o que seria objetivamente justo, na medida em que se possa usar essa palavra no campo das negociações econômicas internacionais. Mesmo assim, o simples fato de que a agricultura tenha sido pela primeira vez incluída nas disciplinas do comércio internacional já representou, por si só, um avanço. Ademais, logrou-se obter compromisso de retomada, justamente agora em 1999, de negociações para aprofundar os compromissos de liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas.

Deve-se entender que as negociações internacionais são como um jogo de xadrez. Os ganhos são paulatinos, e não excluem a necessidade de sacrifícios táticos. Nesse jogo, não há espaço para voluntarismos ou pretensões maximalistas — especialmente no caso de países que, como o Brasil, não dispõem de “excedentes de poder”, para usar a expressão do ex-Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro (xx).

(3) Integração regional: ALADI e MERCOSUL

Os benefícios da integração regional para o Brasil constituem, em todos os tempos, uma das mais importantes contribuições da diplomacia nacional para o desenvolvimento do país. Em momentos em que havia, na melhor das hipóteses, ceticismo ou desinteresse quanto a esses temas (por parte de outros órgãos do Governo ou do próprio empresariado nacional), o Itamaraty esteve à frente das negociações no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI, que em 1980 substituiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio), do processo de integração bilateral iniciado com a Argentina em 1985 (quando os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín assinaram a

Ata de Iguazu) e também das negociações do MERCOSUL (que estendeu em 1991 ao Paraguai e ao Uruguai o processo de integração entre Brasil e Argentina).

Hoje, o conjunto dos países da ALADI representa o principal mercado para as exportações nacionais de produtos manufaturados (42% do total em 1997, sendo que apenas o MERCOSUL respondia por 28%, percentuais bem acima dos Estados Unidos — 21% — ou da União Européia — 16%). Desde 1992, a Argentina é o segundo mais importante mercado para as exportações nacionais. Os países da região vão-se tornando importantes supridores de energia ao Brasil (petróleo da Argentina e da Venezuela; gás da Bolívia e da Argentina; eletricidade da Venezuela, e assim por diante), em processo que cria um teia de interesses recíprocos de caráter estratégico, e que representa garantia de aprofundamento da integração na América do Sul.

O Brasil tem em 1999 uma agenda particularmente densa no campo da integração regional. O MERCOSUL vem passando, neste primeiro semestre, pelo momento mais difícil desde sua criação, pela coincidência no tempo de uma série de fatores:

- Esgotou-se a etapa de ganhos fáceis com a integração, característicos da fase inicial de expansão de comércio em decorrência da desgravação tarifária automática. Após crescer ininterruptamente a taxas aceleradas entre 1991-97, o total do comércio intra-zona apresentou ligeiro declínio em 1998, de cerca de 0,5%, e deverá sofrer queda importante no ano em curso;

- No atual estágio da integração, a agenda de negociações passa a se concentrar em temas mais complexos, ligados à consolidação e ao aprofundamento da União Aduaneira (regime automotivo regional, medidas comuns de defesa comercial extra-zona, defesa da concorrência, harmonização de regulamentos técnicos e sanitários, defesa do consumidor ou, ainda, a abertura dos mercados de serviços e de compras governamentais);

- Pela primeira vez desde a assinatura do Tratado de Assunção, ambas as principais economias do bloco — Brasil e Argentina — passam por período de retração, o que diminui os espaços de manobra dos negociadores e faz aumentar as pressões protecionistas dos setores que se sentem prejudicados pela integração;

- O chamado Regime de Adequação, que vigorou no período 1995-1998, e que havia permitido prolongar por tempo limitado, no comércio intra-zona, a proteção tarifária a setores sensíveis, deslocou justamente para o início de 1999 o impacto da carga de sacrifícios da integração na Argentina. O Brasil, de sua parte, havia optado por incluir poucos produtos em suas listas de adequação, de modo que os impactos da liberalização comercial intra-zona já haviam sido praticamente absorvidos por inteiro desde 1995.

Nesse período difícil, o Governo brasileiro e o Itamaraty continuarão a dedicar às negociações do MERCOSUL, por todas as razões, máximo sentido de prioridade, com o propósito de manter as conquistas da integração sub-regional e de preparar as bases para novos avanços em momento oportuno. Foi com esse espírito que o Presidente Fernando Henrique Cardoso manteve em fevereiro encontros com os Presidentes da Argentina, Paraguai e Uruguai, e que os Chanceleres do Brasil e da Argentina se reuniram em Brasília em abril. A diplomacia nacional trabalhará com esse mesmo espírito na preparação das reuniões de cúpula a serem realizadas em junho (Paraguai) e em dezembro (Uruguai).

O Brasil espera concluir novos acordos de preferências tarifárias com a Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, e com isso lançar as bases para um futuro acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. A realização desse objetivo é de grande prioridade para a diplomacia brasileira, não apenas por seus efeitos mutuamente benéficos para os países da região, mas especialmente por suas conseqüências em termos de fortalecimento da capacidade de atuação dos países

da América do Sul em negociações internacionais de especial relevância para todos (ALCA, UE, OMC).

O Brasil está convencido de que, ao incentivar a conformação de uma grande área de prosperidade compartilhada na América do Sul, está contribuindo para criar finalmente as condições necessárias para que nossa região, como um todo, assuma um papel relevante no cenário mundial.

Também com o México espera o Brasil negociar novo acordo de preferências tarifárias. Os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Ernesto Zedillo mantiveram conversações a esse respeito por ocasião da visita ao Brasil do Chefe de Estado mexicano em abril.

(4) A ALCA e o debate sobre a abertura comercial

Em dezembro de 1994, representado pelo então Presidente Itamar Franco — que se fez acompanhar pelo Presidente-eleito Fernando Henrique Cardoso —, o Brasil participou da Cúpula das Américas em Miami, na qual se aprovou o compromisso de formação da ALCA até 2005.

Prevalecia naquele momento, no Brasil, uma visão favorável à aceleração de entendimentos sobre liberalização comercial (“choque” de concorrência para os produtores nacionais; modernização da economia; abastecimento da demanda adicional criada pelo Plano Real; controle da inflação). Em um ambiente de abundância de capitais nos mercados financeiros internacionais, não havia maior preocupação com a perspectiva de aumento das importações e de reversão dos elevados superávits comerciais que se registravam desde o início dos anos oitenta (xxi).

Essa visão teve naturalmente de adaptar-se às transformações no cenário econômico mundial a partir de 1995. As sucessivas crises financeiras internacionais restringiram as condições de acesso a créditos externos. A ALCA tornou-se o epicentro dos debates no Brasil sobre o ritmo adequado para a abertura comercial. Em palestra na Escola Superior de Guerra, em 3/7/96, o Ministro Luiz Felipe Lampreia já advertia que “queremos evitar uma

exposição precoce e descontrolada da economia brasileira a um segundo choque de abertura competitiva ao exterior — e a economias muito mais produtivas do que a nossa, como a canadense e a norte-americana, antes que se consolidem as adaptações e aperfeiçoamentos impostos pelo primeiro choque. Afinal, de 1990 para cá, fizemos uma ampla abertura comercial em três níveis — unilateral; regional, no âmbito do MERCOSUL; e internacional, no âmbito dos acordos da Organização Mundial do Comércio” (xxii).

A reunião de Vice-Ministros da ALCA realizada no Recife em fevereiro de 1997 pode ser vista como o momento a partir do qual as autoridades brasileiras passaram a expor, de forma sistemática e com grande visibilidade para a opinião pública, essa nova visão sobre a integração hemisférica e a abertura comercial.

As novas condições não alteraram o compromisso brasileiro com a formação da ALCA. Os entendimentos em nível hemisférico podem ser instrumento valioso para superar obstáculos no acesso ao mercado norte-americano. Assim, o Brasil participou de forma ativa dos entendimentos que levaram ao lançamento das negociações para formação da ALCA, aprovado pela II Cúpula das Américas, em Santiago, em maio de 1998.

A diplomacia nacional tem atuado de maneira muito firme na defesa dos interesses do país nessa negociação. Em editorial do dia 12/8/98, O Estado de São Paulo registrou que “o Itamaraty vem operando com eficiência na discussão da Área de Livre Comércio das Américas...”. O ritmo de criação da futura área hemisférica deve necessariamente ser compatível com a capacidade de adaptação da economia nacional (em especial dos setores industriais). O país não fará quaisquer concessões sem obter, em troca, compromissos concretos de desmantelamento das barreiras protecionistas norte-americanas. (xxiii)

Em novembro, em Toronto, o Ministro Luiz Felipe Lampreia estará presente na próxima Reunião

dos Ministros Responsáveis por Comércio das Américas. O Itamaraty continuará a participar desse processo com a mais plena consciência da responsabilidade que o tema lhe impõe, por suas profundas implicações políticas, econômicas e sociais para o País. Em seu discurso na III Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio da ALCA, em Belo Horizonte, em maio de 1997, o Ministro Lampreia registrara que “estamos nos engajando no que será possivelmente a maior iniciativa de diplomacia comercial da maioria dos nossos países nos próximos anos”.

(5) América Latina e Caribe-União Européia; MERCOSUL-UE

Nos dias 28 e 29 de junho, teremos o privilégio de sediar a primeira cúpula entre Chefes de Estado e de Governo da América Latina-Caribe e da União Européia. Trata-se de uma ocasião de grande caráter simbólico, que reafirma os propósitos de aproximação entre as duas regiões.

A diplomacia brasileira tem trabalhado com muito empenho para que ocorra, à margem da cúpula, o lançamento de negociações entre o MERCOSUL e a UE com vistas à formação de uma área de livre comércio entre os dois agrupamentos, sem exclusão prévia de grupos de produtos. Essa questão esteve no centro das conversações que o Presidente Fernando Henrique Cardoso manteve com os Chefes de Governo da Alemanha, Portugal e Reino Unido, em sua viagem de abril último à Europa (xxiv). No encerramento da redação deste texto, não é possível prever se teremos êxito nesse propósito. As preocupações de determinados países europeus em relação à liberalização do comércio de produtos agrícolas continua a representar um importante obstáculo. O MERCOSUL, de sua parte, não poderia aceitar o início de negociações com a exclusão dos produtos agropecuários, nos quais temos grande capacidade de competição.

O Brasil tem reiterado aos parceiros europeus, nos mais altos níveis, nosso interesse estratégico em manter um mínimo de paralelismo nas

negociações sobre liberalização comercial na ALCA e com a UE. O Brasil não deseja vincular-se de forma preferencial a um único bloco comercial, por razões político-estratégicas e econômico-comerciais. Consideramos prioritária a manutenção do padrão histórico de equilíbrio relativo que se observa na repartição geográfica de nossos fluxos de comércio internacional e de IED. Esse padrão contribui para a manutenção da autonomia de nossa política externa e para que o Brasil disponha de maior espaço de manobra nas negociações econômicas internacionais.

(6) Negociações comerciais multilaterais (“Rodada do Milênio”)

Ao longo dos anos, o Itamaraty vem procurando desenvolver trabalho de mobilização da sociedade nacional em torno da importância de que o país participe de forma muito ativa das negociações comerciais multilaterais no âmbito do GATT/OMC. Trata-se de foro em que se tomam decisões com profundas implicações para o desenvolvimento nacional (xxv).

Em 1999, as negociações comerciais multilaterais continuam a exigir grande esforço de articulação externa e de mobilização interna por parte do Itamaraty. Até o final do ano, conforme compromisso que consta dos entendimentos finais da Rodada Uruguai, deverão ser retomadas as negociações para liberalização do comércio agrícola. No entendimento do Governo brasileiro, esse é o mais importante ponto da chamada “built-in agenda” da Rodada Uruguai.

O Itamaraty empregará toda sua capacidade de negociação externa na defesa dos interesses do “agribusiness” nacional. Para esse fim, estamos desde já trabalhando em estreita coordenação com os membros do Grupo de Cairns e com outros países igualmente empenhados na liberalização do comércio agrícola internacional. Evidentemente, as negociações serão mais uma vez muito duras, como já o foram na Rodada Uruguai, mas há fatores objetivos que permitem antecipar progressos na direção desejada. A UE vê-se diante de dificuldades orçamentárias

crescentes — que se agravarão com a perspectiva de admissão de novos membros — para manter seus dispendiosos programas de apoio à produção e à exportação, que consomem cerca da metade do orçamento comunitário. Os EUA, de sua parte, parecem agora mais determinados do que na Rodada Uruguai em obter ganhos sensíveis na liberalização dos mercados agrícolas internacionais.

Em Seattle, em novembro próximo, será realizada nova Conferência Ministerial dos países membros da OMC, a terceira desde a entrada em funcionamento da organização em 1995. Tudo indica que deverá ser aprovado, na ocasião, o lançamento de uma nova rodada de negociações globais (“Rodada do Milênio”). Em seus contatos com os chamados “major players”, a diplomacia brasileira tem apoiado essa perspectiva, pois a dinâmica de uma “rodada” é mais favorável aos interesses dos países de menor peso relativo do que a dinâmica de negociações setoriais, nas quais os países mais fortes têm maior espaço de manobra para escolher os temas e ditar o ritmo dos entendimentos. Ao mesmo tempo, temos dito que o Brasil condicionará quaisquer compromissos de liberalização econômico-comercial a uma contrapartida de ganhos muito palpáveis em questões de nosso interesse, especialmente na área agrícola.

Diante da possibilidade de lançamento da “Rodada do Milênio”, encontra-se o Itamaraty mais uma vez empenhado em promover a necessária coordenação interna para a definição dos interesses nacionais. O Governo Federal em seu conjunto, e o Ministério em particular, manterão o padrão de atuação, consagrado na ALCA, de estreita sintonia e entendimento entre os negociadores oficiais e a sociedade nacional. Esse padrão tem permitido ao Brasil falar com autoridade redobrada nos foros negociadores de que participamos.

(7) Imagem

A capacidade de um país de influir em negociações internacionais, vender seus produtos, atrair investimentos, receber créditos, participar de programas conjuntos nas áreas da ciência e da

tecnologia, obter ganhos com o turismo, enfim, a capacidade de promover seus interesses internacionais depende não apenas de fatores objetivos, mas também da sua imagem externa. Por isso, quando o Itamaraty se empenha, continuamente, em mostrar e explicar a realidade brasileira aos nossos interlocutores e à opinião pública internacional o que está em jogo são desdobramentos que irão ter reflexos concretos no bem-estar da população. O assunto não é de interesse apenas para o Governo do momento, mas sim para o país e para a sociedade.

Em recente entrevista, o Ministro Luiz Felipe Lampreia definiu os espaços para a atuação do Itamaraty nessa matéria: “A imagem é sempre em função de uma realidade. No regime militar se falava muito em melhorar a imagem, mas ninguém tapa o sol com a peneira, ninguém vende uma coisa que não existe. Você só melhora uma imagem se você melhorar uma realidade” (Correio Braziliense, “Exportar é a melhor aposta”, 14/3/99).

O Itamaraty deve trabalhar, portanto, com a meta de que a imagem do país deva corresponder à realidade nacional. Nossa tarefa consiste em informar, esclarecer, apresentar dados. Infelizmente, por toda uma série de fatores, o que ainda se observa é que a imagem do Brasil é pior do que sua realidade. Não se trata de procurar negar a gravidade de nossos problemas econômicos e sociais, mas parece claro para o profissional da diplomacia — acostumado ao contato diário com a mídia e com ONGs internacionais — que o Brasil real é melhor do que sua imagem no exterior.

Procurar entender os motivos dessa situação iria além dos limites deste texto. Fica a impressão, contudo, de que nossos problemas de imagem têm muito a ver com a psicologia nacional, que tende a ecoar com muita força os julgamentos negativos sobre o próprio país, ao mesmo tempo em que coloca em segundo plano nossas realizações (xxvi). Em boa medida, essa é uma atitude salutar, pois mantém o Governo e a sociedade permanentemente mobilizados em torno da necessidade de encaminhar

soluções para os dramas sociais do país e para tantos outros aspectos negativos de nossa realidade. Ao mesmo tempo, como argumentado acima, essa postura pode ser também prejudicial, e por isso o Itamaraty trabalha para que haja maior sintonia entre imagem e realidade.

As viagens presidenciais, além de sua importância intrínseca, constituem parte essencial dos esforços do Itamaraty no campo da imagem. Nessas ocasiões, o Presidente Fernando Henrique Cardoso invariavelmente mantém contatos com a comunidade empresarial, meios acadêmicos, ONGs e outros grupos relevantes dos países visitados. Em 1999, o Presidente já esteve na Alemanha, em Portugal, no Reino Unido e nos Estados Unidos, dando continuidade à sua intensa agenda de envolvimento pessoal na promoção dos interesses do Brasil no exterior (xxvii).

Como se vê, essa simples enumeração seletiva e necessariamente muito incompleta permite ao leitor uma visão bastante ampla da densidade da agenda diplomática brasileira em 1999 e de sua relevância para o processo de desenvolvimento nacional. O Itamaraty deve ainda ocupar-se de toda uma série de vários temas não menos importantes, a exemplo, entre outros, da participação do país — como membro não-permanente eleito para o biênio 98/99 — no Conselho de Segurança da ONU, no qual estão em pauta temas como Iraque, Angola ou Timor Leste; da definição de nossas posições em situações de crise como a do Kosovo; da condução de nossas relações com os vizinhos sul-americanos e demais parceiros mais importantes do país; da atuação nos vários foros internacionais que tratam dos temas do meio ambiente, direitos humanos, não-proliferação ou narcotráfico; da promoção comercial no exterior, em apoio ao exportadores brasileiros; da assistência consular a brasileiros no exterior, e assim por diante.

O Brasil está mais do que nunca interessado em acentuar seus vínculos com os países com os quais compartilha afinidades, interesses e, em especial,

grandes projetos estratégicos, como é o caso especial do MERCOSUL. Para utilizar as expressões do Barão do Rio Branco, “por aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua gente, o Brasil considera poder contribuir positivamente para o encaminhamento das grandes questões internacionais”. Ao cumprir com essa tarefa, o Itamaraty estará dando sua contribuição para o desenvolvimento nacional.

RESUMO: Durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a renovação do sentimento de autoconfiança do país e o respeito da comunidade internacional favoreceram a política externa. Diante das dificuldades econômicas na virada de ano 1998-99, a diplomacia deve manter a visão do longo prazo. O Brasil continua a ser um “país que conta”, e que depende fundamentalmente de si próprio para desenvolver-se. Mas é também preciso que melhorem as condições externas. Empenho do Brasil em contribuir para os debates sobre transformações na ordem internacional. A tarefa prioritária da diplomacia nacional é a de criação de condições externas tão favoráveis quanto possível para o desenvolvimento. A agenda externa do país em 1999 — crise financeira internacional; protecionismo dos países industrializados; integração regional (MERCOSUL, Comunidade Andina, México); ALCA; Cúpula América Latina e Caribe-Europa; negociações agrícolas e “Rodada do Milênio” na OMC; imagem — tem conseqüências importantes para o processo de desenvolvimento nacional.

ABSTRACT: The renewal of the country's self-confidence and the earned respect from the international community were two important assets for the Brazilian diplomacy during President Fernando Henrique Cardoso's first term. Faced with the country's economic difficulties in the end of 1998 and beginning of 1999, diplomacy must keep in mind a long term view. Brazil will continue to be a “country that counts”, which fundamentally depends on itself to develop. But the improvement of external conditions is also necessary. Brazil is willing to give

its contribution to the discussions about changes in the international order. Brazilian foreign policy's priority is the creation of the utmost favorable external conditions for development. The foreign agenda of the country in 1999 — international financial crisis; industrialized countries' protectionism; regional integration (MERCOSUR, Andean Community, Mexico); FTAA; Latin America and the Caribbean-Europe Summit; agricultural negotiations and the WTO “Millennium Round”; image — has important consequences for national development.

(*)Secretário-Geral das Relações Exteriores (1999). Foi Embaixador do Brasil no México, na Espanha e na Argentina. Data de encerramento do texto: 12/5/99.

i - Ver Carlos Eduardo LINS DA SILVA, “Brasil cresce no plano externo”, Folha de São Paulo, 3/2/99. Essa matéria reflete, com grande capacidade de síntese, a riqueza e a diversidade da agenda externa brasileira, e o aumento da projeção externa do país. Ver também TIME, “The odd man out is back in”, 20/10/97, p.36; Financial Times, “Brazil's coming of age”, 28/10/97, p.19.

ii - “(...) quando Euclides da Cunha, na passagem para o século XX, ou, mais recentemente, Oliveira Vianna no Brasil dos anos 40, falavam do sertão, da marginalidade, do atraso, era para afirmar suas próprias versões da civilização, do progresso, da modernidade. Em outras palavras: eles afirmavam o futuro” (Francisco WEFFORT; A América Errada, Qual democracia?; Companhia das Letras, São Paulo, 1992).

iii - O Estado de São Paulo, 26/8/98.

iv - Gazeta Mercantil, “Investimento direto financia déficit”, 24 a 26/4/99.

v - VEJA, “O mais difícil foi feito”, 16/9/98. Em 1995, o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, que combina indicadores de educação, renda e expectativa de vida, foi de 0,809 em uma escala de 0 a 1. Em 1960, o IDH brasileiro era de 0,394 — equivalente ao que apresentam hoje a Zâmbia e Bangladesh.

vi - Samuel P. Huntington, "A superpotência solitária", *Foreign Affairs* (edição brasileira — caderno da *Gazeta Mercantil*, n.30, março de 1999).

vii - O Estado de São Paulo, "Problema brasileiro é fiscal, diz Greenspan", 21/1/99.

viii - "... não devemos, nem podemos, alimentar visões de projeção global de nosso poderio político-militar. As carências que enfrenta o povo brasileiro não permitem, de modo algum, a mobilização dos enormes recursos necessários para dar lastro e credibilidade a um projeto dessa natureza, como em algum momento imaginaram os defensores da idéia do "Brasil-potência" (Luiz Felipe LAMPREIA, Discurso na transmissão do cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, 4/1/99).

ix - "(Brazil is) one of the world's most diverse societies in its fifth most-populous country. Its 160 m citizens range from Amerindian forest-dwellers to academics and businessmen as sophisticated as any in the world. It has areas much like parts of southern Europe, others barely distinguishable from (peaceable) parts of West Africa" (*The Economist*, "Brazil's steady nerve", 10/10/98, p.15).

x - O Estado de São Paulo, "FHC diz que EUA devem partilhar decisões", 22/4/99, p.A4.

xi - A definição das prioridades da diplomacia brasileira em 1999 foi objeto de discurso pronunciado pelo Ministro Luiz Felipe Lampreia no dia 4/1/99, acima referido. Ver também Luiz Felipe LAMPREIA, "Política externa em 1999", O Estado de São Paulo, 26/2/99.

xii - "A solução sistemática das questões fronteiriças empreendida no decênio da gestão do Barão do Rio Branco (1902-12) e nos anos subseqüentes (...) cria as condições de possibilidade para dirigir crescentemente a política exterior para objetivos de cooperação e desenvolvimento. Consolidado o território, era preciso desenvolvê-lo" (Rubens RICUPERO, "A diplomacia do desenvolvimento", Três Ensaios sobre Diplomacia Brasileira, MRE, Brasília, 1989).

xiii - Ver Folha de São Paulo, "FHC propõe a Tony Blair a ampliação do G-7", 20/4/99.

xiv - Folha de São Paulo, "Para americano, EUA fazem Brasil perder US\$ 6 bilhões", 5/4/99. Para a Confederação Nacional da Agricultura, haveria uma perda anual de US\$ 5 bilhões provocada pelas barreiras dos EUA apenas contra produtos agrícolas (O Estado de São Paulo, "Barreiras impedem vendas de US\$ 5 bi para os EUA", 2/9/98).

xv - *Gazeta Mercantil*, "País lucra mais com UE do que com ALCA", 2/5/97; Estado de São Paulo, "Técnicos consideram Europa mais vantajosa", 13/5/97.

xvi - Ver O Estado de São Paulo, "O protecionismo europeu e o MERCOSUL", 23/2/99. Esse excelente editorial proporciona uma visão bastante ampla da atuação do Brasil em diversas frentes contra o protecionismo dos países industrializados. Ver também "The Economist - Latin America and Europe. Slowly, slowly", 6/12/97, p.58: "Not often, in public at least, are state visits marked by plain speaking. But the European Union, its governments and its farmers got an earful — if they were listening — from Brazil's President Fernando Henrique Cardoso in London this week. ... he had words of acid for the EU's farm policy ...".

xvii - "O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi tão duro quanto poderia ser o país anfitrião, ao abrir o Fórum Empresarial Mercosul-União Européia: condenou em termos veementes o protecionismo dado pelos países europeus à agricultura ..." (Estado de São Paulo, "O protecionismo europeu e o Mercosul", 23/2/99).

xviii - Ver Alberto TAMER, "Brasil não deve se iludir com mais promessas de abertura comercial", Estado de São Paulo, 18/4/99.

xix - Ver, por exemplo: (1) O Globo, "Hora de cobrar", 11/8/98; (2) Alberto TAMER, "Brasil protesta, Europa ouve e até concorda, mas não muda nada", Estado de São Paulo, 28/2/99, p.B9; (3) *Gazeta Mercantil*, "Maior pressão contra o protecionismo", 8/3/99.

xx - Ver Luiz Felipe LAMPREIA, "Diplomacia, jogo duro", Folha de São Paulo, 7/3/

99; “Bananas e aviões”, *Gazeta Mercantil*, 15/3/99.

xxi - Ver, a título de exemplo, entrevista do ex-Presidente do Banco Central, Gustavo Franco: *Folha de São Paulo*, “Déficit não é “esquisito”, afirma Franco”, 9/3/97, p.1-20).

xxii - Ver também declarações do Presidente Fernando Henrique Cardoso durante visita ao Reino Unido em fevereiro de 1997: *Jornal do Brasil*, “FH põe freio na abertura da economia”, 10/2/97; *Folha de São Paulo*, “FH diz que Brasil “precipitou” abertura”, 10/2/97.

xxiii - Ver *The Economist*, “Rediscovering the Americas”, 17/5/97, p.16 (“Along the long route to free trade, the Brazilians have vigorously challenged the American road map. You have interests, they say, so do we; you have to listen, just as we do”) ; “A new world”, 25/4/98, p. 37 (“Since the FTAA idea was born in 1994, the leading force — not always in that direction, and often challenging the Americans — has been Brazil. ... it has vigorously pressed its view of how the FTAA haggling should proceed — and won much of its point”).

xxiv - A imprensa nacional noticiou com grande destaque essa ofensiva diplomática. Ver, por exemplo: *Folha de São Paulo*, “Brasil cobra União Européia”, 15/4/99; *Gazeta Mercantil*, “Alemanha promete ajuda contra barreiras”, 16/4/99; *O Estado de São Paulo*, “FHC dá ultimato para União Européia negociar”, 17/4/99, p.A8; *O Estado de São Paulo*, “FHC ganha apoio de Blair para zona de comércio”, 20/4/99, p.A4; *Folha de São Paulo*, “Blair apóia união de blocos”, 20/4/99 (“O governo brasileiro fechou ontem o círculo de apoio à concessão do chamado mandato negociador para que a União Européia inicie efetivamente as negociações com o MERCOSUL para a formação, a partir de 2005, de uma zona de livre comércio entre os blocos. Obteve a concordância do primeiro-ministro britânico Tony Blair Antes, os primeiros-ministros Gerhard Schroeder (Alemanha) e António Guterres (Portugal) haviam manifestado apoio”).

xxv - Em artigo de imprensa, o Ministro José

Serra registrou, em relação à Rodada Uruguai, “os esforços do Itamaraty, que fez o possível para despertar, sem sucesso, nos sucessivos governos brasileiros, a consciência da enorme importância do assunto” (José SERRA, “Começo do começo”, *Folha de São Paulo*, 19/5/97).

xxvi - Ver EXAME, “Estamos tão mal assim?”, 8/5/96 (a.29, n.10).

xxvii - Sobre a importância em geral das viagens presidenciais, ver Sebastião do REGO BARROS, “A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos quatro anos”, *Revista Brasileira de Política Internacional* (a.41, n.2, 1998). A respeito do tema da imagem, caberia um registro final a respeito da forma correta com que órgãos da imprensa internacional como a *The Economist*, o *Financial Times* ou o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* descrevem os fatos brasileiros. Essas publicações são exemplo de jornalismo sério, no qual as críticas aos tantos aspectos negativos da realidade brasileira é feita de forma equilibrada, sem excluir referências ao que há de positivo no país e ao que se procura fazer para melhorá-lo. Ver, por exemplo, *The Economist*, “A Survey of Brazil. The disorders of progress”, 27/3/99.

“Política externa em 1999”

Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Jornal do Brasil do dia 26 de fevereiro de 1999

A política externa do segundo período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, especialmente em 1999, estará condicionada por fatores de continuidade e de descontinuidade. Entre os elementos de continuidade, o mais relevante - além da própria permanência do presidente, com todo o peso de sua presença internacional - é o capital derivado da teia de parcerias com numerosos países, forjada e ampliada ao longo do primeiro mandato, seja no âmbito das Américas, sobretudo no MERCOSUL e na relação com os EUA, seja no

piano mundial. Há toda uma obra diplomática bem sucedida - que inclui também progressos alcançados pelo Brasil no encaminhamento de questões como direitos humanos, meio ambiente, não-proliferação, além do desempenho no Conselho de Segurança da ONU, na OMC, nas negociações da ALCA e no processo de paz entre o Equador e o Peru - e sobre essa obra devemos seguir construindo.

Dos elementos de descontinuidade, o mais claro é o quadro resultante do impacto da instabilidade financeira global e, em especial, da desvalorização do real. Para a diplomacia brasileira, as principais consequências desse quadro são, por um lado, a necessidade de restabelecer o quanto antes um ambiente de confiança internacional no país e, por outro, o desafio de tratar dos efeitos da desvalorização de nossa moeda no intercâmbio comercial do Brasil.

A maior competitividade externa dos preços das exportações brasileiras, aliada à provável queda da propensão a importar, irão gerar reações da parte de nossos parceiros particularmente na etapa inicial de ajuste que estamos vivendo. Acostumados a relacionar-se com um país cujas importações vinham crescendo muito mais depressa do que as exportações, é compreensível que esses parceiros, em grau major ou menor, pressionados por seus agentes econômicos, manifestem preocupação diante da perspectiva de que se reverta a situação anterior.

Lidar com tais reações de modo sereno e construtivo é parte da essência mesma da atividade diplomática, e já o estamos fazendo no ambiente do MERCOSUL, com a participação direta e empenhada do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. Também nos cabe, por outro lado, enfrentar com firmeza e eficácia qualquer tentativa de invocar as vantagens decorrentes da mudança da política cambial como argumento para a adoção de medidas protecionistas contra nossas exportações. A competitividade reforçada dos produtos brasileiros poderá despertar novos impulsos de proteção - sobretudo, infelizmente, em países

desenvolvidos aos quais iremos resistir seja na esfera bilateral, seja no plano regional, seja ainda no foro da OMC.

Existe no Brasil amplo consenso quanto ao imperativo de aumentarmos rapidamente as nossas exportações, ainda mais quando nos defrontamos com um ambiente de contração da liquidez nos mercados financeiros mundiais. O Itamaraty está engajado no esforço que o país empreende nesse sentido. Além da luta para garantir o acesso de nossos produtos aos seus principais mercados, vamos preparar cuidadosamente, em articulação com diversos setores da sociedade, a participação em um novo ciclo de negociações comerciais multilaterais na OMC (a chamada "Rodada do Milênio"), com especial prioridade para as negociações agrícolas. Vamos também buscar contrabalançar os efeitos das restrições orçamentárias impostas ao aparelho de Estado, com a mobilização adicional de meios e vontades em apoio ao programa de promoção das exportações.

A política externa, no entanto, não se limita ao comércio. Continuaremos a trabalhar ativamente em várias frentes diplomáticas importantes, tais como a construção de uma América do Sul mais integrada política e economicamente; consolidação do diálogo fluido e desimpedido que vimos mantendo com os Estados Unidos; o indispensável aprofundamento das relações com a Europa - a cúpula América Latina e Caribe-União Européia, que o Brasil sediará em junho, no Rio de Janeiro, é um acontecimento histórico de grande potencial - e com parceiros fundamentais como México, Japão e China; e a atuação intensa nos foros internacionais, em particular nas Nações Unidas.

O forte impacto das turbulências originadas no exterior veio comprovar, para aqueles que ainda tinham dúvidas, o peso crucial de nossas relações internacionais na vida de cada brasileiro e do conjunto da nação. Para que nossa política externa possa seguir construindo uma presença mais favorável nas múltiplas dimensões da vida mundial, suas diretrizes e posições

devem ser, e serão, cada vez mais, o resultado de decisões tomadas coletivamente por toda a sociedade.

As dificuldades que a economia brasileira irá enfrentar este ano serão, sem dúvida, um condicionante da política externa. Ao mesmo tempo, a superação dessas dificuldades será o objetivo central de nossa ação diplomática. Não nos contentaremos de modo algum em fazer o "possível" diante da crise. Ao contrário, vamos dedicar o melhor de nossas capacidades a que ela seja vencida o quanto antes.

Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Secretário-Geral das Relações Exteriores — "Brasil - França: uma parceria atualizada". *Jornal do Brasil*, 01 de março de 1999

A França chega ao novo milênio em uma posição de prosperidade, prestígio e poder invejáveis. Quarta economia mundial, segundo destino dos investimentos internacionais na Europa, primeiro destino turístico no mundo, o país cresceu 3% em 1998, repetindo a performance do ano anterior, e este ano não deve crescer menos de 2,5%. A inflação está abaixo de 0,5%. O superávit comercial em 1998 foi de cerca de US\$ 33 bilhões.

Esse sucesso econômico mostra o acerto das políticas de ajuste fiscal e monetário decorrentes dos compromissos assumidos com o Tratado de Maastricht. Tendo feito o seu dever de casa - ainda que com esforço -, a França pôde estar na liderança do lançamento do Euro, capitalizando a projeção política e econômica que a moeda comum vem conquistando.

A França vem tendo também um excepcional desempenho político e diplomático. Vive hoje uma coabitação harmoniosa, em que as forças de centro-direita e centro-esquerda, representadas respectivamente pelo Presidente Jacques Chirac e pelo Primeiro-Ministro Lionel Jospin, se mostram capazes de gerar e manter consensos mínimos em torno dos grandes temas de interesse nacional.

Essa harmonia tem permitido que a França

fale com autoridade nas questões internacionais que mais a interessam, nas quais demonstra liderança e independência: vigorosa oposição ao Acordo Internacional de Investimentos que vinha sendo discutido na OCDE; originalidade da sua posição em relação a temas como a crise iraquiana; protagonismo no Kosovo, na região dos Grandes Lagos na África ou em torno da reforma do sistema financeiro internacional.

O Brasil e os brasileiros sempre tiveram uma ligação afetiva e intelectual muito especial com a França. Não é exagero afirmar que a França, por todas as razões ligadas à sua preeminência intelectual, cultural e civilizatória — a que se juntou agora o seu inédito título mundial de futebol —, é um dos países mais admirados e queridos pelos brasileiros. Até princípios dos anos 90, contudo, a densidade dos contatos bilaterais deixava a desejar, em razão de nossos problemas internos e da dedicação prioritária da França a temas regionais (unificação alemã, integração europeia, transformações na Europa Oriental). Hoje, o quadro mudou. Há renovado empenho em explorar as potencialidades do relacionamento bilateral. As visitas do Presidente Fernando Henrique Cardoso à França em 1996 e a do Presidente Jacques Chirac ao Brasil em 1997 deram forte impulso nessa direção.

Mais além de sua condição de membro da União Europeia, a França tem importância singular própria para o Brasil. Temos em mente o potencial extraordinário da parceria bilateral, e os benefícios que podem daí decorrer para o desenvolvimento nacional. É bastante expressivo o volume dos investimentos franceses que chegaram e continuam a chegar ao Brasil. Se, até dezembro de 1995, o estoque de investimentos diretos (IED) franceses no Brasil correspondia a menos de 5% do total, em 1996 e 1997 a participação daquele país nos fluxos de IED para o Brasil foi de, respectivamente, 12,65 e 8,07%. A França está na linha de frente da segunda revolução automobilística brasileira, com a instalação de montadoras no Paraná e no Rio de Janeiro. Todas

suas grandes empresas do setor produtivo ou de serviços encontram-se no Brasil, ou estão-se instalando. Marcas francesas são cada vez mais familiares ao consumidor brasileiro. A França tem-se destacado nas privatizações brasileiras, e continua a mostrar interesse no processo.

O intercâmbio bilateral, por outro lado, requer maior atenção das autoridades e dos empresários. Não é adequado que o comércio bilateral entre a quarta e a oitava economias do mundo represente menos de um por cento das trocas internacionais francesas. Registra-se, ademais, um desequilíbrio preocupante. Entre 1992 e 1997, as vendas francesas para o Brasil praticamente triplicaram, tendo atingido naquele último ano US\$ 1,66 bilhão. Em sentido inverso, as exportações brasileiras passaram de US\$ 844 milhões em 1992 para apenas US\$ 1,11 bilhão em 1997. Essa evolução insatisfatória decorre, em boa medida, de barreiras européias contra produtos brasileiros, especialmente na área da agropecuária.

O aprofundamento do intercâmbio pressupõe equilíbrio de vantagens. A diplomacia brasileira tem procurado ressaltar a importância de que sejam revistas as barreiras protecionistas da União Européia. Nesse particular, o Brasil nutre grandes expectativas em relação à primeira reunião de cúpula América Latina/Caribe - Europa (Rio de Janeiro, junho). Esperamos que o encontro venha a representar impulso decisivo para o lançamento de negociações efetivas entre o MERCOSUL e a União Européia com vistas à liberalização de suas trocas comerciais. O Brasil valoriza a liderança que teve o Presidente Jacques Chirac no lançamento da proposta desse encontro de cúpula, e tem procurado trabalhar em conjunto com a França para assegurar o seu pleno êxito.

A Cúpula do Rio de Janeiro será precedida por uma densa agenda de contatos com a França. Nesta semana esteve no Brasil para consultas o Secretário-Geral do Quai d'Orsay, Loïc Hennekinne. Em março, aqui estarão o Presidente do MEDEF (Movimento das Empresas da França), Ernest Antoine Seillière, à frente de uma delegação de mais

de trinta empresários, o Chanceler Hubert Védrine e o Ministro da Educação Nacional, Claude Allègre. A Assembleia-Geral do BID, que se realiza em Paris também em março, coloca o Brasil no foco das atenções na França.

Os recentes acontecimentos na economia brasileira podem ser uma oportunidade para que procuremos explorar com renovada ênfase o potencial da parceria com a França. Não é só - e já é muito - que a França nos esteja apoiando de todas as formas ao seu alcance, e que aposte a sua confiança e parte substancial da sua poupança no mercado brasileiro. Mais e mais empresas francesas se instalam no Brasil com a possibilidade de visar ao próprio mercado francês e europeu, abrindo ou ensinando caminhos até agora ignorados por nós ou fechados pelo protecionismo. Nossos produtos ganharam competitividade em um momento em que a França esbanja prosperidade. A França ainda é um desses países em que a marca Brasil tem um lugar no imaginário coletivo, e onde contamos com um enorme capital de simpatia e boa vontade pela simples razão de sermos o que somos - um dos mais antigos e tradicionais parceiros da França no mundo em desenvolvimento.

Os governos do Brasil e da França continuarão a trabalhar para a atualização da parceria entre os dois países. A simpatia recíproca entre brasileiros e franceses é a melhor garantia de êxito nessa tarefa.

Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no jornal Folha de São Paulo do dia 07 de março de 1999 - "Diplomacia, jogo duro" - Jornal Folha de São Paulo, 07 de março de 1999

"A palavra diplomacia evoca conversas suaves, em salões elegantes. É um estereótipo hoje distante da realidade"

Domingo, dia de futebol, e eu recorro a uma imagem esportiva para tornar mais leve o percurso do leitor que, em seu merecido descanso, faz uma incursão nesta página. O comércio internacional é

hoje um jogo com regras mais claras e fortes e com um árbitro, a Organização Mundial do Comércio, que tem tido coragem de apitar falta até contra os mais poderosos. O Brasil, como outros países em desenvolvimento, já venceu várias disputas nos procedimentos de solução de controvérsias, mesmo enfrentando grandes potências comerciais. Isso é bom. Não interessa a ninguém (especialmente a quem, como nós, não tem propriamente "excedente de poder", na expressão feliz do chanceler Saraiva Guerreiro, um dos meus antecessores) um mundo regido pela lei do mais forte. Por esse motivo, o Brasil encara favoravelmente a perspectiva de um novo ciclo de negociações comerciais - a chamada "Rodada do Milênio" -, no qual se estabeleçam normas para tratar de aspectos em que ainda existe um certo vale-tudo.

É preciso, no entanto, que haja equilíbrio na negociação dessas novas regras. Não é admissível incluir áreas em que os mais fortes pretendem avançar e deixar de fora aquelas em que eles resistem a aceitar suas desvantagens competitivas. O caso mais gritante é o da agricultura, objeto do mais ostensivo e teimoso protecionismo por parte de algumas das nações mais ricas do mundo. O presidente Fernando Henrique e eu temos dito claramente aos nossos interlocutores que o Brasil não voltará atrás em sua política de crescente participação na economia internacional. Mas temos deixado igualmente claro que só participaremos das diversas arenas em que deverão ser aprofundadas a liberalização e a regulamentação do comércio mundial e regional (OMC, ALCA, MERCOSUL-União Européia) se houver a prévia decisão de cobrir também os setores essenciais para nós, especialmente a agricultura, e de eliminar as barreiras discriminatórias que atualmente prejudicam produtos brasileiros.

Voltando à imagem futebolística: se hoje o jogo tem mais regras, o campeonato também está cada vez mais exigente. Cada espaço do campo é disputado com garra e algumas cotoveladas. O principal motivo para a concorrência mais acirrada é a redução drástica do crescimento do comércio

mundial (de 10% em 1997 para 4% em 1998), causada por problemas econômicos em diversas regiões do globo. A contração de economias nacionais importantes, como as do Japão, do Sudeste Asiático, da Rússia e da América do Sul, cria maior dificuldade para as exportações dos países desenvolvidos. Além disso, o impacto positivo da desvalorização das moedas de vários países em desenvolvimento na competitividade de seus produtos desperta impulsos protecionistas em algumas nações ricas. É esse campeonato que o Brasil terá de vencer. Para tanto, é necessário que se mobilize e se prepare adequadamente. As empresas brasileiras precisam, antes de mais nada, querer exportar. Afinal, para usufruirmos as conquistas da tão decantada e difamada globalização, devemos internacionalizar nossa economia - não só de forma passiva, importando e recebendo investimentos, mas também de modo ativo, exportando, atuando no exterior. Para isso, é preciso aumentar a competitividade, conhecer a realidade internacional e identificar vantagens relativas. Há que ter ousadia, criatividade e disposição de sair em busca de negócios.

Nesse esforço, os empresários brasileiros terão sempre o apoio da diplomacia, que seguirá atuando em várias frentes: mobilizando todas as energias e todos os meios em negociações que nos assegurem normas equilibradas e justas de intercâmbio, nos planos mundial, regional e bilateral; combatendo as mais variadas formas de protecionismo dirigidas contra nossas exportações; trabalhando para conter as preocupações de parceiros amigos, que se acostumaram à idéia de manter conosco crescentes superávits (déficits, da nossa perspectiva); renovando nossos mecanismos de promoção comercial.

A desvalorização do real criou uma oportunidade muito importante para nossas exportações, e seus efeitos já começam a se fazer sentir na balança comercial. O governo sabe, no entanto, que isso não basta. No que diz respeito ao

Itamaraty, continuamos a lutar pelo estabelecimento de um ambiente internacional mais favorável a um melhor desempenho exportador. A palavra diplomacia evoca muitas vezes a idéia de conversas suaves, em salões elegantes, conduzidas em linguagem propositadamente tortuosa. É um estereótipo hoje distante da realidade. As negociações diplomáticas se dão de forma objetiva e franca. Sabemos estar disputando partidas difíceis e decisivas para os países envolvidos. A diplomacia brasileira orgulha-se do espírito construtivo e leal com que age no cenário internacional; mas, sempre que necessário, estamos prontos a jogar duro na defesa dos nossos interesses. É o que vamos continuar a fazer nas negociações comerciais que temos pela frente, pois o aumento das exportações é a nossa melhor aposta contra a recessão e a crise.

“O predomínio do equilíbrio no MERCOSUL”
Artigo do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa,
Secretário-Geral das Relações Exteriores –
Folha de São Paulo, 9 de março de 1999

O MERCOSUL é uma das mais bem sucedidas obras da política externa brasileira em todos os tempos, com efeitos positivos de amplo alcance histórico nos campos político-estratégico e econômico-comercial. A integração é uma política de Estado do Brasil, apoiada pelo conjunto das forças políticas nacionais e da sociedade em geral. Ocasionalmente, contudo, ainda se registram críticas quanto aos seus resultados para o Brasil, ou quanto à forma de condução das negociações.

Na edição de dois de março, esta seção “Tendências/Debates” publicou artigo do Professor Ives Gandra da Silva Martins — “O predomínio argentino no MERCOSUL” — no qual se expõe com particular habilidade a visão de que os entendimentos comerciais com a Argentina e com os parceiros do MERCOSUL estariam sendo conduzidos de forma desequilibrada, em detrimento do Brasil. Os dados e argumentos apresentados são importantes e merecem toda a atenção do governo.

Se algum predomínio existe no MERCOSUL, parece-me bem claro ser o predomínio do equilíbrio. Havendo sido Embaixador na Argentina em 1997-98, gostaria de registrar impressões que consolidei no exercício dessa função, e que considero relevantes para que se tenha uma visão abrangente do tema. O Brasil tem acumulado, efetivamente, déficits comerciais com o MERCOSUL — com a Argentina, em particular, cerca de US\$ 6 bilhões no período 1995-98. Se tomadas fora de contexto, cifras como essa poderiam conduzir a avaliações equivocadas. É importante, por isso, considerar o quadro mais amplo:

(1) a partir de 1995 a balança comercial brasileira passou a apresentar déficits nas relações com todos os principais parceiros, em razão de fatores como a expansão da demanda interna, a sobrevalorização cambial ou os efeitos da abertura comercial. Não há portanto, de forma alguma, um problema específico de déficits comerciais (localizados) com o MERCOSUL ou a Argentina, provocado por negociações mal-conduzidas;

(2) o déficit comercial com a Argentina decorre, em boa medida, de importações de produtos como petróleo e trigo, que — em razão da falta de produção nacional, ou da falta de recursos para manter medidas de apoio oficial que viabilizavam a produção nacional — seriam necessariamente comprados no exterior, da Argentina ou de outros supridores. No passado, por razões políticas, preferíamos realizar importações de petróleo do Oriente Médio ou de outras fontes distantes nas quais temos menor capacidade de negociar, em contrapartida, vendas de produtos brasileiros. No governo Itamar Franco, quando o atual Presidente Fernando Henrique Cardoso ocupava o cargo de Chanceler, tomou-se a decisão estratégica de passar a importar petróleo da Argentina, fato que abriu espaço para uma expansão concomitante de nossas vendas para aquele mercado. Em 1997, a título de exemplo, o déficit comercial com a Argentina foi de US\$ 1,35 bilhão, mas as importações de combustíveis e cereais daquele país superaram a marca de US\$ 2

bilhões;

(3) frente aos déficits comerciais com o conjunto do MERCOSUL, é fundamental ter em mente o aspecto qualitativo das trocas. Em 1997, o MERCOSUL foi o principal mercado para as exportações brasileiras de produtos manufaturados (28% do total), bem à frente dos Estados Unidos (21%) e da União Européia (16%). O MERCOSUL absorve, portanto, exportações de maior valor agregado, o que possibilita a criação e a manutenção de empregos em setores dinâmicos e de melhor remuneração:

(4) desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, as exportações do Brasil para os parceiros sub-regionais cresceram de US\$ 2,3 bilhões para cerca de US\$ 9 bilhões. Em nenhum outro mercado nossas vendas tiveram desempenho minimamente comparável;

(5) as correntes de comércio no MERCOSUL e com a Argentina têm apresentado comportamento cíclico. Com a Argentina, em contraste com os déficits de 1995 a 1998, havíamos acumulado superávit de pouco mais de US\$ 2,7 bilhões entre 1992-94. Não se pode descartar nova inversão de tendência em 1999, e que a balança comercial bilateral volte a ser superavitária para o Brasil.

Esse último dado esteve no centro, mais recentemente, dos debates sobre a evolução do MERCOSUL. Após a desvalorização do real, amplos setores da sociedade argentina exigiram precipitadamente a adoção imediata de medidas para conter a ameaça (assim percebida) de um incremento exponencial nas exportações de produtos brasileiros. Os dois governos reagiram de forma ao mesmo tempo sensata e firme, estabelecendo uma série de procedimentos para evitar desequilíbrios e manter o monitoramento do intercâmbio. O Brasil deixou claro que não poderia aceitar medidas unilaterais. O governo argentino, de sua parte, manteve notável sentido de equilíbrio. O Presidente Carlos Menem excluiu a adoção de medidas contra produtos

brasileiros, e declarou que “em alguns momentos nós estivemos mal e o Brasil nos ajudou. Chegou a hora de os argentinos exercerem a solidariedade”. Esse é o espírito do MERCOSUL e de nossa relação com a Argentina.

Os fatos acima indicam que há, efetivamente, um equilíbrio de vantagens no MERCOSUL. É fundamental ter em mente, contudo, que a relação com a Argentina, em especial, não pode ser vista apenas como uma contabilidade de compra e venda. Brasil e Argentina hoje se percebem mutuamente como parceiros essenciais para a realização de seus respectivos projetos nacionais, tal como registrado na Declaração assinada pelos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem em abril de 1997 no Rio de Janeiro: “estamos construindo uma profunda e verdadeira aliança estratégica ... (a qual) já é um elemento central e permanente de nossos respectivos projetos nacionais, e constitui o melhor instrumento para o desenvolvimento de nossos povos”.

Uma meta tão importante como a de uma aliança estratégica não se cria por acaso. Ela decorre de uma visão comum sobre os valores básicos das duas sociedades e sobre suas aspirações futuras, e representa um processo de negociação permanente, que tem de ser considerada não só pelo que se ganhou no passado, mas também pelo que se pode ganhar no futuro. O que está em jogo nesse processo é a criação do que se poderia chamar de uma “zona de prosperidade compartilhada” para toda a América do Sul. O MERCOSUL, que nasceu da aproximação Brasil-Argentina, é a pedra angular dessa visão comum para o nosso continente.

Em 1999, o MERCOSUL passará por um período crucial. A tendência de crescimento das correntes de comércio e de investimentos intra-zona se verá afetada pelo desaquecimento econômico no Brasil e na Argentina. É fundamental, assim, continuar a exercitar mais do que nunca a vontade política que está na base do esforço de integração. Essa é a condição para mantermos, ao longo do tempo, o

equilíbrio que atingimos e que manteremos sempre, tal como preconizava Joaquim Nabuco, à base de uma “continuada vigilância e consumada prudência”.

“Pensando o MERCOSUL”

Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia - Jornal O Globo do dia 22 de abril de 1999

“Quanto mais, se avança, mais complexos se tornam os desafios”

Dentro de alguns dias, receberei em Brasília a visita do ministro Guido di Tella, chanceler da Argentina. Di Tella, uma das personalidades mais proeminentes da “*inteligentzia*” argentina e um dos grandes artífices da aliança estratégica Brasil-Argentina, tem sido um interlocutor constante, invariavelmente construtivo, com o qual, em diversas oportunidades, fomos capazes de encontrar alternativas para problemas que pareciam insolúveis na construção do MERCOSUL. Estou seguro de que assim será, mais uma vez.

O MERCOSUL é um projeto central para o Brasil e, ao longo de sua realização, criou raízes nos mais diversos setores da vida nacional. Sua construção conta, portanto, com o mais alto compromisso de parte do Governo brasileiro. O papel do MERCOSUL como instrumento de inserção positiva de seus membros na economia internacional, conformando um horizonte de planejamento ampliado para empresas que necessitam crescentemente atuar em escala global, determina a prioridade que o empreendimento tem para o Brasil. Pode-se dizer que o mesmo ocorre em cada um dos demais países que fazem parte desse processo.

O êxito do MERCOSUL é inegável. No plano econômico-comercial, em seus oito anos de existência, possibilitou a multiplicação por cinco do volume de comércio intrazona e viabilizou a realização de incontáveis parcerias empresariais, resultantes da identificação das complementaridades de nossas economias. Além disso, ajudou a transformar a região

em um destino privilegiado de investimentos internacionais das mais variadas origens. Ao lado de sua dimensão econômico-comercial, o MERCOSUL expandiu-se para outras áreas, intensificando a cooperação dos quatro países em setores tão variados como educação, cultura, ambiente, transportes, comunicações, defesa do consumidor, entre outros. Como era natural, o processo de integração avançou igualmente para o campo político. Com a adoção de instrumentos sobre consulta e concertação política, sobre a vigência da democracia e sobre padrões sociolaborais mínimos, os quatro países reafirmaram sua vocação democrática de respeito aos direitos humanos.

O brilho dessas realizações não esconde o fato de que os processos de integração, como se pode observar em outras experiências históricas, alternam períodos de maior e menor velocidade. A dinâmica da integração leva a que, quanto mais se avance, mais complexas se tornem as negociações e maiores sejam os desafios com que se defrontam os países. O incremento das trocas comerciais e a crescente interdependência das economias aumentam a possibilidade de fricções. Nada disso deve ser interpretado como sinal de perda de fôlego do processo, ou como reflexo de um arrefecimento do compromisso político dos Estados partes.

Dentro dessa dinâmica da integração, vivemos hoje um momento especialmente delicado. Depois de anos de crescimento expressivo dos fluxos de comércio intrazona, o MERCOSUL experimenta um período de “*escassez*”, com a queda da atividade econômica no Brasil e nos demais países - reflexo da crise internacional - e, como consequência, com a redução, em termos absolutos, dos números do comércio. É evidente que a crise no Brasil teve impacto nos demais Estados partes. Somente se não fosse um empreendimento relevante para os quatro países o MERCOSUL teria deixado de, ser afetado pela crise em seu maior sócio. Essa conjuntura representa um novo desafio. Coloca à prova a eficácia de regras existentes no MERCOSUL, bem como a

disposição política de seus sócios em seguir adiante.

Justamente neste momento é que se torna essencial reiterar a prioridade e o compromisso atribuídos ao MERCOSUL pelos quatro países. Não deve escapar aos quatro sócios a percepção de que o MERCOSUL é uma obra em construção, voltada para o futuro. Um projeto de longo prazo que não se esgota fias etapas já cumpridas, nem se presta a avaliações imediatistas.

Essa visão estratégica permite identificar, em uma conjuntura sensível como a atual, os contornos de novas oportunidades. As dificuldades presentes indicam a necessidade da adoção de compromissos adicionais por parte de nossos países e apontam para o aprofundamento ainda maior do MERCOSUL. Como temos dito, diante de dificuldades a nossa resposta comum deve ser um inequívoco “mais MERCOSUL”.

A disposição política de levar adiante o MERCOSUL exige a realização de um exercício permanente de reflexão, tanto interna como junto aos nossos parceiros, sobre nossos próximos passos e sobre o ritmo a adotar.

No plano interno, tal reflexão permite fortalecer ainda mais o amplo consenso existente nos setores público e privado em torno do MERCOSUL. Em conjunto com os demais sócios, esse exercício abre novos horizontes para o aprofundamento do processo de integração, conduzindo à superação de atritos e a uma compreensão mais realista dos interesses e percepções recíprocas. Esse tem sido o objeto dos diversos encontros governamentais em vários níveis, bilaterais ou dos quatro países, realizados desde o início do ano. Entre outros encontros, recorro as reuniões bilaterais, no mês de fevereiro, entre o presidente Fernando Henrique e seus homólogos dos demais Estados partes, assim como a reunião conjunta de presidentes realizada em 21 de fevereiro, no Rio de Janeiro. É esse o espírito que presidirá nossa próxima reunião com o chanceler

Guido di Tella e outras autoridades da área econômica e de comércio exterior dos dois governos. Examinaremos o estado atuais das negociações do MERCOSUL, a conjuntura econômica dos dois países e os possíveis; caminhos para o aprofundamento do processo de integração. Estou certo de que encontraremos soluções criativas para os problemas atuais e de que o MERCOSUL sairá ainda mais fortalecido.

“Cúpula América Latina e Caribe-União Européia: uma diplomacia ativa na busca de equilíbrios estratégicos”

Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampraia - O Globo, 1º de junho de 1999

O Brasil terá o privilégio de sediar a primeira reunião de cúpula entre Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe e da União Européia (ALC-UE), a ser realizada no Rio de Janeiro nos dias 28 e 29 de junho. Esse encontro entre o Presidente da Comissão Européia e os líderes de 48 nações ligadas por tantos vínculos históricos, econômicos, culturais e humanos tem um valor político muito grande. Reafirmam-se no mais alto nível os propósitos de aproximação entre as duas regiões. A escolha do Brasil para sediar o evento tem da mesma forma um significado especial. Trata-se de uma demonstração conjunta de apreço por nosso país, e de confiança em nossa capacidade de articulação diplomática.

A simples realização do encontro no Brasil já seria, portanto, um fato altamente positivo, mas o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Itamaraty têm-se empenhado para obter resultados ainda mais importantes. Nos encontros cúpula, muitas vezes os aspectos protocolares e simbólicos acabam tendo muita visibilidade. No Rio de Janeiro, porém, o que está efetivamente em jogo para o Brasil é o objetivo de consolidar parcerias externas que contribuam para o desenvolvimento do país. Essa é a tarefa mais importante de nossa diplomacia, em todas as frentes

de negociação de que participamos.

A parceria com a União Européia é prioritária. Seus quinze membros são, em conjunto, o principal mercado para as exportações brasileiras, e também a principal fonte de investimentos diretos no Brasil. Com a Alemanha ou a França temos importantes programas de cooperação científica e tecnológica. Devemos portanto aproveitar ao máximo oportunidades como a da Cúpula do Rio de Janeiro para aprofundar o relacionamento com a União Européia e nesse processo colocar em pauta alguns pontos que são de especial interesse para o Brasil.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a UE desenvolveu-se de modo extraordinariamente desequilibrado no decênio 1988-1997, especialmente a partir de 1993. Nesses dez anos, nossas importações cresceram 355%, mas as exportações apenas 28%. Entre 1995-98, o Brasil acumulou déficit de cerca de US\$ 6 bilhões nas trocas com a União Européia. Evidentemente, essa evolução é insustentável.

É certo que o desequilíbrio nos fluxos de comércio com a UE deveu-se, em boa medida, a fatores econômicos que impulsionaram as importações de modo geral (retomada do crescimento e aumento da demanda interna resultantes do Plano Real; evolução das taxas de câmbio; abertura comercial do período 1990-94). Nossas exportações, por outro lado, têm tido desempenho insatisfatório também em razão de deficiências estruturais associadas ao chamado "custo Brasil" (infra-estrutura; educação da mão-de-obra; carga tributária). Todas essas considerações, contudo, não invalidam o fato de que o Brasil tem sofrido os efeitos negativos das tantas práticas comerciais protecionistas da União Européia, tais como altos níveis tarifários e/ou quotas tarifárias para produtos em que somos competitivos ou o uso de alegadas preocupações de caráter sanitário, fitossanitário e ambiental para barrar a entrada de produtos estrangeiros em seus mercados. Somam-se a essas práticas as imensas perdas para o nosso

setor primário provocadas pela Política Agrícola Comunitária, que subsidia pesadamente os produtores europeus e suas exportações.

Segundo estudo divulgado em 1998 pela Fundação Getúlio Vargas, o PIB brasileiro teria um salto de pouco mais de 5% na hipótese de abolição das barreiras ao comércio com a União Européia. Essa cifra serve para quantificar os prejuízos decorrentes da situação atual. Por esse motivo, a diplomacia brasileira tem-se empenhado de modo muito firme para que se chegue à Cúpula do Rio de Janeiro a um entendimento sobre o lançamento de negociações para a formação de uma Zona de Livre Comércio entre os países do MERCOSUL e da UE, dando-se assim expressão concreta aos propósitos de aproximação birregional registrados no Acordo-Quadro de Cooperação Inter-regional assinado em Madri em dezembro de 1995.

O objetivo das negociações sobre livre comércio e a preocupação em relação às barreiras aplicadas a produtos brasileiros, em especial do setor agropecuário, estiveram no centro das conversações mantidas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em sua viagem à Alemanha, a Portugal e ao Reino Unido em abril último. A imprensa nacional deu ampla cobertura a essa ofensiva diplomática. Também o Ministro Luiz Felipe Lampreia, eu próprio e todos os Embaixadores do Brasil nos países da União Européia temos feito inúmeros contatos com interlocutores europeus a fim de procurar assegurar o lançamento na Cúpula do Rio de Janeiro de negociações sobre liberalização comercial. Não podemos ainda ter certeza de êxito, pois as preocupações de determinados países europeus em relação à liberalização do comércio de produtos agrícolas continua a representar um obstáculo importante. Mas temos a convicção de que estamos dando a essa questão o melhor encaminhamento possível.

Temos o firme propósito de manter um mínimo de paralelismo nas negociações para formação até 2005 da Área de Livre Comércio das Américas e

para abertura de mercados também com a UE. Não desejamos nos vincular de maneira preferencial a um único parceiro comercial. Atribuimos prioridade central à manutenção do padrão de equilíbrio na repartição geográfica de nossos fluxos de comércio e de investimentos externos. Trata-se em última análise de assegurar para o Brasil maiores espaços de manobra nas negociações econômicas internacionais. Não podemos prescindir para tanto da parceria com a Europa. Resta ver se existe de fato uma disposição inversamente simétrica por parte da União Européia. Algo que vá além de formulações

vagas, permita criar vínculos capazes de gerar equilíbrios estratégicos num mundo hoje caracterizado por fortes pressões centralizadoras em torno dos Estados Unidos. A Cúpula do Rio de Janeiro representará nesse sentido um teste para o novo ordenamento internacional. A diplomacia brasileira está ativamente empenhada em contribuir para que o teste resulte positivo.

Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Secretário-Geral das Relações Exteriores. Foi Embaixador do Brasil no México, na Espanha e na Argentina.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ALCA

26, 44, 82, 83, 89, 95, 101, 102, 103, 105, 106, 108, 111

América Latina

14, 28, 44, 45, 48, 50, 66, 73, 81, 82, 89, 102, 105, 110

Argentina

12, 13, 15, 16, 25, 27, 49, 87, 88, 93, 100

C

Campanha de Valorização do Produto Nacional 75

Caribe 13, 27

Celso Lafer 19, 30, 31

Cerimônia de posse 23, 31

Congresso Nacional 7, 8, 11, 12, 33, 77, 78

Cúpula América Latina e Caribe-União Européia 73, 108, 115

D

Desenvolvimento

13, 14, 15, 21, 25, 27, 28, 31, 32

Dinamarca 4, 59, 60, 61

Diálogo para o Milênio 81

Diplomacia

8, 21, 23, 26, 27, 35, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 84, 89, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 110, 111, 115, 117

E

Estados Unidos

27, 42, 65, 69, 83, 92, 97, 99, 100, 104, 108, 113, 117

Europa

16, 28, 41, 45, 50, 60, 81, 82, 83, 84, 85, 94, 99, 105, 106, 108, 109, 110, 117

Export-Import Bank 69

F

FIESP 47

Formatura 51, 54, 56, 58, 98

Fórum Empresarial Mercosul-União Européia 106

França 27, 82, 84, 109, 110

G

Grupo dos Quinze 37

Guiana 27, 73, 74, 88

I

Instituto Rio Branco 21, 51, 52, 54

Ítalo Zappa 51, 52, 54, 55

J

Jamaica 37

Janet Jagan 73, 74

Japão 8, 28, 100, 108, 111

M

MERCOSUL

8, 12, 25, 26, 27, 28, 32, 41, 42, 43, 44

México

27, 47, 48, 49, 50, 87, 93, 101, 105, 117

N

Nova Iorque 63

P

Política Externa

12, 20, 26, 27, 28, 30, 52, 54, 55, 56, 57, 81, 90, 93, 94, 97, 103, 105, 107, 108, 109, 112

R

Rainha Margrethe 59, 61

República Cooperativista da Guiana 73, 88

Reunião de Cúpula

37, 44, 81, 82, 89, 110, 115

Revista Brasileira de Política Internacional

89, 107

S

Secretário-Geral

19, 23, 24, 25, 29, 30, 89, 105, 106, 109, 110, 112, 117

Seminário 65, 81

U

União Européia

8, 12, 27, 28, 41, 42, 44, 52, 60, 73, 81, 82, 83, 84, 85, 89, 97, 99, 100, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 115, 116, 117

W

Washington 69, 83

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 84, 1º semestre de 1999

Ano 26

Capa / Projeto gráfico

Editoração eletrônica

Formato

Mancha

Tipologia

Papel

Número de páginas

Tiragem

Impressão / Acabamento

Hilton Ferreira da Silva

Hilton Ferreira da Silva / Daniel Bastos de Oliveira

20 x 26 cm

15,5 x 21,5 cm

Times New Roman 12 x 18 (textos);

Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Supremo 250 g/m², plastificação fosca (capa),
e 75 g/m² (miolo)

122

500 exemplares

Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação